



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

marco
metodológico
PPA 2012-2015



**GOVERNO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Outubro de 2010



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YEDA RORATO CRUSIUS
GOVERNADORA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETÁRIO: José Alfredo Pezzi Parode

SECRETÁRIO ADJUNTO: Alexandre Alves Porsse

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

DIRETORA: Rejane Maria Alievi

DIRETORA ADJUNTA: Carla Giane Soares da Cunha

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL:

COORDENAÇÃO: Rogério Corrêa Fialho

Antonio Paulo Cargnin

Diego Antônio Milanesi

Juliana Feliciati Hoffmann

Laurie Fofonka Cunha

Luciana Dal Forno Gianluppi

Maria Lucia Leitão de Carvalho

Marlise Margô Henrich

Milton Limberger

Nadja Maria Andrade Lima

Paulo Inácio Nieves Santanna

Paulo Victor Marocco Milanez

Rosanne Lipp João Heidrich

Rubens Soares Lima

Suzana Beatriz de Oliveira

Vera Helena da Fonseca

EQUIPE DE APOIO:

Irmgard Penz

Maria Izabel Paranhos de Oliveira

Melissa Reis da Rosa



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. O PLANO PLURIANUAL COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.....	9
2. A EVOLUÇÃO DO PPA NO RIO GRANDE DO SUL.....	15
UMA VISÃO CRÍTICA DO PPA 2008-2011	20
3. UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015.....	31
3.1 A BASE ESTRATÉGICA.....	33
Orientação Estratégica do Governo	35
Objetivos e Estratégias Setoriais	36
3.2 A VISÃO TERRITORIAL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	38
3.3 A ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS	39
Os Programas no PPA 2012-2015	42
CONCLUSÃO	45
ANEXOS	47
ANEXO 1 - ANÁLISE JURÍDICA	
ANEXO 2 – AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011	



INTRODUÇÃO

Na afirmação de Matus(1993): “Governar ou conduzir é algo muito complexo, que não pode ser reduzido inteiramente a uma teoria. É uma arte, mas não é pura arte. Para governar requer-se cada vez mais um certo domínio teórico sobre os sistemas sociais”. Governar, então, constitui-se na articulação de três variáveis, apresentadas como o Triângulo de Governo (Matus, 1993): projeto de governo, governabilidade e capacidade de governo ou governança, como se convencionou chamar nos escritos mais modernos. Essas variáveis são interdependentes, de tal forma que um governo não será melhor do que o seu projeto, mas poderá, sem dúvida, ser pior, na medida em que não tiver condições de construir governabilidade ou apoio social e político a seu projeto, e/ou se for falho na sua capacidade de governar. Capacidade de governo, aqui, deve ser entendida como “o acervo de técnicas, métodos, destrezas e experiências de um ator ou equipe de governo, para conduzir o processo social a objetivos declarados, dados a governabilidade do sistema e o conteúdo propositivo do projeto de governo” (MATUS,1993).

É nessa dimensão, de qualificar a estrutura estatal de capacidade de governo, de melhorar a governança do aparelho estatal, que experiências têm-se desenvolvido nos âmbitos do Governo Federal e dos governos estaduais. O Plano Plurianual (PPA), introduzido no ordenamento jurídico brasileiro com a Constituição de 1988, tem importante papel nesse processo de qualificação e capacitação dos governos. Instrumento de grande potencial, o PPA ainda não foi plenamente absorvido pela burocracia estatal, apesar dos avanços que já se podem identificar. No Rio Grande do Sul, o PPA começa a ganhar importância a partir de sua edição correspondente ao período 2004-2007, quando uma série de inovações metodológicas foi incorporada às práticas de gestão do Governo estadual, processo que teve continuidade no período seguinte (2008-2011).



A elaboração de um Plano Plurianual (PPA), assim, constitui oportunidade ímpar para que se discutam as formas como o Governo do Estado deve se organizar para enfrentar as demandas por políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do Estado e para o bem-estar de sua população. É a oportunidade em que o Governo eleito deve transformar sua plataforma eleitoral vitoriosa em plano de ação, definindo os programas segundo suas propostas aprovadas pela sociedade. A elaboração do PPA é o momento em que as propostas ganham concretude, definindo-se quais são os programas, seus responsáveis, sua forma de financiamento, suas metas e indicadores.

Da qualidade desse processo de elaboração do PPA, que é árduo e trabalhoso, depende a sua efetiva utilidade como um instrumento de referência para a condução e permanente avaliação da gestão. É, portanto, para a elaboração do PPA que se devem preparar as condições metodológicas e tecnológicas que garantam a construção de um plano que, de um lado, expresse as orientações estratégicas do Governo e, de outro, possa representar um instrumento que guie de forma qualificada todo o processo de gestão.

Um primeiro passo para que o PPA 2012-2015 possa ter as condições para cumprir esse papel já foi dado por meio do encaminhamento de Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC), que leva o número 204/2010, redefinindo o prazo para elaboração do Plano Plurianual, estipulando a data de 1º de agosto do primeiro ano do mandato do Governador para envio do correspondente projeto de lei à Assembleia Legislativa. Com isso, haverá setenta e cinco dias a mais para a elaboração do PPA. Essa PEC está em exame na Comissão de Constituição e Justiça e já conta com parecer favorável do relator e, pode-se afirmar, tem boas chances de ser aprovada.

Este trabalho tem, assim, o objetivo de iniciar esse debate, fazendo uma avaliação dos avanços até aqui conquistados, dos limites encontrados e das formas de superação. No capítulo 1, apresenta-se uma



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

abordagem do PPA como um instrumento de gestão, avaliando suas potencialidades, sua evolução no Brasil e outras experiências afins. No capítulo 2, faz-se uma avaliação do PPA no Rio Grande do Sul e se apresenta uma visão crítica do PPA 2008-2011, evidenciando os limites a serem superados. No capítulo 3, são propostos os fundamentos metodológicos para a elaboração do PPA 2012-2015, abordando-se as fases de elaboração das orientações estratégicas e da elaboração dos programas. Por fim, em anexo, uma análise jurídica para embasar a elaboração do projeto de lei do próximo PPA e uma avaliação dos programas do PPA 2008-2011.



1. O PLANO PLURIANUAL COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A Constituição Brasileira de 1988 já previa os instrumentos de planejamento público, traduzidos pelo Plano Plurianual – PPA, as Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e as Leis Orçamentárias Anuais – LOA. Por esses instrumentos, o Governo passou a ter como obrigação submeter ao parlamento seus planos de médio e de curto prazo, de modo concatenado, sendo no PPA apresentados os programas a serem executados no quadriênio seguinte. A LDO e a LOA sendo responsáveis pela publicização das prioridades e programas a serem executados no exercício seguinte. O PPA surgia, assim, como um instrumento que poderia mediar o projeto de governo e os orçamentos anuais. Entretanto, tanto os dirigentes quanto o aparato técnico dos governos não estavam habilitados a utilizar esses instrumentos de modo a qualificar a gestão pública. Assim, os primeiros planos plurianuais não foram capazes de refletir algum avanço no processo de gestão pública.

Ao contrário, o primeiro PPA da União, para o período 1991-1995, seria elaborado pelo governo eleito em 1989, primeira eleição após a promulgação da Nova Constituição Brasileira. O candidato vitorioso, a par dos desdobramentos éticos que culminaram na interrupção de seu mandato, patrocinou, logo no dia de sua posse, uma reforma político-administrativa que representaria forte retrocesso nas práticas de planejamento governamental no Brasil. De caráter economicista, a reforma transparecia a ideia, prevalente entre os economistas que compunham a equipe do governo, de que o planejamento era um instrumento ultrapassado (GARCIA, 2000).

Assim, o primeiro PPA foi pouco mais do que um Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI), nos moldes do que previa a Lei



4.320/64¹, sem suporte de projeto claro e consistente de governo. A elaboração e apresentação do Plano teve o caráter de cumprir a exigência constitucional. A conturbação política que caracterizou esse período, com *impeachment* do Presidente da República e a conseqüente posse do seu Vice, fez com que o plano elaborado perdesse ainda mais importância.

O PPA 1996-1999, elaborado no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, confirma ainda um viés fortemente economicista, especialmente quando estabelece princípios para o desenvolvimento econômico. Apesar do anúncio de três estratégias (Construção de um Estado moderno e eficiente; Redução dos desequilíbrios espaciais e sociais; Inserção competitiva e modernização produtiva), essas não se traduziam em programas e ações. Tratava-se, assim, de um novo OPI ampliado, no que se refere aos projetos orçamentários. Na avaliação de Garcia (2000), o PPA 1996-1999 alcança, quando muito, o caráter de um plano econômico normativo. Era a repetição das práticas típicas de planejamento normativo e determinista, pouco adequado quando se deseja um Estado moderno e eficiente, como anunciavam as três estratégias do Plano. Mais uma vez, o PPA tinha o caráter de cumprir uma exigência constitucional.

Pode-se resumir a experiência dos dois primeiros planos plurianuais como documentos que apresentavam as seguintes características:

- Predominância da lógica orçamentária;
- Não-institucionalização do PPA e da LDO como instrumentos objetivos de planejamento e gestão e de racionalização do gasto público;
- Inexistência de um processo de planejamento permanente e integrado;

¹ A Lei 4.320/64 previa o OPI, no qual eram feitas as projeções dos investimentos para um período de três anos. Com a escalada inflacionária, nos anos 80, esse instrumento perdeu utilidade, pela dificuldade de previsão dos gastos.



- Falta de correspondência entre os objetivos e diretrizes e a programação e suas metas;
- Regionalização apenas formal.

Entretanto, foi na vigência do PPA 1996-1999 que, em agosto de 1996, surgiu o Programa Brasil em Ação, no bojo de uma proposta de modernização da gestão de programas e ações do governo, com base em novo modelo de gerenciamento. Esse programa constituiu-se no embrião do Novo Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão, que tomou forma no PPA 2000-2003. Foram selecionados 42 empreendimentos previstos no PPA, em vista da capacidade de induzir investimentos produtivos e reduzir desigualdades regionais e sociais. Para cada um desses empreendimentos, foi designado um gerente, que tinha como atribuições específicas motivar atores públicos e privados e criar sinergia entre eles; prestar informações precisas sobre o projeto e sua execução; estabelecer estratégias de implementação e lutar por recursos; além de desenvolver estratégias de alinhamento dos interessados e de comunicação dos resultados.

A principal mudança introduzida pelo Brasil em Ação, efetivamente, foi a adoção de métodos de gerenciamento mais eficientes, que buscavam quebrar a fragmentação setorial típica do serviço público, horizontalizando as relações dentro do governo. Além disso, a implementação de um Sistema de Informações Gerenciais foi elemento de qualificação da gestão, pois propiciava um monitoramento mais eficiente do desenvolvimento dos empreendimentos integrantes do Brasil em Ação.

Garcia (2000) afirma que esse modelo, por suas características empresariais, tendia a ser bem sucedido nos projetos referentes a obras. Já as atividades não tão bem estruturadas, típicas dos serviços contínuos do governo, como educação e saúde, não se mostraram muito adequadas à implantação do modelo. Mesmo assim, deve-se destacar que o programa iniciou uma importante mudança de



cultura de gestão, agora preocupada em acompanhar o andamento das ações, a evolução de indicadores, os custos envolvidos, entre outros.

O Brasil em Ação representou, assim, um ponto de inflexão na administração pública no País, passando de um modelo tradicional, setorializado, fragmentado, no qual não havia preocupação com integração de ações, para um Novo Modelo, que tem no Plano Plurianual 2000-2003 a sua materialização e como característica fundamental a introdução do pensamento estratégico como prática de planejamento público.

Já o PPA 2000-2003 representa, talvez, a mais importante mudança em termos de metodologia de planejamento e gestão públicos registrada no País. Abandonavam-se os planos e orçamentos elaborados de forma burocrática, a classificação das despesas segundo uma relação de programas criados com a Lei 4.320/64 e válidos em todo o Brasil. Enfim, pretendia-se, agora, introduzir uma visão estratégica na formulação do plano plurianual e dos orçamentos.

O movimento que precedeu a edição do PPA 2000-2003 representou a inserção, no âmbito do governo, de ideias modernas sobre planejamento público, de substituição de um modelo de planejamento tradicional, de viés economicista, normativo e determinista, por um novo modelo de planejamento, baseado fortemente nas lições de Carlos Matus (1993, 1997), que apresenta o planejamento estratégico situacional em contraponto ao planejamento econômico normativo, predominante nas práticas tradicionais dos governos.

Outra questão importante atacada pelo Novo Modelo diz respeito à integração do plano com o orçamento. Para tanto, a partir do plano concebido segundo o método então em construção, o orçamento passaria a ser elaborado a partir dos programas definidos no PPA, detalhando-os em projetos e atividades.



Formulada a metodologia para elaboração do PPA 2000-2003, havia a necessidade de se fazerem as adequações da legislação. Foi, então, editado o Decreto nº 2.829, de 28 de outubro de 1998, bem como as Portarias nº 117, de 12/11/1998, e nº 42, de 14/04/1999, instrumentos legais que redefiniram pontos importantes do sistema de planejamento e orçamento públicos no Brasil, reconceituando a figura do programa, que deixa de ser classificatório da despesa, para ser instrumento de realização dos objetivos estratégicos do Governo.

Para tanto, os programas passavam a ser definidos nos Planos Plurianuais e a ter um conjunto de atributos que lhes conferiram conteúdo estratégico, com definição de objetivo, indicadores e ações, além de valor, fontes de financiamento e metas. O programa, assim, é o centro desse Novo Modelo, integrando planejamento, orçamento e gestão. É através da elaboração, da execução, do acompanhamento e da avaliação dos programas que se pretende criar um círculo virtuoso de qualificação da gestão pública no Brasil.

Em resumo, o Novo Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão introduziu nas práticas de elaboração dos planos e orçamentos públicos o sentido estratégico da ação estatal, a orientação para resultados e, fundamentalmente, o foco no cidadão. Agora **a ação estatal deve estar, necessariamente, voltada para a solução de problema ou atendimento de demanda da sociedade. A simples manutenção de ações desempenhadas há muito tempo por determinada estrutura não é mais razão para sua inserção nos planos e orçamentos.** Os orçamentos passam a ser elaborados com o foco no plano e no desempenho dos programas e, não mais, com o foco no passado, que era a prática normal dos orçamentos públicos (reproduz-se, no futuro, o que se fez no passado).



2. A EVOLUÇÃO DO PPA NO RIO GRANDE DO SUL

No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a história dos Planos Plurianuais não é muito diferente, a não ser pela defasagem temporal entre as ações desenvolvidas pelo Governo Federal e a adoção de medidas similares pelo Governo estadual.

Com efeito, os PPAs 1992-1995, 1996-1999 e 2000-2003, elaborados nos Governos Alceu Collares, Antônio Britto e Olívio Dutra, respectivamente, não passaram de documentos formais que cumpriam uma exigência das Constituições Federal e Estadual, não tendo maior utilidade do ponto de vista da qualificação dos processos de planejamento e gestão no Governo do Estado.

O PPA 2004-2007

No final do Governo Olívio Dutra, entretanto, foi percebida a necessidade de que o futuro PPA 2004-2007 fosse elaborado de modo diferente, seguindo a metodologia do Novo Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão. Várias ações foram desenvolvidas com a intenção de dotar a máquina do governo das condições técnicas necessárias. Servidores foram treinados, estudos prospectivos foram realizados e a Constituição foi alterada, já em acordo com o Governador eleito, definindo como prazo de entrega do PPA a data de 15 de maio do primeiro ano do mandato; em vez de conferir um prazo maior para o PPA, nos moldes do Governo Federal e da maioria dos estados, que faz a entrega do plano junto com o orçamento do primeiro ano de sua vigência. No caso do Rio Grande do Sul, essa data é 15 de setembro. Se a opção fosse essa, seria possível, inclusive, uma experiência inédita de participação popular na elaboração dos programas do PPA, significando importante avanço em relação, tanto ao Orçamento Participativo quanto à Consulta Popular, que se restringem à definição de obras e serviços.



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

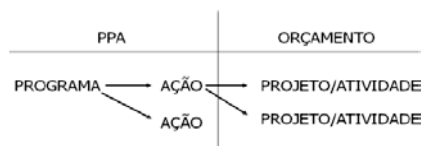
Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

Além disso, a entrega do PPA, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, teria facilitado o processo de integração plano x orçamento, pois, ao se definirem as ações do PPA, já se estaria, também, orçando o seu primeiro ano de execução.

Apesar disso, o PPA 2004-2007, remetido pelo Governador Germano Rigotto à Assembleia Legislativa em 15 de maio de 2003, representa importante avanço no campo da gestão pública no Estado. Foram adotados os mesmos princípios metodológicos do PPA federal, com o programa como o centro do sistema de planejamento, orçamento e gestão, cada um deles com indicação do problema social a resolver, com objetivo, indicador e um conjunto de ações integradas para a solução do problema ou demanda social.

Em relação ao anterior, o PPA 2004-2007 apresenta mudanças importantes. A mais significativa delas é a alteração do conceito e da função do programa no processo de planejamento e orçamento do Estado, abandonando seu caráter classificatório da despesa, e passando a representar efetivamente programas de governo, que visam à solução de problemas da sociedade. Para isso, foram identificados, em cada programa, o problema social a resolver, fixados os objetivos a serem alcançados e os indicadores que permitem acompanhamento e avaliação da efetividade de cada programa. Além disso, foram também identificadas as ações que possibilitam o atendimento dos objetivos, para as quais foram definidos os correspondentes produtos, com suas unidades de medida, fixadas as respectivas metas físicas e recursos financeiros correspondentes.

Foi, também, construído um modo inovador de integração entre plano e orçamentos anuais, capaz de, por um lado, lidar com a defasagem temporal entre o PPA e a Lei Orçamentária, e, por outro, conferir flexibilidade à execução das ações





definidas no Plano. Assim, a cada ação orçamentária do PPA poderiam corresponder um ou mais projetos/atividades do orçamento, na proporção de uma ação para “n” projetos/atividades.

Complementando esse rol de inovações, ainda foram introduzidas novas práticas de importância significativa. São elas, o acompanhamento dos indicadores de programa e das metas das ações por meio de sistema próprio, a avaliação dos programas e do plano como um todo e, não menos importante, a realização de revisões anuais do PPA, prática tão desconhecida, que gerou embaraços na tramitação na Assembleia Legislativa.

Se o PPA 2004-2007 representou um conjunto importante de avanços nos procedimentos de planejamento, orçamento e gestão, na medida da incorporação desses novos conceitos na Administração Estadual, ele encontrou também dificuldades e limites, que impediram uma mais completa assimilação, nos diversos processos e instâncias de governo, dos novos instrumentos disponibilizados. Assim, a gestão orçamentária não chegou a utilizar, nas suas decisões, as informações geradas no acompanhamento dos programas. Os ajustes orçamentários continuaram a se realizar segundo práticas antigas e segundo uma visão muito fragmentada dos processos de gestão, ainda que tivesse a sua disposição elementos de análise estratégica.

A questão da regionalização das metas do PPA, por indefinição metodológica, foi tratada de modo meramente burocrático. Outro limite importante decorre da fraca base estratégica do PPA 2004-2007, o que gerou a elaboração de programas com corte eminentemente setorial. O conhecimento, todavia, dos avanços praticados e dos limites encontrados, propiciava boas condições para que o PPA 2008-2011 caracterizasse a continuidade desse processo de qualificação do Plano como instrumento de planejamento e gestão.



O PPA 2008-2011

A elaboração do PPA 2008-2011 teve por objetivo gerar um plano que representasse avanços em relação ao anterior, em especial pela superação dos limites já identificados, de modo a consolidar a ideia de um Estado comprometido com a obtenção de resultados e conferir ao Plano a condição de instrumento efetivo de planejamento e gestão. Nesse sentido, foram desenvolvidos esforços para:

- Reforçar a base estratégica do PPA;
- Ampliar a multissetorialidade dos programas e ações do Governo;
- Refletir o impacto das ações do Governo nas regiões;
- Dar tratamento adequado a temas de natureza transversal.

Assim, os programas do novo PPA foram elaborados a partir da definição da base estratégica da ação do Governo, construída com base no programa de governo e trabalhos decorrentes de iniciativas planejamento já publicados (RUMOS 2015, Agenda 2020 e Pacto de Rio Grande). Essa base estratégica, formulada em oficinas de planejamento estratégico que envolveram o primeiro escalão do Governo, é representada por uma visão de futuro de longo prazo (20 anos) e por um conjunto de estratégias de médio prazo (quatro anos) organizadas em três eixos de atuação. Desse modo, os programas deixaram de ser representativos de objetivos setoriais, para darem resposta aos objetivos estratégicos do Governo. Essa opção metodológica propiciou a construção de programas a partir de uma visão multissetorial dos problemas ou demandas da sociedade. Como consequência, foi possível reorganizar a ação governamental em um número significativamente menor de programas, tendo-se passado de 242 programas, no PPA 2004-2007, para 89, no novo PPA.



Uma outra inovação de natureza metodológica foi a introdução, no PPA 2008-2011, da possibilidade da vinculação a uma ação de um ou mais produtos, o que consolida o método de vinculação do orçamento ao PPA na proporção de uma ação para “n” projetos/atividades adotada no PPA anterior, e amplia o grau de flexibilidade para execução das ações pela via dos orçamentos anuais.

A questão da regionalização foi tratada em dois momentos, em decorrência, fundamentalmente, da não superação de um dos limites do processo de elaboração do PPA no Rio Grande do Sul, ou seja, o seu exíguo prazo de elaboração. No primeiro momento, durante a elaboração do PPA, foi realizado *workshop* envolvendo os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), consolidando a já tradicional participação da sociedade na construção dos planos do Governo. Nessas reuniões, foram colhidas as contribuições dos COREDEs para a elaboração dos programas do novo PPA. Além disso, no segundo momento, foi estabelecida na Lei do PPA² a elaboração, em um prazo de dois meses após a sanção da Lei, dos chamados Cadernos de Regionalização do PPA. Em consequência, foi elaborado um caderno para cada Região Funcional de Planejamento³, nos quais foram estabelecidas metas regionais para indicadores e ações de programas finalísticos passíveis de serem expressas de forma regionalizada.

Além disso, também em decorrência de dispositivo da Lei do PPA 2008-2011, para temas de natureza transversal, ou seja, cuja forma de atuação governamental envolve vários programas e setores, foi aberta a possibilidade de formalizar os chamados Planos de Políticas Transversais, que visam consolidar políticas públicas dirigidas a diferentes segmentos sociais em situação de vulnerabilidade. Um primeiro exemplo dessa prática é o Plano RS Mulher, que articula ações de diversos setores

² Lei nº 12.749, de 20 de julho de 2003.

³ As Regiões Funcionais de Planejamento foram formadas no estudo do RUMOS 2015 e correspondem a um agrupamento de COREDEs. Os 28 COREDEs foram agrupados em nove Regiões Funcionais.



e programas governamentais segundo as necessidades desse segmento social, destacando metas específicas. Trata-se, no entanto, de uma experiência que carece de aprimoramentos e de amadurecimento dos gestores para tratar de temas com características de transversalidade e que, por isso mesmo, exigem maior articulação e acordos de responsabilidades para que as políticas transversais possam efetivamente produzir os resultados que delas se espera.

UMA VISÃO CRÍTICA DO PPA 2008-2011

Se a elaboração do PPA 2008-2011 representou alguns avanços significativos, não é menos verdade que algumas barreiras não puderam ser superadas e alguns problemas surgidos comprometeram a qualidade e a utilidade do PPA como ferramenta de gestão.

Alguns desses problemas decorrem do próprio processo de elaboração do PPA e do contexto político no qual ele se desenvolveu, típico de um governo em fase de instalação. Outros foram detectados a partir da avaliação que se pode fazer, considerando a execução dos programas e a análise da aderência dos mesmos e seus atributos aos conceitos metodológicos que orientaram a sua elaboração.

A intenção de fortalecimento da base estratégica encontrou forte barreira no exíguo prazo de elaboração do Plano. Com efeito, não se pode esperar que, no primeiro ano de mandato do Governador do Estado, considerando tudo o que envolve a instalação de um governo novo, se possa produzir de modo tecnicamente consistente as orientações estratégicas do Governo, com a formulação dos grandes objetivos e das estratégias para alcançá-los, antes do final do mês de abril. Considerando que o prazo definido na Constituição Estadual para entrega do projeto de PPA na Assembleia Legislativa encerra em 15 de maio, é preciso que se formulem os programas antes mesmo da conclusão e divulgação dessas orientações estratégicas que, para serem bem assimiladas pela estrutura do Governo, precisam ser também desdobradas em orientações estratégicas setoriais (por secretaria). Assim,



os programas do PPA 2008-2011 foram concebidos tendo como referência política unicamente o plano de governo da Governadora eleita no pleito de 2006.

Essa situação gerou como consequência um relativo afastamento entre o conjunto de programas e as estratégias de governo reveladas em tempo em que não era mais possível utilizá-las como a base estratégica do PPA, orientadora do processo de formulação dos programas. Isso ficou muito claro no processo de definição dos programas estruturantes do Governo, os quais, inicialmente, seriam construídos de modo integrado com o PPA, mas, em parte pelas questões já mencionadas, foram definidos de forma autônoma e sem referência ao Plano Plurianual. Como consequência, ficou evidente a falta de integração entre dois importantes instrumentos de planejamento e gestão, além da dificuldade de conciliar os processos de tomada de informações sobre a execução das ações de governo, uma vez que, para cada um desses instrumentos (pelas diferenças metodológicas), utilizou-se um sistema diferente.

Além disso, a elaboração dos programas não é orientada pela perspectiva da execução, não se levando em conta as responsabilidades e os métodos a serem empregados na realização das ações, na identificação e remoção de entraves e na apuração dos indicadores de resultado. A identificação dos responsáveis pelos programas e ações, assim como o conhecimento dos sistemas e métodos de gestão e de prestação de contas, já na fase de elaboração do PPA, poderia conferir aos programas maior qualidade, em especial na definição de indicadores, produtos e metas mais realistas (porque definidos por quem vai executar), gerando maior comprometimento com o alcance dessas metas e com a prestação de informações sobre a execução. Ou seja, já na elaboração do plano, se definiriam os métodos de acompanhamento e de avaliação dos programas e do próprio PPA.



A aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 204/2010, em tramitação na Assembleia Legislativa, proporcionará um prazo mais adequado para o desenvolvimento de todas as etapas do processo de elaboração do PPA na perspectiva de sua qualificação como instrumento de planejamento e gestão do Governo do Estado, corrigindo as falhas anteriormente apontadas. Nos capítulos adiante, são apresentadas as propostas de adequação da metodologia de elaboração do PPA 2012-2015, contemplando a correção das falhas já assinaladas.

Deve-se citar, também, que a opção pela inexistência de revisões sistemáticas do PPA retirou dele o papel de instrumento de planejamento dos órgãos, pelo crescente distanciamento do Plano em relação à realidade. Há necessidade de tornar o Plano Plurianual um reflexo do planejamento e das atividades dos órgãos estaduais, que são dinâmicos, o que não ocorre quando ele não é atualizado. É preciso que a ideia de se manter o PPA atualizado, por meio de revisões periódicas ou sempre que necessárias, seja incorporada ao processo normal da gestão, conferindo ao Plano o papel de espelho do planejamento governamental, que é suscetível às alterações impostas pela realidade, ditadas pela dinâmica social e econômica.

No que diz respeito à abrangência do Plano, ocorreu a tentativa, no PPA 2008-2011, de espelhar a totalidade das ações desenvolvidas pelos órgãos, com definição de indicadores, metas e fontes de financiamento para todas essas ações. Na prática, isso contribuiu para aproximar o Plano do Orçamento – o que se constitui em fator positivo – mas o afastou do planejamento real dos órgãos, geralmente incompleto na data de entrega do Plano, gerando a inserção de estimativas irrealistas para vários dos atributos dos programas. O acompanhamento do alcance dessas estimativas, elaboradas com pouca qualidade, após a aprovação do PPA, sem a realização de revisões, reduz a credibilidade de todo o processo.



A experiência da regionalização do PPA 2008-2011 pode ser considerada um grande avanço em relação aos planos anteriores, pois, acima de tudo, significou a valorização da dimensão territorial no planejamento governamental. Entre os avanços do Plano podem ser destacadas a introdução de uma visão multiescalar com a flexibilização do procedimentos de regionalização e a qualificação da participação da sociedade.

No que tange às escalas utilizadas, os programas, ações e indicadores foram regionalizados a partir dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e das Regiões Funcionais de Planejamento. A utilização das Regiões Funcionais de Planejamento permitiu que fossem publicados 9 Cadernos de Regionalização e que os mesmos fossem discutidos com os representantes das regiões. Entretanto, devido à exiguidade dos prazos, a regionalização foi elaborada em conjunto com a formulação dos programas, sendo encaminhada posteriormente ao envio do Projeto de Lei à Assembleia Legislativa, em um prazo de 90 dias, conforme definido no Projeto.

Outro avanço significativo foi a qualificação das propostas encaminhadas pela sociedade, através dos COREDEs, especialmente devido à Carteira de Projetos do Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015). Esse material qualificado encaminhado pelas regiões não foi utilizado de forma adequada na elaboração dos programas e ações, tendo sido apenas compatibilizado com a programação já elaborada dos órgãos.

Dessa forma, considerando aos avanços e os limites da experiência realizada, para que a regionalização do PPA seja qualificada, três melhorias são fundamentais. A primeira se refere ao tempo de elaboração do processo, que deve ocorrer de forma simultânea à construção dos programas, ações e indicadores. Com isso, ao avaliar a territorialidade dos programas, se poderá indicar modificações necessárias ao aperfeiçoamento dos mesmos.



A segunda melhoria se refere ao momento em que as contribuições dos COREDEs são inseridas no processo. Considerando a cultura de participação do Estado do Rio Grande do Sul e que as regiões vêm qualificando seu processo de planejamento⁴, não faz nenhum sentido que apenas se compatibilize suas demandas com o planejamento dos órgãos. As contribuições da sociedade devem ser encaminhadas em tempo para que sejam consideradas pelos órgãos no processo de elaboração de seus programas e ações.

Por fim, a terceira e não menos importante melhoria pode ser obtida através da qualificação dos critérios de regionalização. Para tanto, a construção dos programas não deve se basear somente na generalização do cenário financeiro, para os 28 COREDEs e 9 Regiões Funcionais. Para que se obtenha a efetiva regionalização do Plano, devem ser avaliados, em cada programa ou ação, elementos como o histórico do mesmo, o público atendido em cada região e a variabilidade dos indicadores de mensuração nas diferentes regiões.

Já no que concerne à estrutura do PPA e de seus programas, é necessário que se analisem a tipologia de programas, seus atributos e o próprio conteúdo do Plano.

No PPA 2008-2011, buscou-se avançar na implantação do modelo de planejamento e gestão proposto pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 2.829/1998 e portarias regulamentadoras. Em outras palavras, buscou-se consolidar o entendimento do programa como unidade de planejamento e gestão. Além disso, era objetivo dotar o PPA do que se chamou de universalidade financeira, ou seja, que todas as despesas da Administração estivessem contidas no Plano Plurianual. Para isso, foram feitas algumas opções metodológicas, tais como:

⁴ No ano de 2010, através do Planejamento Regional Integrado, estão sendo concluídos 28 Planos Regionais, contendo uma avaliação sobre a realidade regional, estratégias e uma carteira de projetos prioritizados.



- Os programas são classificados em: finalísticos⁵, de serviços ao Estado⁶, de gestão de políticas públicas⁷, de política de crédito⁸ e de apoio administrativo⁹;
- Os programas finalísticos, os de gestão de políticas públicas e os de serviços ao Estado devem conter todas as despesas necessárias à realização de suas ações, com exceção das de pessoal;
- Os órgãos que tenham mais de um programa sob sua responsabilidade podem prever as despesas gerais de manutenção, não passíveis de apropriação nos programas finalísticos, dentro do Programa de Apoio Administrativo. Para tanto, esse programa, além das despesas com pessoal ativo, dispõe de ações padronizadas voltadas à manutenção e qualificação da infraestrutura dos órgãos e à publicidade institucional não vinculada a programas finalísticos.

Quanto à tipologia dos programas, é possível afirmar que a classificação adotada se revelou de pouca utilidade, pois não há qualquer avaliação que se faça a partir da mesma. O que se verifica, em especial

⁵ Os **Programas Finalísticos** destinam-se à solução ou atenuação de problemas da sociedade ou, ainda, ao aproveitamento de oportunidades, em consonância com a orientação estratégica do Governo. Têm seus resultados medidos e avaliados por indicadores específicos.

⁶ Os **Programas de Serviços ao Estado** são programas cujo público-alvo é o próprio Estado. Exemplos desse tipo de programa são os relativos à arrecadação tributária, gestão financeira, defesa judiciária do Estado, entre outros.

⁷ Os **Programas de Gestão de Políticas Públicas** têm por finalidade gerir as políticas públicas de uma área ou setor do governo. Em consequência, seus resultados são aferidos pelos resultados dos Programas Finalísticos e de Serviços ao Estado, não possuindo indicadores próprios.

⁸ Os **Programas de Política de Crédito** são destinados a expressar os programas geridos pelas instituições de crédito do Estado e se diferenciam dos Programas Finalísticos pelo fato de que suas ações não contêm dados relativos às despesas, tendo somente metas físicas, caracterizadas pelo volume de crédito concedido, pelo número de operações realizadas e/ou pelo número de beneficiários dessas operações.

⁹ O **Programa de Apoio Administrativo** destina-se à realização de ações cuja alocação nos outros programas é de difícil realização. No PPA 2008-2011, esse programa concentrará as despesas com pagamento de pessoal da Administração Direta, das fundações e das autarquias, além daquelas correspondentes à manutenção dos órgãos e não ligadas diretamente a um programa e de publicidade institucional.



nos critérios adotados pelo Governo Federal, é uma classificação mais simples, em que se dividem os programas em somente dois grupos: os finalísticos e os demais, que são chamados de apoio à implementação de políticas públicas, que abrangem o de apoio administrativo e os de gestão de políticas.

Quanto aos atributos dos programas, ressalta-se que a aderência ou não aos seus respectivos conceitos é fortemente condicionada pelas dificuldades do processo de elaboração do PPA já mencionadas. A não-utilização de metodologias específicas para análise de problema e elaboração de programas dificulta a correta especificação dos problemas a serem enfrentados e oportunidades a serem aproveitadas e, em consequência, dificulta a declaração dos objetivos e indicadores e a identificação das ações correspondentes.

Além disso, a ausência de preocupação com a execução dos programas fica evidente quando, além de não se definirem a priori os responsáveis e os métodos de gestão, não se explicita a estratégia de implementação dos programas, deixando em aberto questões como parceiros, formas de implementação das ações e métodos e ferramentas de acompanhamento e avaliação. Essa deficiência pode ser resolvida pela criação de um novo atributo no programa destinado ao registro dessas informações. Com isso, pode-se avançar no sentido de incluir, já na elaboração dos programas, a preocupação com o processo de execução, acompanhamento e avaliação.

No Anexo 2 deste documento, consta relatório de avaliação dos programas do PPA 2008-2011 sob o enfoque de adequação aos conceitos dos diversos atributos, constituindo informação útil para o correto entendimento dos conceitos metodológicos a serem utilizados na elaboração dos programas do PPA 2012-2015. A seguir, apresenta-se uma avaliação mais geral de cada um desses atributos.



Denominação: O nome dos programas cumpre essencialmente o papel de comunicar o que é o programa, de tal forma que o leitor já possa concluir sobre sua função, ou seja, qual o problema social que ele busca resolver. Além disso, ou até mesmo por isso, a escolha do nome tem caráter eminentemente comunicacional, podendo ser orientada por métodos típicos de *marketing*, na medida em que ele auxilia na prestação de informação ao público. Devem ser evitados nomes excessivamente técnicos.

No PPA 2008-2011, de um modo geral, os nomes dos programas são razoáveis e cumprem bem essas finalidades. As exceções coincidem com casos em que os programas estão mal concebidos como um todo, com deficiências na definição do problema, dos objetivos e do conjunto de ações.

Justificativa: Talvez a maior dificuldade na construção dos programas do PPA 2008-2011 seja exatamente a identificação e explicação dos problemas ou oportunidades que justificam a existência de um programa, o que pode ser constatado na leitura e análise dos respectivos textos que buscam justificá-los. O que mais se encontra nesse espaço são menções ao objetivo do programa, ao modo de atuação.

A abordagem do problema e suas causas (ou oportunidades com seus ganhos), bem como a informação do contexto situacional que no qual se inserem, é rara e, quando aparece, merece correções. Esse talvez seja o campo de conteúdo mais importante na construção de um programa, pois dele dependem a definição dos objetivos, em especial, e das ações, pois estas devem atuar sobre as causas do problema.

A adoção de uma ferramenta de análise de problemas e elaboração de programas provavelmente conferirá mais qualidade ao preenchimento desse campo, contribuindo também para o aperfeiçoamento dos demais atributos do programa, que dependem



fundamentalmente da correta apresentação e explicação do problema que se pretende resolver ou atacar.

Objetivo: Mesmo podendo parecer um paradoxo, os objetivos dos programas estão mais bem elaborados do que suas justificativas. Isso talvez se deva ao fato de que, mesmo que intuitivamente, os problemas são conhecidos a partir dos seus sintomas. Entretanto, como os problemas não são bem explicados, os objetivos decorrem do senso comum e não de um processo de conhecimento das situações-problema, que permita a descrição da situação-objetivo pretendida. A adoção de ferramentas específicas para elaboração de programas poderá qualificar o processo de formulação de objetivos, tornando-os mais precisos na descrição da situação-objetivo.

Indicadores: Em decorrência, os indicadores padecem do mesmo mal que afeta os objetivos, ou seja, muitos deles não conseguem expressar as situações-problema que justificam os programas, nem tampouco medir a evolução dessa situação rumo ao objetivo do programa. Além disso, há certa confusão metodológica na construção dos indicadores, pois muitos deles são mera reprodução de produtos das ações.

Outra questão importante quanto aos indicadores diz respeito aos métodos de apuração, nem sempre óbvios. Isso, associado ao fato de que a responsabilidade pelos programas não é bem definida, gerou dificuldades e até impossibilidade na apuração de vários indicadores. A adoção de um novo campo no sistema de elaboração do PPA, que tratasse especificamente da forma de cálculo e do método de apuração poderia contribuir tanto para a proposição de indicadores mais bem construídos como para evitar os problemas enfrentados na apuração de vários indicadores do PPA 2008-2011.

A adoção de métodos especialmente concebidos, como o Guia Metodológico para Elaboração de Indicadores de Programas,



editado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contribuirá para a formulação de indicadores mais apropriados e, em consequência, para o aperfeiçoamento do processo de avaliação dos resultados da ação governamental.

Ações: As ações representam o esforço do Governo para o alcance dos objetivos dos programas e devem, para tanto, incidir sobre as causas dos problemas. Assim, o conjunto das ações de um programa deve ser capaz de propiciar o alcance do seu objetivo, ou seja, devem levar a situação-problema para a situação-objetivo. Para isso, as ações precisam ser coerentes entre si e, no seu conjunto, enfrentar as causas do problema. No Anexo 2, são apresentados comentários sobre as ações do PPA 2008-2011 em face dos objetivos dos programas, sob os enfoques da suficiência e da coerência entre as ações, os quais serão úteis para orientar a elaboração dos programas do PPA 2012-2015.

A estrutura das ações representa um dos avanços no processo de elaboração do PPA 2008-2011. A possibilidade de definição de vários produtos em uma mesma ação cria melhores condições para a integração do plano com o orçamento e permite uma melhor definição do resultado de cada ação.

Além disso, um mesmo produto pode ser medido de várias maneiras, por exemplo, o produto crédito rural concedido pode ser medido em valor dos créditos concedidos, número de contratos de crédito e número de beneficiados com o crédito, permitindo melhores condições de avaliação.



3. UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual –PPA, estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Da mesma forma, o art. 149 da Constituição Estadual de 1989 prevê que a lei que aprovar o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas, quantificados física e financeiramente, dos programas da administração direta e indireta, de suas fundações, das empresas públicas e das empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto. E, ainda, que o plano plurianual será elaborado em consonância com o plano global de desenvolvimento econômico e social do Estado, podendo ser revisto quando necessário. Essa atribuição confere ao PPA papel central no processo de planejamento do Estado.

A cada quatro anos, com a proximidade do processo de elaboração do Plano, busca-se aprimorar o método de elaboração do mesmo, de forma a conceder-lhe maior tecnicidade e especificidade, e torná-lo cada vez mais eficiente no atendimento das necessidades da sociedade gaúcha. É nesse sentido que este documento foi construído: buscar o aprimoramento da metodologia de construção do PPA.

A partir do conhecimento do processo evolutivo do Plano Plurianual no âmbito do Governo do Rio Grande do Sul e da avaliação do PPA 2008-2011, com a identificação do que ele apresentou de inovação e avanços, assim como de seus limites, o que se apresenta como indispensável é o desenho de uma nova proposta de metodologia para a



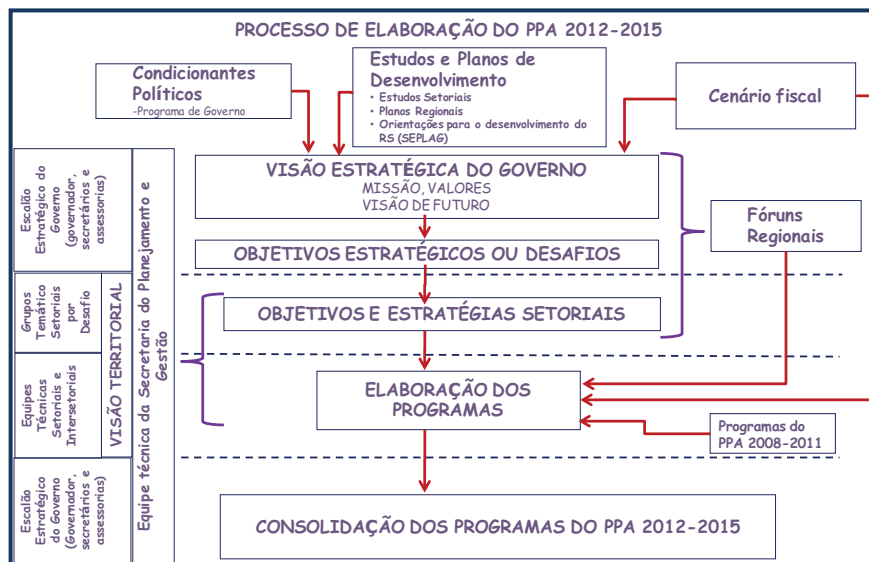
MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

elaboração do PPA 2012-2015, que seja capaz de apontar os caminhos para a superação desses limites. Tal proposta é apresentada a seguir, abordando a elaboração da base estratégica orientadora da elaboração do PPA, com a fixação dos objetivos estratégicos do Governo e seu desdobramento em objetivos setoriais, o processo de elaboração dos programas, a inserção do enfoque regional e a participação da sociedade.

O que se pretende com isso é reforçar o papel do PPA como instrumento de planejamento e de gestão do Governo do Estado, que sirva como um guia permanente da ação governamental, como orientador do processo de decisão e de alocação de recursos, além de base para a avaliação dos resultados do Governo e de prestação de contas à sociedade. Para tanto, é indispensável garantir que o PPA reflita efetivamente as estratégias do Governo, validadas no processo democrático, e que, já na fase de elaboração do Plano, sejam tratadas questões como responsabilidade pela coordenação de programas e ações, estratégias de implementação, além métodos de acompanhamento, avaliação e revisão do PPA.

Assim, propõe-se a adoção de uma sequência de ações concatenadas, para que os programas e ações do PPA 2012-2015 sejam a expressão das estratégias do Governo, reflitam o processo de consulta à sociedade, respeitem as peculiaridades regionais, sejam financeiramente viáveis, apontem para metas factíveis e transformadoras da realidade, constituindo-se o Plano, desse modo, em um instrumento valioso para a gestão governamental e para a avaliação de seus resultados e como meio de prestação de contas à sociedade. A figura a seguir tenta demonstrar essa proposição:



3.1 A BASE ESTRATÉGICA

A base estratégica consolida os objetivos com os quais o Governo se compromete a partir do processo democrático. Assim, ela deve representar a ideia de desenvolvimento econômico e social defendida na campanha eleitoral (portanto, validada pela população), além de considerar os estudos técnicos existentes e a manifestação da sociedade por meio de instituições reconhecidas, como os COREDES e entidades de representação setorial e de segmentos sociais.



No momento da elaboração da base estratégica, alguns fatores devem ser levados em consideração por condicionarem tudo o que vem após. Do lado político, está o Programa de Governo que, por ter sido escolhido no processo eleitoral, deve ser considerado como a expressão das aspirações da sociedade e, assim, é indicado que o que consta nele seja utilizado para a construção das linhas básicas de atuação do Governo. O Cenário Fiscal, elaborado pela Secretaria da Fazenda em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão, condiciona as ações à capacidade de financiamento do Setor Público – é necessário saber a disponibilidade de recursos para se traçar um plano que apresente consistência entre o que é possível executar e o quanto estará disponível. Essa é uma projeção dadas as expectativas de receitas e o montante de recursos destinados a despesas obrigatórias, tendo em conta os possíveis rumos que as economias estadual, nacional e internacional podem tomar. Por fim, devem servir de subsídios para a construção da base estratégica do Governo as orientações para o desenvolvimento do Estado¹⁰, assim como os demais estudos e planos setoriais.

¹⁰ Elaboradas a partir da realização, pela SEPLAG, de agosto a outubro de 2010, de treze *workshops* sobre temas relevantes para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.



Para isso, constituem a base estratégica um conjunto de declarações que vão orientar todo o planejamento do Governo e a execução e avaliação de seus programas e ações. Essas declarações devem resultar de esforço conjunto dos integrantes do primeiro escalão do Governo, reunidos em seminário de planejamento estratégico, e são: Missão, Visão de Futuro, Valores, Objetivos Estratégicos do Governo ou Desafios e Objetivos Setoriais.

A metodologia de elaboração da base estratégica para o PPA 2012-2015, aqui proposta, prevê dois momentos distintos. O primeiro diz respeito às definições mais gerais e constitui a Orientação Estratégica do Governo (OEG), a cargo de sua alta direção. O segundo momento visa estabelecer o vínculo entre os setores do Governo e a Orientação Estratégica do Governo, que resulta na definição dos objetivos e das estratégias setoriais.

Orientação Estratégica do Governo

Nesse momento, mediante a utilização de ferramenta apropriada de planejamento estratégico, serão definidas a Missão, a Visão de Futuro e os Objetivos Estratégicos do Governo, os quais poderão ser organizados por área ou por eixo de atuação. Participam dessa etapa o Governador, o Vice-Governador, os secretários de estado e respectivas assessorias.

Missão: corresponde à finalidade da organização (Governo do Estado), em face das suas atribuições legais e dos seus compromissos políticos. Deve referir a função básica do Governo e o modo como será exercido, compatível com a linha política legitimada no processo eleitoral.

Visão de futuro: representa uma visão de longo prazo do processo de desenvolvimento da sociedade gaúcha, definindo a situação almejada para um horizonte de 20 anos ou mais. Também está associada ao projeto político legitimado no processo eleitoral. A visão de futuro será



o ponto de partida para a formulação dos objetivos estratégicos do Governo.

Valores: são os princípios, normas tácitas ou padrões que norteiam a ação governamental.

Objetivos estratégicos ou desafios: conferem materialidade e significância para a missão, asseguram coerência com a “visão de futuro” e compatibilidade plena com os valores, representando a situação desejada no horizonte de vigência do PPA 2012-2015, observados os condicionantes políticos e financeiros, em busca dos quais a administração traçará suas linhas de ação. Os objetivos estratégicos deverão ser, acima de tudo, fatores de mobilização e de articulação dos meios para alcançá-los, podendo ser organizados a partir de áreas ou de eixos de atuação do Governo.

Objetivos e estratégias setoriais

Os Objetivos e Estratégias Setoriais (OESs) traduzem a OEG em estratégias de ação e indicam o modo como o Governo busca alcançar cada objetivo estratégico ou desafio, constituindo a base para a formulação dos programas. São baseados nas forças e fraquezas das instituições, sendo construídos a partir das respostas a três perguntas fundamentais:

- Que forças devem ser preservadas ou acentuadas?
- Que forças se tornaram de pouca valia?
- Que novas forças precisam ser criadas e que fraquezas precisam ser eliminadas para superar as ameaças e aproveitar as oportunidades?

O método proposto para formulação dos OESs é a formação de grupos temáticos por área ou por eixo de atuação do Governo, reunindo os setores envolvidos na consecução dos objetivos estratégicos correspondentes. Os grupos temáticos, em seminários de planejamento,



formularão as estratégias, identificando os setores responsáveis pela execução, indicando quais estratégias têm caráter intersetorial ou transversal. Os grupos temáticos podem ser o embrião de futuros fóruns intersetoriais de gestão.

Os OESs, desse modo, detalham os objetivos estratégicos ou desafios, transformando-os em objetivos a serem alcançados pelos órgãos setoriais (secretarias de estado ou equivalentes) e as correspondentes estratégias para alcançá-los, levando-se em consideração o papel desses órgãos dentro do Governo. Os OESs representam, assim, o esforço a ser desenvolvido pelas diversas áreas (secretarias de estado, fundações, autarquias e estatais) para a realização da visão de futuro, a partir da superação de fraquezas e ameaças e do aproveitamento de oportunidades, e serão a base para elaboração dos programas do PPA 2012-2015.

Na construção dos OESs, devem ser utilizados, além da OEG, estudos setoriais sobre as realidades específicas das áreas (por exemplo, estudos sobre cadeias produtivas, estudos sobre causas da mortalidade infantil, etc.), planejamentos setoriais já realizados, ou em implementação, bem como as avaliações do PPA 2008-2011.

A visão territorial é fundamental nessa etapa, visando, já na formulação dos OESs, contemplar as peculiaridades regionais e construir uma política de tratamento das desigualdades entre as regiões do Estado, respeitando suas vocações e indicando o modo como o Governo pode atuar na superação de questões que condicionam o desenvolvimento de cada região. Essa visão deve ser construída a partir da OEG, dos estudos setoriais já desenvolvidos e da contribuição da sociedade manifesta pelos COREDEs nos seus respectivos Planos Estratégicos.

A formulação dos OESs será precedida de diagnóstico ou análise situacional, identificando, pelo menos:

- Um delineamento geral do setor, área ou eixo de Governo;
- Uma apresentação sucinta dos principais atores



envolvidos no desenvolvimento do setor e suas competências;

- A identificação dos problemas (por exemplo, carências e oportunidades) existentes na sociedade, relacionadas ao setor e seus segmentos, que serão objeto de intervenção ao longo do PPA, relatando o que já foi feito para a sua solução;
- Detalhamento dos problemas identificados, onde são apontadas suas causas e as consequências do seu não enfrentamento;
- Possíveis soluções para os problemas observados e o que pode ser feito no período de vigência do PPA 2012-2015.

Os Objetivos Estratégicos Setoriais serão, assim, formulados em função da seleção de problemas a serem enfrentados no horizonte de vigência do PPA 2012-2015, sendo a origem da elaboração dos programas e ações.

3.2 A VISÃO TERRITORIAL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para efeito da elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, a regionalização das ações será definida pelas duas escalas de abrangência já utilizadas pelo sistema de planejamento governamental: 9 Regiões Funcionais de Planejamento e 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)¹¹.

Os critérios para a regionalização serão definidos em conjunto com cada órgão quando das oficinas de elaboração dos programas e devem contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos: histórico da execução orçamentária dos programas e ações já existentes, população atendida e distribuição territorial dos indicadores utilizados pelo programa.

A participação das regiões no processo de elaboração do PPA ocorrerá durante a elaboração do Projeto de Lei que será enviado à Assembleia Legislativa. Conforme cronograma definido pela Secretaria do

¹¹ A utilização da Escala Estadual ficará restrita aos casos em que não exista nenhuma possibilidade de regionalização dos programas ações e ou indicadores.



Planejamento e Gestão, em um primeiro momento, está prevista a realização de Fóruns para apresentação da base estratégica do Plano às 9 Regiões Funcionais de Planejamento¹². Em um segundo momento, as regiões poderão encaminhar suas prioridades à SEPLAG, tendo como base a carteira de projetos elaborada pelos planos estratégicos das 28 regiões. Na oportunidade em que serão realizadas as oficinas setoriais, as demandas serão apresentadas aos órgãos que, na medida do possível, incorporarão as mesmas aos seus programas e ações. Finalmente, a regionalização será consolidada nos Cadernos de Regionalização e, oportunamente, apresentados para as nove Regiões Funcionais de Planejamento.

3.3 A ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS

Os programas, no Plano Plurianual, serão elaborados a partir dos Objetivos e Estratégias Setoriais e representam o modo de organizar as ações do Governo no sentido da realização da Visão de Futuro, de acordo com as Orientações Estratégicas do Governo e com os Objetivos Estratégicos Setoriais. Os programas traduzem, assim, a forma de enfrentamento dos problemas que se interpõem entre a situação inicial e a projetada para o horizonte de vigência do PPA, sendo elaborados a partir da análise dos problemas, identificação de suas causas, regiões de incidência, grupos sociais atingidos e consequente estabelecimento do objetivo e do conjunto de ações.

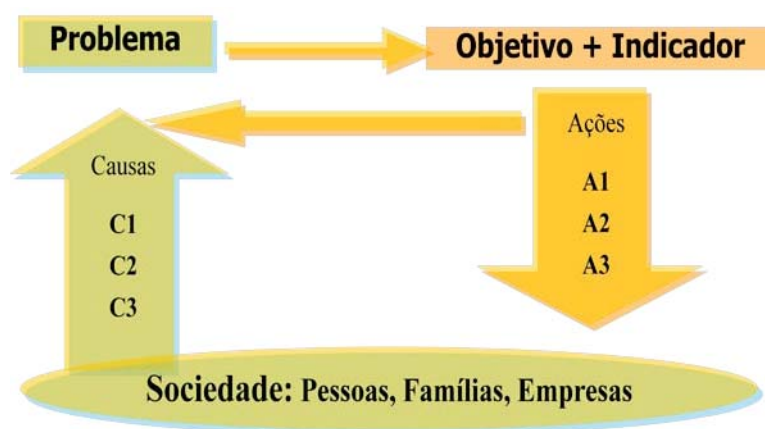
As Ações de Governo, por sua vez, serão realizadas para o alcance dos objetivos setoriais e regionais. A avaliação do cenário fiscal, considerando as projeções de receitas e de despesas, é que definirá o escopo e a abrangência das ações a serem incorporadas e desenvolvidas nos Programas. Portanto, os Programas e suas Ações representam a forma, permitida pelo cenário fiscal, de enfrentamento dos problemas e

¹² A realização dos Fóruns Regionais será beneficiada com a aprovação do Projeto de Lei que prorroga o prazo de entrega do Plano Plurianual de 15 de maio para 01 de agosto.

aproveitamento das oportunidades, para o horizonte de vigência do PPA.

Para elaboração dos Programas e definição das Ações a serem realizadas, faz-se necessário estabelecer uma metodologia. Esta deverá identificar as causas dos problemas/oportunidades e o contexto socioeconômico, preferencialmente regionalizado, em que se inserem, o público-alvo ou grupo social a ser beneficiado, e conseqüente estabelecimento do(s) objetivo(s) e do conjunto de ações para o seu alcance.

Os Programas, através do conjunto de suas Ações, serão monitorados ao longo da vigência do PPA para a verificação do alcance dos seus objetivos. Os objetivos serão atingidos através dos resultados das Ações. Dessa forma, o conjunto dos produtos planejados deve ser capaz de modificar a situação inicial constatada como problema ou como oportunidade a ser aproveitada.

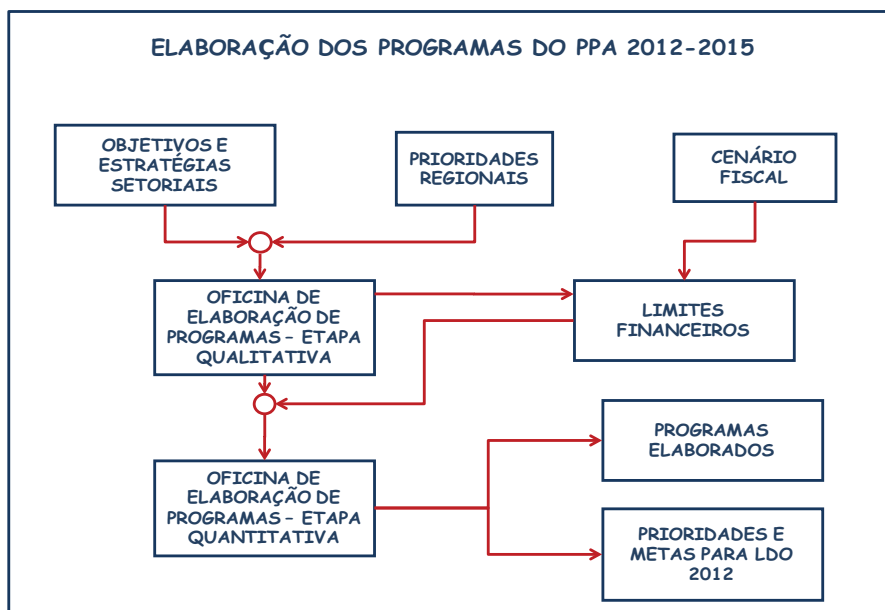


Tanto a situação inicial, que justifica a formulação do Programa e a realização de suas Ações, como a situação atingida ao final do PPA serão expressas por meio de um Indicador. Dessa forma, o Indicador é o instrumento que permite identificar e mensurar o resultado do Programa ou a sua evolução.

Dessa forma, um Programa é um instrumento de organização

da atuação governamental, que articula um conjunto de Ações para enfrentar um problema de modo a alcançar metas preestabelecidas, sendo os resultados mensurados através de Indicadores.

A elaboração dos programas do PPA 2012-2015 será feita em oficinas específicas para análise de problemas e desenho das ações necessárias ao respectivo enfrentamento. Nessas oficinas, a partir das orientações estratégicas do Governo, dos objetivos e estratégias setoriais e da contribuição das regiões, serão identificados e priorizados os problemas que serão objeto da elaboração de programas do PPA, traçados os respectivos objetivos e indicadores e definidas as ações necessárias ao enfrentamento dos problemas. Na primeira oficina, a elaboração dos programas não levará em conta as limitações de recursos, sendo a única preocupação identificar as ações capazes de resolver o problema. Essa primeira oficina denomina-se Etapa Qualitativa da elaboração dos programas.



A partir do cenário fiscal previsto para o período de vigência do PPA 2012-2015, consideradas as prioridades do Governo, oriundas dos



compromissos políticos assumidos e dos condicionantes legais existentes, serão estabelecidos os limites financeiros que irão condicionar a quantificação dos objetivos dos programas e a definição das respectivas metas físicas das ações. Assim, a elaboração dos programas parte de um exercício livre de construção de soluções e, conhecidas as limitações, em especial as financeiras, são redimensionados os objetivos e as metas a alcançar.

Desse modo, das oficinas de elaboração de programas, resultam os programas do PPA 2012-2015 e, além disso, as prioridades e metas para o exercício de 2012, que orientarão a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Os programas no PPA 2012-2015

Os programas do PPA 2012-2015, elaborados segundo o método antes descrito, terão a estrutura a seguir apresentada, com a descrição de seus atributos.

1. O Problema e a sua Justificativa

Para o propósito de elaboração de Programas do PPA, “problemas” são demandas não satisfeitas ou carências ou oportunidades identificadas socialmente que, ao serem reconhecidas e declaradas pelo governo, passam a integrar a sua agenda de compromissos. Na metodologia de formulação de programas, os problemas devem ser expressos por uma “justificativa”. A justificativa é a descrição do problema com a argumentação sobre os motivos que fundamentam a proposição do programa, deve incluir o diagnóstico e as causas da situação-problema, bem como seu contexto situacional, com dados que comprovem a pertinência da realização do programa

2. Público-Alvo e o Tipo de Programa

Na delimitação do problema, deve ser explicitado o segmento ou setor, social e econômico, afetado pelo mesmo. O público-alvo corresponde, assim, ao grupo social ou setor econômico a ser



beneficiado pelas ações do Programa. A definição do público-alvo apoiará a caracterização do tipo de Programa. Quando o produto das Ações e os resultados do Programa enfocarem diretamente um segmento socioeconômico bem definido, os Programas serão do tipo Finalístico.

Há, ainda, outros tipos de programas, cuja finalidade das Ações destina-se a apoiar a Gestão de Políticas públicas ou outros, que são de caráter Administrativo. Desses resultam produtos que beneficiam indiretamente a sociedade, tais como os programas de Apoio Administrativo que, entre outras ações, incluem o pagamento da folha de pessoal dos servidores do Estado e o custeio da Administração Pública.

3. Objetivos e Metas

As metas representam o resultado que se deseja alcançar com o desenvolvimento do Programa. Para que as metas sejam passíveis de alcance, é importante considerar o horizonte temporal da execução do programa. Portanto, o resultado do programa é a transformação ou mudança ocorrida em uma realidade a partir da execução do mesmo.

Os objetivos estão relacionados à realização das Ações cujos produtos devem, em conjunto, apoiar o alcance das metas. Assim, os objetivos devem ser indicados de modo preciso, a fim de apoiar a identificação das ações a serem realizadas para a obtenção dos resultados/metasp esperados pelo programa. As ações e seus objetivos podem ter caráter geral, isto é, para todo o Estado, ou podem estar associados a regiões ou a setores, não atingindo todo o Estado ou todos os órgãos, mas, ainda assim, seus resultados ou produtos estarão contribuindo para o alcance das metas do programa.

Além da definição dos principais elementos que caracterizam o Programa, é importante definir a estratégia de implementação do Programa, ou seja, o modo como ele será executado. Para tanto, devem ser definidos quais são as instituições e os atores responsáveis pela coordenação dos Programas e pela realização das suas Ações, quais as instituições parceiras e quais os recursos necessários para a sua



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

implementação, bem como a forma de sua obtenção.

Cabe, ainda, ressaltar que o alcance dos objetivos e metas das Ações e dos Programas estará relacionado aos métodos de gestão adotados pela coordenação dos Programas. Isso impõe que os métodos de gestão dos Programas e Ações sejam detalhados na etapa de sua formulação. Da mesma forma, o modo de verificação do alcance dos resultados esperados pela realização do Programa necessita ser descrito antecipadamente.

A observação desses procedimentos quando da formulação dos programas contribuirá para a eficiência na utilização dos recursos e para o alcance eficaz dos produtos e resultados dos programas.



CONCLUSÃO

O momento da elaboração do Plano Plurianual caracteriza-se como propício para que se desenvolvam esforços para a qualificação dos processos de planejamento e gestão no âmbito do Governo do Estado, com vistas a dotá-lo de ferramentas que ampliem a sua capacidade de transformar projeto de governo e demandas sociais em políticas públicas e programas capazes de produzir os melhores resultados, tudo em benefício da sociedade. O que se propõe neste documento é, assim, fortalecer o Plano Plurianual como um instrumento efetivo e qualificado de planejamento e gestão, capaz de ser um orientador da ação governamental, o que será tanto mais verdadeiro quanto maior for a sua capacidade de traduzir, em programas e ações, as estratégias do Governo.

Com os aperfeiçoamentos propostos, o PPA 2012-2015 qualifica-se como uma importante ferramenta de gestão governamental. Da qualidade do processo de formulação dos programas resultará um plano que, posto em execução e adequadamente monitorado e avaliado, será orientador das principais decisões sobre estabelecimento de prioridades e alocação dos recursos de toda ordem.



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

ANEXOS



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão

Departamento de Planejamento Governamental

ANEXO 1 - ANÁLISE JURÍDICA



Conteúdo Mínimo Obrigatório do Projeto de Lei do PPA

Para fins desta análise, foi feito o levantamento da legislação que aborda diretamente os planos plurianuais, foram analisadas a legislação Federal e do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, foi feita pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

Iniciando pela análise da legislação Federal, a Constituição de 1988 (CF) estabelece, em seu art. 165, § 9º, inciso I, que cabe à Lei Complementar (LC) dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. Contudo, até o presente, não há lei complementar federal dispondo sobre essa matéria.

Sendo assim, os PPAs federais têm como base a CF e uma lei ordinária, a Lei Federal 10.180/01 que, dentre outras providências, organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

O inciso II do art. 7º dessa lei é de especial importância relativamente ao PPA federal.

“Art. 7º Compete às unidades responsáveis pelas atividades de planejamento:

(...)

II - coordenar a elaboração dos projetos de lei do plano plurianual e o item, metas e prioridades da Administração Pública Federal, integrantes do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, bem como de suas alterações, compatibilizando as propostas de todos os Poderes, órgãos e entidades integrantes da Administração Pública



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

Federal com os objetivos governamentais e os recursos disponíveis;”

Entretanto, a mesma não apresenta um maior detalhamento sobre a elaboração do plano.

Além desses instrumentos, há a Portaria 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções, relativamente à Lei 4.320/64, estabelece conceitos e dá outras providências. Seus artigos 2º e 3º estabelecem:

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

- a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- b) Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- c) Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- d) Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.



Sendo assim, obedecendo-se ao disposto na referida Portaria, há a necessidade do estabelecimento de indicadores de programas no plano plurianual.

No âmbito estadual, além da Constituição do Estado (CE), há a LC 10.336/94, que posteriormente foi alterada pela LC 11.180/98. Essas LCs estatuem, entre outras, normas para a elaboração e controle dos planos plurianuais.

Art. 2º § 3º - “O plano plurianual poderá ser revisto, por lei, quando necessário.”

É importante destacar o que consta do art. 3º:

“Art. 3º - Integração a lei do plano plurianual:

I - as diretrizes que nortearão a administração pública e os objetivos de cada órgão por Programa;

II - o demonstrativo das receitas por fonte e das despesas por Programa;

III - a estimativa das despesas de capital, especificadas por Programa;

IV - as metas, quantificadas física e financeiramente, por órgão e por Programa, que deverão ser atingidas relativamente à prestação de serviços-fins;

§ 1º - A origem de recursos será especificada por Recursos do Tesouro, Próprios da Autarquia, Próprios da Fundação, Convênios, Operações de Crédito Internas e Operações de Crédito Externas.”

O § 2º define os termos empregados na lei:

“§ 2º - Para efeitos desta Lei, consideram-se:

I - Diretrizes: os critérios de ação e de decisão que devem disciplinar e orientar os diversos aspectos envolvidos no processo de planejamento;

II - Objetivos: os resultados que se pretende alcançar com a realização de ações governamentais;



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

III - Metas: a especificação e a quantificação física e/ou financeira dos objetivos estabelecidos;

IV - Programa: o conjunto de ações necessárias para alcançar um objetivo;

V - Projeto: o conjunto de ações limitadas no tempo, do qual resulta um produto final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;

VI - Atividade: o conjunto de ações que se realizam de modo contínuo e permanente, necessárias à manutenção da ação governamental, de prestação de serviços-fins ou de prestação de serviços-meios;

VII - **Atividade de prestação de serviços-fins**: as ações que resultam em serviços prestados à comunidade passíveis de especificação e quantificação física;

VIII - **Atividade de prestação de serviços-meios**: as ações de manutenção administrativa;

IX - Investimento em obras: as despesas com ações destinadas a ampliar ou aperfeiçoar a infra-estrutura.”

Com relação à regionalização, há a seguinte previsão:

“§ 3º - As informações devem ser especificadas também por região.”

Ainda, quanto ao detalhamento do PPA, o art. 4º:

“Art. 4º - A especificação das metas quantificáveis fisicamente, referidas no artigo 3º, inciso IV, far-se-á em três grupos: as relativas a ações em andamento, a ações paralisadas e a ações novas.”

Ao analisar-se a Justificativa do projeto da Lei Complementar 11.180, enviada pelo Executivo à Assembleia Legislativa, cumpre destacar:

“O Plano Plurianual, como explicitação da vontade de governo, deve formular de modo global a intenção governamental. O detalhe de execução em nível de projeto e/ou atividade é tarefa para os orçamentos anuais.”



Mais adiante:

“Com relação aos demonstrativos integrantes do Plano Plurianual, é proposta a seguinte apresentação: das receitas, por fonte e estimativa das despesas. Bem como das metas por órgão e por Programa para o quadriênio como um todo e relativas à prestação de serviços-fins. A apresentação das proposições em nível de projeto e atividade fica eliminada.

Optou-se pela caracterização das proposições em níveis globais para os quatro anos por órgão e por Programa, de tal forma que, a cada ano, selecionar-se-ão as proposições que integrarão a proposta orçamentária compatibilizando, de forma mais adequada, as despesas necessárias aos recursos disponíveis.”

E, ainda:

“Ao Poder Executivo caberá, quando do início de cada gestão administrativa, apenas expor, para o quadriênio, as metas que pretende alcançar e os seus grandes objetivos de governo, deixando as delimitações para os orçamentos anuais.”

Pelo exposto, fica clara a intenção do legislador de não explicitar em demasia o conteúdo do Plano. É possível concluir pela desnecessidade da colocação de metas por ação, sendo apenas exigidas para os programas. E mesmo quanto a estes, somente nos casos dos serviços-fim.

Visando a um maior entendimento sobre o conceito de serviços-fim e serviços-meio, constantes da LC 10.336, buscou-se definições desses termos na doutrina. Contudo, os serviços públicos não são classificados dessa forma. Assim, por extensão, passou-se à definição de atividades-fim e atividades-meio. A melhor definição, e citada por vários doutrinadores, continua sendo a de Hely Lopes Meirelles:



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

“A Administração exercita duas espécies de atividades: as atividades-fins e as atividades-meios, aquelas empregadas na consecução do seu objetivo específico, e estas, na organização, acionamento e manutenção da infraestrutura administrativa, sem a qual as primeiras não podem ser realizadas. É óbvio que as atividades-fins, constituindo a razão de ser do Estado, são as mais importantes, não podendo ser subordinadas às atividades-meios.

As atividades-meios são aquelas comuns a toda a Administração, como as relacionadas com o pessoal e a execução orçamentária, ao passo que as atividades-fins são específicas de um determinado órgão, individualizando-o no conjunto dos demais órgãos administrativos.”

Outra explanação bastante útil, retirada do *site* Ponto dos Concursos, é a que segue:

A Administração Pública pode ser definida, segundo Di Pietro, como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução do interesse coletivo”.

Além dessas atividades, as atividades-fim, a Administração exerce uma série de atividades-meio, que podem ser definidas como as atividades que a Administração deve desenvolver como condição indispensável para o exercício de uma atividade-fim. São atividades relacionadas, essencialmente, à formação e conservação do patrimônio público, à obtenção de recursos financeiros e à composição do corpo de pessoal.

O raciocínio é simples: os órgãos e entidades administrativos são criados para exercerem alguma das atividades finalísticas acima citadas (fomento, polícia administrativa, serviços públicos e intervenção administrativa). São estas atividades que justificam a própria existência da Administração, pois no seu exercício a Administração estará satisfazendo diretamente os diversos interesses da coletividade.

Todas as atividades que a Administração deve exercer como antecedente necessário ao exercício dessas



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

atividades-fim correspondem às atividades-meio da Administração. Assim, a celebração de um contrato para a construção de uma obra pública a ser utilizada na prestação de um serviço público é exemplo de atividade-meio. O serviço público é atividade-fim, mas para ser prestado é necessária a construção de uma obra. Logo, a celebração de um contrato para a realização da obra é um exemplo de atividade-meio da Administração. Podemos citar também, como exemplos de atividade-meio, a nomeação de servidores públicos, o recebimento de recursos financeiros etc.

Quanto à pesquisa jurisprudencial sobre serviços-fim, serviços-meio, atividades-fim e atividades-meio, essa trouxe apenas resultados referentes ao Direito do Trabalho e à terceirização dos serviços públicos.

Conteúdo mínimo a ser incluído no projeto de lei do PPA 2012-2015

No tocante ao detalhamento da lei do PPA, a Portaria 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, estabelece:

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

E, mais adiante:

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.



Dessa forma, **faz-se necessário o estabelecimento de indicadores nos programas do plano plurianual.**

Quanto à quantificação física e financeira das metas, apesar de a LC 10.336/94, em seu art. 3º, inciso IV, estabelecer que “as metas, quantificadas física e financeiramente, por órgão e por Programa, que deverão ser atingidas relativamente à prestação de serviços-fins, integrarão a lei do plano plurianual”. O § 2º do mesmo artigo, ao definir os termos estabelecidos na lei (Atividade de prestação de serviços-fins: as ações que resultam em serviços prestados à comunidade passíveis de especificação e quantificação física; Atividade de prestação de serviços-meios: as ações de manutenção administrativa;), nos abre uma possibilidade importante. **Todos os serviços considerados meio não necessitam de uma quantificação física e financeira de suas metas.** Igualmente, mesmo os serviços-fim, que não forem passíveis de especificação e quantificação física não necessitariam desse detalhamento.

De qualquer modo, a LC **não exige o detalhamento das ações.** Assim, **é obrigatória apenas a quantificação física e financeira das metas por Programa, e apenas nos programas finalísticos.** O que também é corroborado pela justificativa do projeto da referida LC.

Ainda, a LC obriga que as informações sejam regionalizadas:

“Art. 3º § 3º - As informações devem ser especificadas também por região.”

Mais adiante, quanto ao detalhamento do PPA, o art. 4º da LC, obriga a que **as metas dos programas contêmham a especificação quanto a ações em andamento, paralisadas e novas:**

“Art. 4º - A especificação das metas quantificáveis fisicamente, referidas no artigo 3º, inciso IV, far-se-á em



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

três grupos: as relativas a ações em andamento, a ações paralisadas e a ações novas.”

Esse artigo apresenta grandes dificuldades quanto a seu cumprimento. No PPA atual consta a situação da ação, se nova ou em andamento. Porém não há a indicação quanto à situação das metas.

Todavia, convém ressaltar que, caso sejam inseridos detalhes na lei (como indicadores e metas por ação), os mesmos só serão **passíveis de alteração por lei**.

Outra sugestão seria que o **detalhamento de indicadores, metas por ação, etc., fosse incluído na parte inicial do plano, junto com a mensagem, e não no anexo da lei**. Desse modo, o Plano permaneceria transparente, sem, contudo, ser “engessado”.



Sugestão Esquemática de Material a ser enviado à Assembleia

- Mensagem
- Projeto de Lei
- Anexo - Programas
 - Programa
 - Classificação (Finalístico – Serviços ao Estado – Políticas Públicas – Política de Crédito – Apoio Administrativo)
 - Órgão
 - Objetivo
 - Despesas Correntes – Despesas de Capital – Total
 - Indicador – Unidade de Medida – Índice Recente – Índice Desejado
 - Meta por Programa
 - Situação das metas (Em andamento – Paralisadas – Novas)



MARCO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015

Secretaria do Planejamento e Gestão

Departamento de Planejamento Governamental

ANEXO 2 – AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008- 2011

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

AÇÃO LEGISLATIVA

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Ação Legislativa		AÇÃO LEGISLATIVA
Tipo	Finalístico		Finalístico
Justificativa	Manter o pleno funcionamento das atividades legislativas e administrativas da Assembléia Legislativa.		Manter o pleno funcionamento das atividades legislativas e administrativas da Assembléia Legislativa.
Objetivo	Propiciar o cumprimento das atribuições constitucionais da Assembléia Legislativa.		Propiciar o cumprimento das atribuições constitucionais da Assembléia Legislativa.

Conjunto dos Indicadores
 • Proposições Apreciadas

Proposta sobre o conjunto dos indicadores
 O indicador está adequado.

Conjunto das Ações

- Aproximação da Assembléia Legislativa com a sociedade
- Manutenção dos serviços legislativos e administrativos
- Melhoria e expansão do espaço físico
- Publicidade institucional
- Reaparelhamento da Assembléia Legislativa

Proposta sobre o conjunto das ações

O conjunto de ações está adequado ao objetivo do programa, bem como o(s) produto(s) das mesmas.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Administração e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação Prisional	Adequado		Administração e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional
Tipo Finalístico	Adequado	Apesar de sua amplitude.	Finalístico
Justificativa	Não adequado	Não discorre para o problema, apenas para a solução. (A sociedade riograndense não se encaixa em público alvo, pois não se beneficia direta e legitimamente com a execução do programa. A reeducação e reinserção social atuam como fator determinante para a quebra de reincidência, dessa forma afetando a sociedade. Por outro lado o público-alvo do programa poderia ser o preso/família/servidores SUSEPE.)	
Objetivo	Não adequado	Perde o caráter "conciso" - a objetividade - e acaba explicando os pormenores do programa	
Conjunto dos Indicadores			Proposta sobre o conjunto dos indicadores
<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de presos condenados em atividade escolar • Percentual de ocupação de vagas • Percentual de presos condenados em atividade laboral • Taxa média de fugas para 10.000 presos do Regime Fechado 			Percentual de ocupação de vagas ... A ocupação de vagas é deveras enorme, ultrapassa os 150%. Nesse sentido seria interessante colocar como indicador o percentual de novas vagas.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011
Proposta sobre o conjunto das ações
Conjunto das Ações
• Ampliação de vagas prisionais
• Prover o Sistema Prisional com os meios necessários ao cumprimento das disposições constitucionais

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

AEROPORTOS DO RIO GRANDE DO SUL

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Adequado		AEROPORTOS DO RIO GRANDE DO SUL
Tipo	Adequado		Finalístico
Justificativa	Não adequado	Que um sistema aeroportuário de qualidade é fundamental para o desenvolvimento do Estado, não há dúvida. Mas este não é o problema a ser enfrentado.	O problema real, que justifica a existência do programa, talvez possa ser descrito a partir das deficiências do sistema aeroportuário do Estado, no que diz respeito ao número de aeroportos, respectivas capacidades, distribuição regional, qualidade das instalações, eventuais limitações técnicas que afetam a segurança de voo, questões gerenciais, entre outras.
Objetivo	Não adequado	O objetivo é pouco específico, não apontando para uma mudança na situação-problema. A razão provável dessa deficiência é a baixa qualidade da justificativa do programa, que não aborda nem explica o problema.	É preciso que o objetivo aponte para a mudança da situação-problema.

Conjunto dos Indicadores

- Capacidade de transporte aéreo de passageiros e de carga

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

A questão dos aeroportos não pode ser avaliada única e simplesmente pela capacidade de transporte de passageiros e carga. Além disso, poderia haver indicadores que dêem conta de outras questões, como tempo de indisponibilidade dos aeroportos, número de aeroportos com equipamentos de voo noturno, etc.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- Construção de aeroportos
- Instalação de equipamentos de proteção ao voo e segurança aeroportuária
- Manutenção e modernização dos aeroportos do Estado
- Operação e manutenção das aeronaves do Estado

Proposta sobre o conjunto das ações

A combinação de ações e seus produtos parece dar conta de atender o objetivo inferido do programa, que é ampliar a malha de aeroportos, modernizá-los, mantê-los e operar e manter aeronaves do Estado. As ações de manutenção e de operação poderiam vincular no grupos de ações cujos produtos não têm metas.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARVÃO MINERAL

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARVÃO MINERAL	O nome deve expressar o propósito do programa, que aparentemente não é a ampliação da produção e, sim, a inserção do carvão na matriz energética e seu fornecimento para os consumidores.	Em função disso, um nome mais apropriado poderia ser
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico
Justificativa	Diminuir a dependência energética do Estado. Manter e ampliar a geração termelétrica a carvão mineral na matriz energética nacional, de forma a complementar a geração hídrica, aumentando a flexibilidade e confiabilidade do Sistema Elétrico Nacional.	Não adequado	A dependência energética do Estado e a baixa confiabilidade do sistema elétrico nos períodos de estagem no sudeste brasileiro são problemas. Já a existência de jazidas de carvão mineral com exploração técnica economicamente viável se constitui em oportunidade, pois representam uma possibilidade de contribuição para a solução dos problemas. Esta é uma linha de argumentação que justifica um programa como este.
Objetivo	Atender o mercado consumidor de carvão mineral, em especial o abastecimento das usinas termelétricas, operando, mantendo e ampliando suas instalações, de modo a garantir a produção com a quantidade, qualidade e regularidade requeridas em condições ambient	Adequado	Talvez se pudesse ampliar o objetivo, de modo a considerar a possibilidade de outros usos para o carvão mineral, tanto como fonte energética como para usos na indústria carboquímica. Além disso, é possível também tratar temas atinentes à mitigação de impactos ambientais provocados pela mineração e pela geração de resíduos da queima do carvão.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto dos Indicadores

- Quantidade de carvão produzida

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Além da medição da quantidade produzida, seria conveniente definir metas e formas de medição da capacidade de produção. Pode ser adequado, também, prever algum indicador que dê conta do impacto ambiental e do impacto das medidas de mitigação.

Conjunto das Ações

- Ampliação da Mina de Candiota
- Implantação da área de São Vicente Norte na Mina do Leão
- Implantação de aterro sanitário na Mina do Iruí
- Implantação de pátio de estocagem operacional na Mina de Candiota
- Implantação de usina de beneficiamento na Mina de Candiota
- Produção de carvão CE 3.300 na Mina de Candiota
- Produção de carvão CE 3.500 na Mina de Candiota
- Produção de carvão CE 4.200 na Mina do Leão
- Produção de carvão CE 5.500 na Mina do Leão

Proposta sobre o conjunto das ações

O conjunto das ações está adequado ao atual objetivo do programa. As ações de produção de carvão podem ser unificadas, especificando-se os tipos de carvão nos produtos. Caso haja a ampliação dos objetivos do programa, o conjunto das ações deverá ser revisto.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

ARTICULAÇÃO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Adequado		ARTICULAÇÃO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO
Tipo	Não adequado	O público-alvo do programa é a sociedade, portanto não é compatível com o tipo Gestão de Políticas Públicas.	Finalístico
Justificativa	Não adequado	Não expressa o problema a ser combatido, apenas mostra a importância do cooperativismo/associativismo para o Estado.	Expressar com mais clareza o problema que se está focando.
Objetivo	Adequado	Apesar de não haver problemas expressos na justificativa, os objetivos estão de acordo com o nome do programa.	Apoiar técnica e operacionalmente o cooperativismo no Rio Grande do Sul, promovendo, quando couber, parcerias operacionais para o desenvolvimento do sistema cooperativista. Estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos dive
Conjunto dos Indicadores	Proposta sobre o conjunto dos Indicadores Como o programa foi alocado na tipologia "Gestão de Políticas Públicas", não apresenta indicadores. Contudo, o caráter do programa é finalístico, devendo, portanto, ter indicadores.		

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011	
<p>Conjunto das Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao Cooperativismo e ao Associativismo • Assessoramento e apoio ao desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo • Coordenação das Políticas de Apoio ao Cooperativismo e Associativismo • Organização, estruturação e desenvolvimento da economia solidária • Aquisição de equipamento, tecnologia e disponibilização de crédito ao cooperativismo e economia solidária 	<p>Proposta sobre o conjunto das ações</p> <p>As ações são eficazes por serem capazes de alcançar os objetivos propostos; os recursos não são suficientes. Falta a ação "Aquisição de equipamentos, tecnologias e disponibilização de crédito ao cooperativismo e economia solidária".</p>

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Assistência em Média e Alta Complexidade no Sistema de Saúde

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Assistência em Média e Alta Complexidade no Sistema de Saúde	Adequado	Assistência em Média e Alta Complexidade no Sistema de Saúde
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico
Justificativa	Há necessidade de redefinição de diretrizes estruturais para a construção de novos modelos de atenção à saúde, a partir de métodos e instrumentos de planejamento, regulação, controle, avaliação e auditoria do Sistema, bem como, do desenvolvimento de capac	Não adequado	Explicar o "problema", causas e consequências, para permitir a avaliação de se as ações propostas são suficientes.
Objetivo	Efetuar a conformação de Redes Regionalizadas e hierarquizadas de serviços na Assistência Complementar, na Doação de Órgãos e Transplantes, no Atendimento de Urgência e Emergência e na Regulação da Assistência, como porta de entrada regulada pelo sistema	Adequado	Efetuar a conformação de Redes Regionalizadas e hierarquizadas de serviços na Assistência Complementar, na Doação de Órgãos e Transplantes, no Atendimento de Urgência e Emergência e na Regulação da Assistência, como porta de entrada regulada pelo sistema
Conjunto dos Indicadores			
<ul style="list-style-type: none"> • Nº de transplantes realizados • Nº de municípios com adesão ao Programa de Urgência e Emergência • Nº de Unidades de Atenção ao Portador de Deficiências habilitadas • Nº de Centrais de Regulação Assistencial implantadas • Nº de Redes Assistenciais implantadas • Índice de contratualização de unidades conveniadas e contratadas pelo SUS 			
<p>Proposta sobre o conjunto dos indicadores</p> <p>O conteúdo de 4 dos 6 indicadores propostos é o mesmo de alguns produtos. No indicador "Nº de Redes Assistenciais Implantadas" a informação dos índices não confere com o produto. Sugere-se, portanto, suprimir esse indicador. Também sugere-se deixar como produtos os indicadores 1, 3 e 4 da ordem acima</p>			

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- Assistência Complementar
- Construção do Hospital Regional e Unidade de Reabilitação
- Doação de Órgãos e Transplantes
- Estruturação da Rede de Atendimento de Urgência/Emergência
- Regionalização da Saúde
- Regulação Assistencial
- Recuperação e manutenção dos hospitais de pequeno porte

Proposta sobre o conjunto das ações

Nas ações "Regionalização da Saúde" e "Regulação Assistencial" há um produto comum as duas, com idêntico conteúdo nas denominações, unidades de medida e no total das metas físicas. Na ação proposta, através de emenda, "Recuperação e manutenção dos hospitais de pequeno porte" questiona-se sua relação com o Programa.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Assistência Farmacêutica

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Adequado		Assistência Farmacêutica
Tipo	Adequado		Finalístico
Justificativa	Adequado	Não obstante a procedência do conteúdo presente no texto, observa-se a necessidade serem inseridos dados relativos à distribuição e produção de medicamentos no Estado, que daria uma descrição mais concreta e objetiva da situação-problema.	A Assistência Farmacêutica tem enfrentado o aumento da demanda por medicamentos especiais, excepcionais e estratégicos, havendo a necessidade de reestruturação e reconhecimento oficial nos moldes da Res.338/2004 do CNS, com o objetivo de atender de forma
Objetivo	Não adequado	O enunciado está longo, dificultando que seja expresso o principal resultado principal a ser alcançado.	Prestar assistência farmacêutica aos usuários de medicamento do SUS e aos encaminhados pelo Poder Judiciário, conforme critérios estabelecidos pelos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde (PCDT/MS). (?)

Conjunto dos Indicadores

- Produção anual de medicamentos
- Distribuição anual de medicamentos
- Tempo decorrido entre a solicitação e o atendimento dos processos administrativos
- Atendimento da demanda de dispensação de medicamentos especiais/excepcionais
- Cumprimento das determinações judiciais com entrega dos medicamentos

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Os indicadores estão adequados a mensuração do Programa. Pela ordem desse instrumento, sugere-se que os dois primeiros, cujos teores estão repetidos nas ações, se constituam apenas como produtos das mesmas e não mais como indicadores. A denominação do último indicador arrolado poderá ser reformulada, de forma a facilitar a sua compreensão.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Avaliação e orientação dos municípios para a utilização do Sistema de Acompanhamento do Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica (SIFAB)

Conjunto das Ações

- Gerenciamento de medicamentos excepcionais, especiais e de ações judiciais
- Conclusão da Obra de Reforma e Ampliação do Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS)
- Distribuição de Medicamentos
- Produção de Medicamentos
- Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica nos Municípios do Rio Grande do Sul

Proposta sobre o conjunto das ações

Na 1ª ação, observa-se a possibilidade de serem propostos outros produtos, como a questão referida na Descrição referente à implementação e expansão de Centros de Referência no Estado.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL AOS NECESSITADOS

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Adequado		ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL AOS NECESSITADOS
Tipo	Adequado		Finalístico
Justificativa	Não adequado	A justificativa do programa descreve a situação enfrentada pela Defensoria Pública à época da elaboração do PPA 2008-2011, porém não trata diretamente do problema a ser resolvido, nem da orientação estratégica do órgão.	A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da orientação jurídica e da defesa, em todos os graus, dos necessitados. Seus serviços devem ser estendidos por todas as comarcas do RS, sendo assim, são necessários o reaparelhamento do órgão, a contratação e capacitação de mais servidores e defensores, bem como a melhoria e expansão de suas instalações.
Objetivo	Adequado		Qualificar e aumentar o número de atendimentos da Defensoria Pública aos necessitados.
Conjunto dos Indicadores	Proposta sobre o conjunto dos indicadores		
• Pessoas assistidas	O indicador está adequado.		

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- Gerenciamento do Programa
- Atendimento Jurídico e Judicial à População Carente
- Reaparelhamento da Defensoria Pública do Estado

Proposta sobre o conjunto das ações

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Assistência Técnica e Extensão Rural

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Assistência Técnica e Extensão Rural	Expressa o que é feito e é um programa tradicional, bem conhecido.	Assistência Técnica e Extensão Rural
Tipo	Finalístico		Finalístico
Justificativa	É fundamental trabalhar na promoção do desenvolvimento rural através de uma intervenção educativa, buscando o crescimento econômico, a equidade e a estabilidade política e ambiental, em parceria com agricultores, suas organizações, entidades e instituições	Não expressa um problema a ser enfrentado.	Buscar, dentro do público-alvo, uma necessidade a ser sanada.
Objetivo	Catalisar a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais mediante conhecimentos que norteiem benefícios sociais em seu cotidiano. Empreender a educação, o apoio e a divulgação de tecnologias que possibilitem obter maior produção a partir dos recursos	Objetivos muito amplos, sem foco de ação específico.	Focar, exatamente, no que o programa faz: especificar o quê e como o programa age.
Conjunto dos Indicadores			
• Taxa de famílias do segmento da agricultura familiar atendidas pela assistência técnica e extensão rural	Proposta sobre o conjunto dos indicadores Os dois indicadores medem a mesma coisa, não identificando "impactos" diferentes que o programa causa.		
• Número de famílias beneficiadas pela assistência técnica e extensão rural			
Conjunto das Ações			
• Assistência técnica e extensão rural	Proposta sobre o conjunto das ações Ação eficiente, eficaz e efetiva.		

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Atenção Integral à Saúde

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Atenção Integral à Saúde		Atenção Integral à Saúde
Tipo	Finalístico		Finalístico
Justificativa	A Atenção Integral à Saúde tem o desafio de organizar as políticas públicas de saúde proporcionando a integralidade da atenção ao cidadão, família e comunidade, através de ações que considerem as diversas realidades nas quais estão inseridos, suas necessi		A Atenção Integral à Saúde tem o desafio de organizar as políticas públicas de saúde proporcionando a integralidade da atenção ao cidadão, família e comunidade, através de ações que considerem as diversas realidades nas quais estão inseridos, suas necessi
Objetivo	Garantir ações de atenção integral à saúde da população, direcionadas à criança e ao adolescente, à mulher, ao adulto e ao idoso, ampliando a cobertura da população do Rio Grande do Sul pela estratégia de Saúde da Família. Desenvolver projetos e implement	O enunciado está longo, com orações contendo idéias de modo, procedimento, algumas já contempladas no texto da Justificativa.	Tornar o texto mais sucinto com uma construção que reflita a finalidade básica, central do Programa. Poderia constituir-se da 1ª frase do texto atual, agregando a idéia contida na última frase (Garantir..., bem como priorizar a saúde de populações de maior vulnerabilidade)

Conjunto dos Indicadores

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores
 Indicadores adequados ao acompanhamento e avaliação do Programa

- Taxa de internações por AVC na população de 30 a 59 anos
- Proporção de altas por abandono de tratamento da tuberculose no total de casos notificados na coorte
- Coeficiente de gestação na adolescência (dos 11 aos 19 anos)
- Taxa de internação por alcoolismo na população de 10 anos ou mais
- População coberta com primeira consulta odontológica programática
- Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas
- Média mensal de visitas domiciliares por família

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Razão entre exames preventivos do câncer do colo do útero em mulheres de 25 a 59 anos e a população feminina nesta faixa etária
- Taxa de internação por infecção respiratória aguda em menores de 5 anos de idade
- Expectativa média de vida
- Proporção da população coberta pelo Programa de Saúde da Família
- Taxa de internação por AVC na população de 60 anos ou mais
- Proporção de nascidos vivos com muito baixo peso ao nascer
- Coeficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano)
- Proporção de mulheres captadas no 1º trimestre de gestação na área coberta pelo PSF

Conjunto das Ações

- Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente
- Atenção Integral à Saúde da Mulher
- Atenção Integral à Saúde do Adulto
- Atenção Integral à Saúde do Idoso
- Estratégia de Saúde da Família
- Saneamento Básico Comunitário (PROSAN)
- Saúde Mental
- Planejamento Familiar

Proposta sobre o conjunto das ações

Nas ações "Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente" e "Atenção Integral à Saúde do Adulto" constam produtos com conteúdos idênticos a dois indicadores propostos. Sugere-se que fiquem configurados como indicadores. Os textos das descrições das duas ações apontam para a possibilidade de serem inseridos outros produtos nas mesmas, tal fato ocorrendo também em relação à ação "Atenção Integral à Saúde do Idoso".

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS

Adequação		Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS	Adequado	O nome do programa é tecnicamente adequado.
Tipo	Finalístico	Adequado	O programa é finalístico pois seus resultados têm impacto direto na sociedade. O bom ou o mau estado das rodovias estaduais afeta a vida das pessoas e a atividade econômica desenvolvida no Estado.
Justificativa	A conservação e a manutenção das rodovias sob jurisdição estadual deve ser periódica e rotineira, podendo ser executada por administração direta ou contratada, sendo que neste último caso será fiscalizada pelo DAER ou através de empresas de consultoria. C	Não adequado	A justificativa apenas descreve a forma como o DAER realiza as atividades de sua competência, não tratando do problema que justifica a existência do programa, suas causas, consequências e distribuição espacial.
Objetivo	Manter e conservar as rodovias administradas pelo Estado, garantindo níveis de qualidade condizentes com as melhores práticas do setor, contribuindo para a melhoria dos níveis de segurança e reduzindo os custos com a restauração de rodovias.	Não adequado	Se o problema diz respeito à melhoria do estado das rodovias degradadas e à manutenção das boas condições daquelas com baixo desgaste, o objetivo deve apontar para a solução desses problemas.

Conjunto dos Indicadores

- Taxa de crescimento da malha rodoviária conservada restaurada
- Taxa de crescimento da malha rodoviária conservada não pavimentada
- Taxa de crescimento da malha rodoviária conservada
- Taxa de crescimento da malha rodoviária conservada pavimentada
- Índice de qualidade superficial das rodovias

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Os indicadores não dão conta de mensurar o objetivo do programa. Além disso, por estarem mal definidos, há dificuldades de apuração. É necessário desenvolver indicadores e respectivos mecanismos de apuração, de modo a medir a qualidade das rodovias. Há o exemplo do Estado de Goiás, que adota os seguintes indicadores definidos em lei estadual, os quais, com as devidas adaptações, poderão ser utilizados no RS: I - índice percentual de sinalização de rodovias (ISE), federais e estaduais, resultante da relação entre o número de sinalizações existentes em determinado trecho de rodovia e o número de sinalizações nele recomendadas tecnicamente; I - índice percentual de quilômetros de rodovias, federais e estaduais, adequadamente mantidas

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

(lkmM), resultante da relação entre quilômetros de rodovias adequadamente mantidas, não apresentando as mais diversas avarias em subtrechos de quilômetros, e o número total de quilômetros do trecho de rodovia avaliada; III - nível de acidentes fatais (NAF), expresso pelo percentual de acidentes fatais resultantes da relação entre o número de acidentes assim identificados e o número total de acidentes registrados num trecho determinado de rodovia federal ou estadual, em um período predeterminado (mês, semestre, ano). Além desses, poder-se-ia pensar num índice de acidentalidade, que confrontasse quantidade de acidentes e fluxo nas rodovias.

Proposta de Adequação

Motivo

Adequação

Indicador: Taxa de crescimento da malha rodoviária conservada restaurada

Fonte: DAER

Base GEO: Estadual

Periodicidade: Anual

Não adequado

Conjunto das Ações

- Conservação e manutenção de rodovias abrangidas pelos pedágios administrados pelo DAER
- Conservação e manutenção de rodovias estaduais
- Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico

Proposta sobre o conjunto das ações

O conjunto de ações de um programa como este deveria revelar o tipo de atuação do Estado para recuperar a qualidade das rodovias degradadas e manter a qualidade das estradas que sofrem com o desgaste natural. Assim, é de esperar que as ações digam respeito à forma como o Governo se organiza para atingir os objetivos do programa, ou seja, recuperar as rodovias degradadas e manter o conjunto da malha rodoviária em estado aceitável de qualidade. Além disso, talvez seja interessante dotar o programa de uma ação voltada ao planejamento das ações de conservação e manutenção.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

		Adequação		Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	Adequado		O nome do programa é tecnicamente adequado.	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS
Tipo	Finalístico	Adequado		O programa é finalístico pois seus resultados têm impacto direto na sociedade. O bom ou o mau estado das rodovias estaduais afeta a vida das pessoas e a atividade econômica desenvolvida no Estado.	Finalístico
Justificativa	A malha rodoviária sob Administração Estadual é constituída por um conjunto de rodovias em caráter não permanente e não definitivo, devendo aumentar em função do crescimento populacional, da identificação das necessidades dos usuários, da expansão econômica	Não adequado		A simples menção à permanente necessidade de crescimento da malha rodoviária, em função do crescimento da economia, não representa o problema real das rodovias estaduais. Não há referência às carências conhecidas, aos nós do sistema rodoviário do RS, nem tampouco à distribuição regional dessas carências.	A justificativa deve dar conta de descrever o problema real do setor rodoviário, ou seja, deve tratar as questões relevantes que se traduzem em sintomas do problema, tais como: falta de ligação asfáltica de municípios à rede rodoviária; gargalos que prejudicam o escoamento da produção e a movimentação das pessoas.
Objetivo	Expandir a malha rodoviária estadual pavimentada, integrando e reduzindo a distância entre os vários núcleos populacionais e propiciando melhores condições de competitividade às atividades econômicas, pela melhoria das condições de escoamento da produção	Não adequado		Serve como objetivo genérico, mas falta torná-lo mais explícito, com a indicação do que se pretende alcançar em termos de resolução dos problemas. Exemplo: ampliar a ligação de municípios à malha rodoviária, eliminar gargalos, ampliar capacidade de trechos rodoviários.	É preciso que o objetivo do programa seja mais explícito, fixando marcas a serem alcançadas durante a execução, como a eliminação (ou algo nesse sentido) da carência de ligação asfáltica dos municípios, a superação de gargalos e extensão da malha rodoviária ao fim do período de vigência do PPA.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto dos Indicadores

- Extensão de rodovias estaduais pavimentadas
- Extensão de rodovias estaduais pavimentadas duplicadas

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Os indicadores do programa são pertinentes, são mensuráveis e confiáveis. Entretanto, na linha de buscar a qualificação dos programas, talvez seja conveniente pensar na identificação ou construção de indicadores que dessem conta da avaliação de determinados gargalos identificados, permanecendo os dois indicadores atuais para avaliação do programa em seus aspectos gerais.

Conjunto das Ações

- Ampliação de capacidade de rodovias
- Construção de acessos municipais com integração à malha rodoviária
- Construção de rodovias
- Construção de rodovias abrangidas pelos pedágios administrados pelo DAER
- Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico

Proposta sobre o conjunto das ações

O conjunto das ações do programa parece adequado, em princípio, ao alcance dos objetivos de um programa que se propõe a, dentro das competências estaduais, tratar os problemas de referentes à infraestrutura para transporte rodoviário no RS. Todavia, na composição das ações, poderia ser melhor especificada a finalidade de cada uma delas, permitindo a identificação, no PPA, de projetos importantes já conhecidos na época de sua elaboração. Esta melhor especificação poderia ser feita utilizando a composição dos produtos das ações.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

DEFESA CIVIL

Adequação Motivo Proposta de Adequação

Denominação DEFESA CIVIL

DEFESA CIVIL

Tipo Gestão de Políticas Públicas

Adequado

Finalístico.

Justificativa

Necessidade de redimensionar o órgão coordenador do Sistema de Defesa Civil estadual com: aquisição de viaturas específicas e apropriadas para esse tipo de atendimento; reaparelhamento do Centro de Operações (CODEC), o qual não dispõe de espaço e equipame

O programa deveria ser finalístico, pois destina-se à solução ou atenuação de problemas que atingem a sociedade, os casos de calamidade pública ou situação de emergência.

Objetivo

Reduzir o tempo resposta no atendimento às comunidades atingidas por calamidades. Elaborar pesquisas científicas, em parceria com as Universidades, visando planejar as ações de defesa civil; elaborar o Plano Estadual de Defesa Civil, integrando os órgãos

Conjunto dos Indicadores

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

O programa não possui indicadores por ser classificado como de Gestão de Políticas Públicas. Uma sugestão seria a Taxa de municípios preparados para prevenção e atendimento a desastres (percentagem), utilizado pelo Governo Federal. Também poderia ser estudado um indicador referente à Diminuição do Tempo-Resposta no atendimento às calamidades e situações de emergência.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- Aquisição de veículos e equipamentos de proteção individual para a Defesa Civil do Estado
- Atendimento a Comunidades em Caso de Calamidade Pública ou Situação de Emergência
- Atuação da Defesa Civil na BR-101
- Convênios com as Universidades
- Reestruturação do Centro de Operações de Defesa Civil do Estado

Proposta sobre o conjunto das ações

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Desenvolvimento Agrário

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Desenvolvimento Agrário	O termo agrário remete aos temas tratados pelo programa.	Desenvolvimento Agrário
Tipo	Finalístico	Tem como público-alvo a sociedade.	Finalístico
Justificativa	A regularização e o reordenamento fundiário são de suma importância à qualidade de vida da população rural, face à proposição de um desenvolvimento sustentável do setor e ao seu progresso social e econômico.	Falta um problema a ser combatido. Não situa, geograficamente, o programa. Justificativa ampla e fraca.	Formular o problema e focar a justificativa nele.
Objetivo	Viabilizar e operacionalizar os assentamentos, reassentamentos, indenizações, crédito fundiário, efetivando as titulações e contribuindo com a interiorização do desenvolvimento econômico e social.	Adequado	Viabilizar e operacionalizar os assentamentos, reassentamentos, indenizações, crédito fundiário, efetivando as titulações e contribuindo com a interiorização do desenvolvimento econômico e social.
Conjunto dos Indicadores			
	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de agricultores indenizados Taxa de atendimento de assentamentos e reassentamentos pelo serviço de extensão rural Taxa de agricultores reassentados Titulação Taxa de agricultores beneficiados pelo crédito fundiário 	<p>Proposta sobre o conjunto dos indicadores</p> <p>Os indicadores estão bem relacionados com o que é realizado no programa, contudo, em vez de se usar taxa, deveria ser usado um valor absoluto (é um percentual do quê?).</p>	
Conjunto das Ações			
	<ul style="list-style-type: none"> Viabilização do acesso à terra Viabilização econômica e social dos assentamentos e reassentamentos 	<p>Proposta sobre o conjunto das ações</p> <p>As ações são suficientes para o alcance dos objetivos propostos; há relação entre indicadores e ações; contudo, os valores financeiros alocados nas ações não são suficientes, principalmente, aqueles da Viabilização do Acesso à Terra.</p>	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Desenvolvimento da Agricultura Familiar

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Remete ao sucesso da agricultura familiar, que é o objetivo do programa.	Desenvolvimento da Agricultura Familiar
Tipo	Finalístico	Foca a sociedade.	Finalístico
Justificativa	Dada a importância econômica da agricultura familiar para o Estado do Rio Grande do Sul, segmento da população rural constituído pelas famílias de agricultores, pescadores artesanais, beneficiários do crédito fundiário, famílias indígenas e quilombolas, é	Falta o problema a ser combatido. Justificativa muito ampla e fraca do porquê existir o programa.	Desenvolver o problema a ser combatido e justificar, a partir dele, a necessidade do programa.
Objetivo	Combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais e diminuir o êxodo rural no Estado do Rio Grande do Sul, melhorando sua capacidade produtiva, renda e a sua qualidade de vida.	Não adequado	Restringir o objetivo - ser mais específico.

Conjunto dos Indicadores

- Produção de uva
- Produtividade do maquinário agrícola
- Poço tubular perfurado, com água, no meio rural
- Comunidade indígena e quilombola atendida
- Produção de culturas frutícolas
- Produção de mel
- Produtividade leiteira
- Produção de mandioca
- Produção de feijão

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Muitos indicadores - alguns deles o desempenho não depende da ação da SEAPPA, como produção da avicultura.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Taxa de atendimentos do Departamento de Comandos Mecanizados
- Taxa de sementes híbridas utilizadas no troca-troca
- Produção da suinocultura
- Produção anual dos produtores participantes da ação de desenvolvimento da piscicultura e pesca
- Produtividade bovina no extrato da pecuária familiar
- Taxa de estabelecimentos familiares cobertos pelo seguro agrícola do Estado do Rio Grande do Sul
- Produção da avicultura

Conjunto das Ações

- Fomento à agricultura familiar
- RS-Rural
- Seguro agrícola
- Troca-troca de sementes

Proposta sobre o conjunto das ações
Como o objetivo está mal definido

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho		Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho
Tipo	Finalístico	Foco na sociedade.	Finalístico
Justificativa	O agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul, por sua importância econômica e social como gerador de empregos, renda e divisas, necessita de políticas públicas capazes de torná-lo cada vez mais eficiente, sustentável, seguro e propulsor do desenvolvimento	Não adequado Não traz o problema a ser enfrentado, trata apenas da importância do agronegócio.	Desenvolver bem o problema e justificar de acordo com ele.
Objetivo	Fomentar o agronegócio pela promoção setorial e de cadeias produtivas, e pela qualificação da produção agropecuária.	Não adequado Objetivo muito amplo. Como se vai fomentar? Quais cadeias/setores?	Fomentar o agronegócio pela promoção setorial e de cadeias produtivas, e pela qualificação da produção agropecuária.

Conjunto dos Indicadores

• Produtividade da lavoura de cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul
 Como o objetivo do programa é muito amplo, não é possível dizer se os indicadores são capazes de alcançá-los.

• Produção de biodiesel no Rio Grande do Sul

• Produção de etanol no Rio Grande do Sul

• Produção de leite sob inspeção no Rio Grande do Sul

• Produtividade da lavoura de arroz do Rio Grande do Sul

• Agroindústria de produtos de origem animal sob inspeção estadual

• Produção da lavoura de trigo do Rio Grande do Sul

• Incremento da arrecadação de ICMS sobre a carne no Rio Grande do Sul

• Área plantada de florestas no Estado do Rio Grande do Sul

• Taxa de bovinos, bubalinos e ovinos abatidos sob inspeção estadual

• Produtividade da lavoura de soja no Rio Grande do Sul

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

- Produtividade da lavoura de milho no Rio Grande do Sul
- Produtividade da lavoura de canola no Rio Grande do Sul
- Consumo aparente de produtos lácteos no Rio Grande do Sul
- Vacas ordenhadas no Rio Grande do Sul
- População pecuária no Rio Grande do Sul
- Taxa de cobertura vacinal dos rebanhos
- Produtividade da lavoura de girassol no Rio Grande do Sul

Conjunto das Ações

- Fomento ao Agronegócio
- Fomento às culturas ligadas à bioenergia
- Arroz RS
- Defesa Agropecuária
- Publicidade para o desenvolvimento do agronegócio gaúcho
- Incentivo à inovação no setor primário

Proposta sobre o conjunto das ações

As ações conseguem atender os objetivos dos programas, contudo há pequenos problemas em cada uma delas.

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Fomento ao Agronegócio	Ação ampla requer um título amplo.	Fomento ao Agronegócio
Descrição:	Desenvolver o agronegócio gaúcho em todos os seus segmentos, visando sempre a produção sustentável e agregadora de desenvolvimento e renda. Fomentar as principais cadeias produtivas através da identificação de suas demandas, oferecendo soluções, tais como SEAPA		Desenvolver o agronegócio gaúcho em todos os seus segmentos, visando sempre a produção sustentável e agregadora de desenvolvimento e renda. Fomentar as principais cadeias produtivas através da identificação de suas demandas, oferecendo soluções, tais como SEAPA
Órgão:	SEAPA		SEAPA
Produtos	Adequado	Proposta sobre o conjunto dos produtos	

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

- Arranjo produtivo apoiado
- Estabelecimento habilitado pelo Agregar/RS
- Indústria de laticios cadastrada
- Indústria de madeira cadastrada
- Palestra de estímulo ao consumo de laticios na rede estadual de escolas
- Produtor cadastrado - pecuária de corte
- Produtor cadastrado - pecuária de leite
- Produtor cadastrado - silvicultura
- Viveiro para mudas de árvores construído

Produtos não atendem às principais cadeias produtivas do Estado como está colocado na denominação da ação.

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Fomento às culturas ligadas à bioenergia	Título de acordo com a denominação da ação.	Fomento às culturas ligadas à bioenergia
Descrição:	Promover e articular ações que resultem no aumento da oferta de matéria-prima destinada à produção de bioenergia, através do apoio ao desenvolvimento da pesquisa e adoção de novas tecnologias, montagem de banco de dados, capacitação tecnológica de produto		Promover e articular ações que resultem no aumento da oferta de matéria-prima destinada à produção de bioenergia, através do apoio ao desenvolvimento da pesquisa e adoção de novas tecnologias, montagem de banco de dados, capacitação tecnológica de produto
Órgão:	SEAPA		SEAPA
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
• Arranjo produtivo apoiado		Produtos não são suficientes para atender tudo o que está prodposto na denominação da ação.	
• Pesquisa apoiada			
• Produtor cadastrado			

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Arroz RS	Remete bem à cadeia produtiva a qual a ação trata.	Arroz RS
Descrição:	Desenvolvimento de cultivares de arroz com alto potencial produtivo, difusão de tecnologias de manejo da cultura, acompanhamento de mercado, realização de estudos socioeconômicos, apoio à comercialização, treinamento, capacitação de técnicos, assistência		Desenvolvimento de cultivares de arroz com alto potencial produtivo, difusão de tecnologias de manejo da cultura, acompanhamento de mercado, realização de estudos socioeconômicos, apoio à comercialização, treinamento, capacitação de técnicos, assistência
Órgão:	IRGA		IRGA
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica prestada à lavoura de arroz • Palestra e encontro técnico realizado • Material técnico publicado • Merendeira escolar capacitada para o uso do arroz e seus derivados • Produtor e trabalhador rural capacitado e treinado • Produtor participante em Dias de Campo e Roteiros Técnicos • Técnico capacitado e treinado • Semente básica de arroz produzida • Semente certificada de arroz produzida e comercializada • Experimento científico realizado • Nova cultivar de arroz lançada 	Produtos dão conta de atingir o objetivo da ação.	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
<p>Ação: Defesa Agropecuária</p> <p>Descrição: Manter e promover a saúde animal e vegetal, de forma a garantir a sanidade e genuinidade e a inocuidade dos produtos agropecuários, visando manter a competitividade e o livre acesso aos mercados nacional e internacional, com ganhos adicionais de preço e r</p> <p>Órgão: SEAPA</p> <p>Produtos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto de origem animal inspecionado • Barreira para controle e fiscalização realizada • Estabelecimento comercial fiscalizado • Indústria e unidade de beneficiamento fiscalizada • Evento agropecuário inspecionado • Guia de trânsito emitida • Bovino vacinado • Produto de origem animal analisado • Produto vegetal analisado • Propriedade fiscalizada no tocante a produtos de origem animal • Propriedade fiscalizada no tocante a produtos de origem vegetal 	<p>Adequado</p> <p>Adequado</p> <p>Adequado</p>	<p>Nome tradicional para esse tipo de ação.</p> <p>A denominação está boa, mas poderia ser mais específica, mostrando o como vai manter a sanidade, genuinidade e inocuidade dos produtos agropecuários.</p> <p>Proposta sobre o conjunto dos produtos Parecem atender os propósitos da ação.</p>	<p>Defesa Agropecuária</p> <p>Manter e promover a saúde animal e vegetal, de forma a garantir a sanidade e genuinidade e a inocuidade dos produtos agropecuários, visando manter a competitividade e o livre acesso aos mercados nacional e internacional, com ganhos adicionais de preço e r</p> <p>SEAPA</p>

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação: Publicidade para o desenvolvimento do agronegócio gaúcho	Não adequado	Título referente ao agronegócio como um todo, mas a ação visa a publicidade das culturas bioenergéticas.	Publicidade para promoção das culturas bioenergéticas.
Descrição: Promoção das culturas ligadas à bioenergia.	Não adequado	Faltam detalhes sobre o que vai ser feito.	Ampliar a denominação.
Órgão: SEAPA	Adequado		SEAPA
Produtos • Material divulgado		Proposta sobre o conjunto dos produtos Caberia produtos mais específicos.	
	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação: Incentivo à inovação no setor primário	Adequado		Incentivo à inovação no setor primário
Descrição: As alterações que ocorrem na matriz agropecuária oferecem oportunidades para a exploração de novos nichos de mercado que, em face de suas peculiaridades e dificuldades específicas, requerem uma atenção, incentivo e apoio do Poder Público. Fomentar alterna	Adequado		As alterações que ocorrem na matriz agropecuária oferecem oportunidades para a exploração de novos nichos de mercado que, em face de suas peculiaridades e dificuldades específicas, requerem uma atenção, incentivo e apoio do Poder Público. Fomentar alterna
Órgão: SEAPA	Adequado		SEAPA
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
		A ação não possui produtos, apesar de ser finalística, porque não tem um foco bem definido, isto é, não há certeza o que será realizado.	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Adequado		DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL
Tipo	Adequado	Finalístico	Finalístico
Justificativa	Não adequado	Faz referência ao contexto situacional mas não inclui elementos para precisar o problema, tais como a identificação da população alvo e seus dados: faixas etárias e número	Revisar o contexto situacional e incluir na justificativa outros fatores que constituem problemas ou oportunidades para o desenvolvimento do esporte e lazer no RS, compatibilizando a justificativa e os objetivos (próximo PPA prever a Copa 2014)
Objetivo	Adequado		Ampliar os meios e práticas do esporte com fins educacionais nas escolas e em programas sociais. Atrair investimentos privados para o desenvolvimento e massificação da prática desportiva. Modernizar a promoção e a gestão do esporte. Incluir as finalidades da modernização da gestão do esporte de modo a compatibilizar justificativa e objetivos do programa.

Conjunto dos Indicadores

- Número de medalhas conquistadas
- Número de atletas federados cadastrados
- Número de participantes em eventos esportivos

Proposta sobre o conjunto dos indicadores

Faltam indicadores diretamente relacionados à justificativa e aos objetivos do programa, tais como indicadores para mensurar a modernização e promoção do esporte, e a ampliação dos meios e práticas do esporte com fins educacionais.

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

Indicador:	Número de medalhas conquistadas	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
		Não adequado	Não é diretamente relacionado aos objetivos e justificativa do programa	Pode ser mantido como um indicador de efeito mas não elimina a possibilidade de inclusão de outros indicadores que informem o alcance dos resultados expressos nos objetivos e justificativa do programa
Fonte:	FUNDERGS	Adequado		FUNDERGS
Base GEO:	Estado	Adequado		Estado
Periodicidade:	Anual	Adequado		Anual
Indicador:	Número de atletas federados cadastrados	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
		Não adequado	Não informa se os atletas federados cadastrados são oriundos da população alvo.	Alterar o indicador para avaliar o alcance dos objetivos informando a origem dos atletas federados cadastrados (comunidade escolar, comunidade alvo de exclusão e vulnerabilidade social)
Fonte:	FUNDERGS			
Base GEO:	Estado			
Periodicidade:	Anual			
Conjunto das Ações	Proposta sobre o conjunto das ações			
<ul style="list-style-type: none"> • MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE TREINAMENTO ESPORTIVO E PARQUE NÁUTICO • PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE RENDIMENTO • REALIZAÇÃO DE ESPORTES E LAZER PARA A COMUNIDADE EM GERAL • Recomeçar - Esporte nos presídios • Construção e Manutenção de Espaços Esportivos 	Embora as ações contribuam para os indicadores, não são suficientes para o alcance dos objetivos informados. Não há ação específica para atrair investimentos privados para o desenvolvimento e massificação da prática desportiva que é um dos objetivos expressos.			

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Adequado		
Descrição:	Ação compatível com o desenvolvimento do desporto		
Órgão:	Adequado		
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
• Atleta preparado		Verificar a possibilidade de incluir como produto os projetos executados para a promoção do desporto.	
Ação:	Adequado		
Descrição:	Ação compatível com o desenvolvimento do desporto		
Órgão:	Adequado		
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
• Evento esportivo e de lazer realizado		O produto não atingiu o planejado o que revela falta de recursos pois trata-se de ação finalística do programa.	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL	Adequado	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico
Justificativa	O Turismo é reconhecido como atividade efetivamente capaz de alavancar o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a redução de desigualdades regionais, a distribuição da renda e o fomento à preservação de nossas heranças naturais e culturais,	Não adequado	Identificar, se possível, as potencialidades a serem aproveitadas para o desenvolvimento econômico e social e eliminação das desigualdades regionais através do Turismo, caso contrário incluir a necessidade de realizar estudos que indiquem as potencialidades do turismo para o desenvolvimento das diferentes regiões.
Objetivo	Desenvolver atividades voltadas para a expansão e melhoria dos produtos e serviços turísticos com vistas à ampliação da oferta turística.	Não adequado	O objetivo deveria incluir a realização de estudos e propostas para o desenvolvimento do turismo como fator de desenvolvimento econômico buscando a eliminação das desigualdades regionais e o desenvolvimento econômico e social. Uma vez que a justificativa faz referência a esta finalidade do programa.

Conjunto dos Indicadores

- Empresa, empreendimento e equipamento cadastrados
- Fluxo de turistas

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Os indicadores tem fonte oficial nacional, mas não são suficientes para mensurar o desenvolvimento do turismo sob o enfoque da promoção do desenvolvimento econômico, avaliar outros indicadores, como: postos de trabalho criados no setor turismo, projetos realizados para a promoção do turismo, municípios envolvidos em planos de desenvolvimento do turismo, gestores qualificados para o turismo em nível estadual, regional ou municipal, etc....

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

Conjunto das Ações

- DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TURISTICO
- FISCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO TURISTICO
- INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DO TURISMO
- PARTICIPAÇÃO E APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS
- Revitalização do Cais Mauá
- SINALIZAÇÃO TURISTICA
- Apoio à Feiras Regionais de Artesanato e Turismo na Região Sul do Estado
- Desenvolvimento do Turismo Rural

Proposta sobre o conjunto das ações

As ações propostas embora adequadas não esgotam as ações a serem desenvolvidas pelo órgão estadual para apoiar e promover o desenvolvimento do turismo.

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação: DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TURISTICO Descrição: Elaborar projetos com vistas a desenvolver a oferta e a qualificação dos serviços do setor de modo a ampliar a demanda por destinos turísticos gaúchos e a captação de eventos. Órgão: SETUR	Adequado Adequado Não adequado	O órgão gestor estadual deve promover a inserção de demais atores, em nível municipal/regional, para buscar a o desenvolvimento do setor.	DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TURISTICO Elaborar projetos com vistas a desenvolver a oferta e a qualificação dos serviços do setor de modo a ampliar a demanda por destinos turísticos gaúchos e a captação de eventos. A ação deveria integrar os gestores regionais ou municipais, ou parcerias, o que propiciaria o desenvolvimento de maior número de projetos, e o desenvolvimento do setor como um todo.
Produtos • Projeto elaborado		Proposta sobre o conjunto dos produtos O número de projetos planejados é pequeno considerando a dimensão e as potencialidades do Estado.	

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Não adequado	Deveria incluir a qualificação dos serviços turísticos conforme o Programa do Ministério do Turismo	FISCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO TURÍSTICO
Descrição:	Não adequado	A qualificação dos serviços turísticos necessita, além de fiscalização, de apoio para capacitação dos prestadores de serviços turísticos, para o desenvolvimento dos serviços.	Executar o Programa de Qualificação dos Serviços de Turismo, do Ministério do Turismo, no tocante a cadastrar, classificar, controlar, arrecadar receitas e fiscalizar as empresas prestadoras de serviço, empreendimentos e equipamentos do setor.
Órgão:	Não adequado	O órgão estadual não possui quadro de pessoal suficiente para executar a fiscalização em todo o Estado.	Avaliar a possibilidade de incluir o nível municipal nessa ação.
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
• Empresa, empreendimento e equipamento fiscalizado		O número planejado de empresas e prestadores a serem fiscalizados em 04 anos foi pequeno.	
	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Adequado		INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DO TURISMO
Descrição:	Adequado		Informatizar a SETUR e os Centros de Informações Turísticas (CENINTURS). A informatização do sistema Estadual de Turismo deveria incluir outros produtos além da aquisição de equipamentos.
Órgão:	Adequado		SETUR
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
• Equipamento de informática adquirido		Além da aquisição de equipamentos, a informatização depende de aplicativos instalados e da capacitação das pessoas para utilizarem os programas relacionados ao setor. Até o 1º trimestre de 2010 não foram adquiridos os equipamentos de informática planejados, o que demonstra falta de recursos para a ação.	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	PARTICIPAÇÃO E APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS	Adequado	PARTICIPAÇÃO E APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS
Descrição:	Participar e apoiar a realização de eventos turísticos de nível regional, nacional e internacional.	Adequado	Participar e apoiar a realização de eventos turísticos de nível regional, nacional e internacional.
Órgão:	SETUR		
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
• Evento apoiado e realizado		Produto desenvolvido.	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

		Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Adequado	O nome do programa é tecnicamente adequado.	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Tipo	Finalístico	Adequado	O programa é finalístico pois seus resultados têm impacto direto na sociedade. O bom ou o mau estado das rodovias estaduais afeta a vida das pessoas e a atividade econômica desenvolvida no Estado.	Finalístico
Justificativa	Operar e manter o sistema de distribuição, visando garantir o aproveitamento ótimo das instalações, minimizando a ocorrência de falhas e defeitos dos equipamentos e instalações, em conformidade com os requisitos de confiabilidade, qualidade e continuidade	Não adequado	O que justifica um programa é a existência e explicação de problema, de carência ou de oportunidade. Portanto, a justificativa deve ter caráter situacional e não de ação.	No tocante ao abastecimento de energia elétrica, os problemas estão relacionados à não universalização dos serviços, a deficiências relativas à qualidade do fornecimento, tais como interrupções e variações de tensão, e à falta de capacidade de atendimento em determinados locais.
Objetivo	Garantir o fornecimento de energia elétrica aos mercados atendidos pela Companhia de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), com confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade, atendendo às exigências sócioambientais, dos órgãos reguladores e dem	Adequado	O objetivo está tecnicamente adequado ao tratamento dos problemas.	Garantir o fornecimento de energia elétrica aos mercados atendidos pela Companhia de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), com confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade, atendendo às exigências sócioambientais, dos órgãos reguladores e dem
Conjunto dos Indicadores				
<ul style="list-style-type: none"> • El st - Energia Interrompida na Subtransmissão • DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Energia Elétrica por Consumidor do conjunto considerado 				
<p>Proposta sobre o conjunto dos Indicadores</p> <p>Além desses indicadores, é aconselhável incluir o de frequência de interrupção e algum que demonstre o grau de universalização do acesso ao serviço de energia elétrica.</p>				

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- EXPANSÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE SUBTRANSMISSÃO
- EXPANSÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO

Proposta sobre o conjunto das ações

As ações devem expressar os esforços para alcance dos objetivos do programa. Por isto, é importante qualificar a estrutura desse programa, de modo a demonstrar o que se faz para universalizar, ampliar a capacidade de atendimento dos mercados e melhorar a qualidade dos serviços. Algo como ter ações voltadas à universalização, ampliação de capacidade (que poderia ter produtos voltados tanto para ampliação como para melhoria de qualidade) e manutenção. A divisão entre redes e subtransmissão parece adequada.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Divulgação dos Atos Oficiais

	Adequação		Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Divulgação dos Atos Oficiais	Adequado		Divulgação dos Atos Oficiais
Tipo	Finalístico	Adequado		Finalístico
Justificativa	Garantir a publicidade dos atos oficiais	Não adequado	Programa sem desenvolvimento no PPA 2008-2011. Rever a compatibilidade entre a justificativa e as ações.	Garantir a publicidade dos atos oficiais
Objetivo	Editar o Diário Oficial	Não adequado	Ampliar os objetivos pois a garantia da publicidade dos atos oficiais inclui o fácil acesso através de meio digital.	Incluir entre os objetivos a garantia do acesso da população aos atos oficiais através do meio eletrônico.
Conjunto dos Indicadores				
	• Nº de acessos/vendas via internet; nº Exs. Distribuídos/Vendidos		Proposta sobre o conjunto dos Indicadores	Avaliar a possibilidade de incluir indicador que informe o acesso da população às informações divulgadas no Diário Oficial.
Indicador:				
	Nº de acessos/vendas via internet; nº Exs. Distribuídos/Vendidos	Não adequado	Vários itens incluídos como indicador. A unidade de medida proposta não é compatível com o indicador .	Proposta de Adequação
Fonte:				
	Divisão de Publicações e Assinaturas/Coord. Informática			
Base GEO: RS				
Periodicidade: Mensal				

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

Conjunto das Ações

- Apoio Logístico ao e-commerce (Comércio Eletrônico)
- E-commerce (Comércio Eletrônico)
- Treinamento Operacional

Proposta sobre o conjunto das ações

O Programa não realizou ações na gestão do PPA 2008-2011, houve apenas treinamento de pessoal. Não há compatibilidade entre as ações a justificativa e os objetivos.

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Apoyo Logístico ao e-commerce (Comércio Eletrônico)	Muito genérico	Apoio Logístico à Loja Virtual da CORAG
Descrição:	Estrutura de apoio - convênios para atender a demanda.	Necessário explicitar melhor a ação	Qual a ação que deve ser apoiada? Quais os convênios a serem realizados? A demanda é de quem? Para o próximo PPA reavaliar se essa ação poderia integrar o programa de apoio administrativo. CORAG
Órgão:	CORAG		
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
		Em 2010 não houve informação sobre esse produto.	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Nome muito genérico	Loja Virtual da Corag identifica a ação vinculando-a à CORAG	
Descrição:	Não adequado		
	Loja Virtual da Corag - venda de todos os produtos da CORAG via ``on-line``, incluindo o Diário Oficial.		
Órgão:	Adequado		
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	CORAG
• Informação divulgada através de novo meio		O produto da ação relacionada à venda de produtos on-line deveria ter uma unidade de medida compatível, isto é que informasse sobre as vendas on-line. Unidade de medida atual: Acesso ao Diário Oficial? A unidade de medida não é compatível com o comércio eletrônico pois os acessos ao Diário oficial são gratuitos	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO	Adequado	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico
Justificativa	É indispensável melhorar a qualidade e ampliar a oferta de Educação Profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada como estratégia para o desenvolvimento do cidadão, preparando-o para atuar e contribuir na construção de uma sociedade	Adequado	É indispensável melhorar a qualidade e ampliar a oferta de Educação Profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada como estratégia para o desenvolvimento do cidadão, preparando-o para atuar e contribuir na construção de uma sociedade
Objetivo	Ampliar e qualificar a oferta de Educação Profissional em todas as suas modalidades, por meio da criação de novos cursos, ampliação e atualização técnico-pedagógica dos já existentes; da implantação de ações de acompanhamento e avaliação do desempenho da	Não adequado	Enunciado muito longo. As duas orações iniciais remetem a um resultado significativo para o contexto da Educação Profissional. As demais expressam idéias secundárias, configuradas nas ações, dando uma conotação de generalidade e imprecisão ao objetivo.

Conjunto dos Indicadores

- Taxa de reprovação do ensino (FETLSVC)
- Número de alunos matriculados nos cursos técnicos da Rede Pública Estadual
- Taxa de crescimento de matrículas em cursos técnicos no Rio Grande do Sul
- Número de escolas de Educação Profissional do Estado com avaliação externa

Proposta sobre o conjunto dos indicadores

Dos 6 indicadores propostos, 2 referem-se à FETLVC. Sugere-se rever o emprego da preposição "com" no enunciado "Taxa de crescimento com recursos próprios". Nos 4 demais, relativos à SUEPRO, podem ser considerados adequados, na atual construção, os seguintes: "Taxa de crescimento de matrículas nos cursos técnicos do RS" e "Índice de titulação (graduação e pós-graduação) do corpo docente...". Já a proposição "Número de alunos matriculados nos cursos técnicos da Rede Pública Estadual" não se constitui um indicador, e sim elemento para a avaliação do indicador referente à taxa de crescimento das matrículas, referido anteriormente. Também nesse sentido deve ser reavaliado o indicador "Número de escolas de Educação Profissional com avaliação externa". Nesse caso, a proposição de um indicador fica na dependência da implantação de um sistema que possibilite a avaliação externa das escolas e do

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

desempenho dos alunos dessa modalidade de ensino. Sugere-se a criação pela SUEPRO de outros indicadores que possam medir questões importantes para o monitoramento da qualidade do ensino, tais como : taxa de reprovação, taxa de abandono, etc

Conjunto das Ações

- Formação de professores, gestores e trabalhadores
- Formação Profissional para Jovens e Adultos (PROEJA)
- Ampliação e conservação dos espaços físicos da Educação Profissional
- Ampliação e manutenção da oferta de vagas
- Aquisição, atualização e conservação de equipamentos para cursos técnicos
- Desenvolvimento de projetos de inserção comunitária e de fomento institucional
- Gestão da Educação Profissional
- Implantação de Centros de Referência
- Integração das redes com compõem a Educação Profissional e expansão da oferta de vagas (Federal, Estadual, Particular e Comunitária)
- Modernização da gestão
- Modernização e qualificação do acervo bibliográfico e dos recursos e equipamentos didático-pedagógicos

Proposta sobre o conjunto das ações

De modo geral, constata-se coerência entre a proposição central do Programa e seus quesitos. Ressalta-se que alguns deles necessitam ser reavaliados, conforme observações a seguir. 4 das 11 ações desse Programa referem-se à FETLVC, quais sejam, na ordenação deste instrumento, a quarta, a sexta, a décima e a décima primeira ações. Sugere-se rever, na ação 10, "Modernização da gestão", se o primeiro e o terceiro produtos já não estão esgotados. No tocante às demais ações, executadas pela SUEPRO, observa-se: ação 1 - na denominação, substituir a palavra "Formação" pela expressão "Habilitação e capacitação de..."; ação 2 - reavaliar a ação, considerando, principalmente, a sua não execução até o momento; ação 3 - adequada; ação 5 - reavaliar a questão dos produtos e, pela abrangência e importância da ação, ver a possibilidade de inserção de novos produtos; ação 7- deslocar a descrição a atividade "realizar pesquisa de inserção profissional" para a ação "Integração das redes que compõem a Educação Profissional e expansão da oferta de vagas..."; ainda na ação, evidencia-se fraco desempenho dos dois últimos produtos frente às metas totais; ação 8 - adequada; ação 9 - reavaliar a ação, há possibilidade de mesma ser desmembrada em duas, segundo os seus dois principais enfoques, ou seja, a avaliação externa e a integração das redes, criar produto referente ao número de escolas com avaliação externa, contemplando o conteúdo do quarto atual indicador proposto para o Programa.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Equilíbrio Fiscal Estrutural e Geração de Capacidade de Investimento e de Serviços

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Equilíbrio Fiscal Estrutural e Geração de Capacidade de Investimento e de Serviços	Equilíbrio Fiscal Estrutural	
Tipo	Serviços ao Estado	Adequado	Serviços ao Estado
Justificativa	O atendimento da função socioeconômica do Estado, com a consequente promoção do bem-estar da sociedade, só é possível com um Estado saneado econômico e financeiramente. O equilíbrio fiscal estrutural de longo prazo é fundamental para que o Estado possa alcançar o Equilíbrio Fiscal Estrutural, de longo prazo, possibilitando a geração de capacidade de investimentos públicos e da qualificação da prestação de serviços do Estado à sociedade.	não explícita a razão da necessidade de implantar o Programa	
Objetivo	Alcançar o Equilíbrio Fiscal Estrutural, de longo prazo, possibilitando a geração de capacidade de investimentos públicos e da qualificação da prestação de serviços do Estado à sociedade.	Adequado	Alcançar o Equilíbrio Fiscal Estrutural, de longo prazo, possibilitando a geração de capacidade de investimentos públicos e da qualificação da prestação de serviços do Estado à sociedade.
Conjunto dos Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Resultado Orçamentário • Resultado Primário 	<p>Proposta sobre o conjunto dos indicadores</p> <p>Incluir os seguintes indicadores: investimento. A) % da Dívida consolidada líquida sobre a Receita Corrente Líquida; B) % do limite de Endividamento; C) Grau de Investimento (% Investimento sobre Receita Corrente Líquida); etc..</p>	
Conjunto das Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Maximização do Ingresso de Receitas Próprias • Racionalização e Qualificação do Gasto Público • Redução do Desembolso com a Dívida Pública Estadual • Redução do Gasto Público Estadual 	<p>Proposta sobre o conjunto das ações</p> <p>A ação "Redução do Gasto Público" deve ser inserida na ação "Racionalização e Qualificação do gasto Público"</p>	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Redução do Gasto Público Estadual	Não adequado	
Descrição:	Fixação de cotas orçamentárias anuais, no limite da capacidade financeira, para todos os Órgãos do Estado, bem como capacitação e sensibilização dos gestores públicos para a busca do equilíbrio fiscal.	Não adequado	a fixação de cotas orçamentárias deve ser enquadrada na alção "Racionalização e Qualificação do Gasto Público"
Órgão:	SEFAZ	Não adequado	
Produtos			Proposta sobre o conjunto dos produtos
	<ul style="list-style-type: none"> • Evento de qualificação (oficina, visita, reunião, técnica e capacitação) realizado • Grau de utilização dos sistema de limite de cotas pelos órgãos estaduais 		

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

ESCOLAS DE GOVERNO

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	ESCOLAS DE GOVERNO		ESCOLAS DE GOVERNO
Tipo	Serviços ao Estado	A capacitação dos servidores ocorre em função da prestação dos serviços públicos a serem prestados à sociedade.	Projeto finalístico
Justificativa	Vivemos no mundo do saber e do conhecimento. As organizações, de forma geral, investem e valorizam na difusão e na produção de saberes. Diversos Estados da Federação possuem projetos de capacitação continuada que tem qualificado o serviço público de seus	Não adequado Não aborda diretamente o problema e não apresenta diagnóstico do contexto situacional, antes tenta resgatar o papel da instituição	
Objetivo	Promover a capacitação dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul através de cursos regulares e específicos, tendo como base as necessidades do governo e o aprimoramento da carreira dos servidores.	Adequado	Promover a capacitação dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul através de cursos regulares e específicos, tendo como base as necessidades do governo e o aprimoramento da carreira dos servidores e a prestação dos serviços públicos.
Conjunto dos Indicadores			
Proposta sobre o conjunto dos indicadores			
O nome do indicador não guarda relação com a unidade de medida (% de pessoas qualificadas). O índice desejado ao final do PPA não especifica o universo que constitui a base para a sua obtenção. Indefinida a avaliação do impacto da qualificação do serviço.			
<ul style="list-style-type: none"> • Mensuração do número de servidores qualificados/ impacto da qualificação junto ao serviço público 			

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Indicador:	Mensuração do número de servidores qualificados/ impacto da qualificação junto ao serviço público	Impossibilidade de obter os dados que compõem o indicador	Simplificar o indicador
Fonte:	FDRH		Identificar o coordenador efetivo do Programa, capaz de acessar as informações nos diversos órgãos que o compõem.
Base GEO:	Estado		
Periodicidade:	Anual		
Conjunto das Ações	Proposta sobre o conjunto das ações		
<ul style="list-style-type: none"> • Formação e capacitação continuada dos servidores da SEFAZ • Capacitação de servidores da FDRH • Capacitação de servidores do Estado • Congresso Estadual de Recursos Humanos • Qualificação dos Recursos Humanos da Fundação de Economia e Estatística • Qualificação dos servidores da Brigada Militar • Qualificação dos servidores da Polícia Civil • Qualificação dos servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários • Qualificação dos servidores do Instituto-Geral de Perícias • Qualificação dos servidores do Órgão Central da Secretaria da Segurança Pública • Qualificação e Capacitação dos Servidores da SARH • Seminários Regionais 	Não há uma coordenação das ações o que dificulta a informação dos produtos. Os produtos das ações de capacitação deveriam ter uma mesma unidade de medida e modo de obtenção, o que não ocorre.		

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Excelência na Gestão Fazendária

Proposta de Adequação

Adequação

Motivo

Não adequado Programa que se sobrepõe ao "Programa Administrativo", previsto para todos os órgãos do Estado

Não adequado

Denominação Excelência na Gestão Fazendária

Tipo Serviços ao Estado

Não adequado

Não adequado

Justificativa Necessidade de buscar a melhoria constante na gestão fazendária, dotando o Estado de uma administração fiscal eficiente, eficaz e ágil, adequada às crescentes demandas da sociedade.

Não adequado

Objetivo Aprimorar o modelo de gestão e planejamento da Secretaria, otimizando as práticas de gestão de tecnologia, de pessoas, de processos e de conhecimento, bem como modernizando a infra-estrutura das repartições.

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Conjunto dos Indicadores

- Percepção do público interno sobre mudanças na busca da excelência na gestão da SEFAZ

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- Aperfeiçoamento dos processos de controle
- Aprimoramento da gestão de tecnologia de informação
- Aprimoramento dos modelos de gestão e planejamento da SEFAZ
- Valorização, motivação e qualidade de vida dos servidores da SEFAZ

Proposta sobre o conjunto das ações

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Execução da Defesa e Acompanhamento dos Interesses da Sociedade e do Poder Público

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Execução da Defesa e Acompanhamento dos Interesses da Sociedade e do Poder Público	Adequado	Execução da Defesa e Acompanhamento dos Interesses da Sociedade e do Poder Público
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico
Justificativa	Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.	Adequado	Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.
Objetivo	Atender com eficácia as demandas pertinentes, com o intuito de atingir satisfatoriamente sua incumbência constitucional, integrando as informações relativas ao Ministério Público com extensão a todos os membros, corpo administrativo e sociedade em geral,	Adequado	Atender com eficácia as demandas pertinentes, com o intuito de atingir satisfatoriamente sua incumbência constitucional, integrando as informações relativas ao Ministério Público com extensão a todos os membros, corpo administrativo e sociedade em geral,

Conjunto dos Indicadores
 • Denúncias oferecidas

Proposta sobre o conjunto dos indicadores
 O indicador está adequado.

Conjunto das Ações

- Construção, instalação, ampliação e reformas de Promotorias de Justiça e sedes administrativas
- Gestão integrada de combate à criminalidade
- Suporte operacional

Proposta sobre o conjunto das ações
 As ações e produtos estão adequados.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

FOMENTO EMPRESARIAL

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	FOMENTO EMPRESARIAL	Não adequado	Incluir as ações e indicadores no Programa "Articulação e Apoio aos setores produtivos"
Tipo	Finalístico		
Justificativa	Alto grau de mortalidade das empresas, dificuldades para sobrevivência e crescimento das micro e pequenas empresas resultantes da insuficiente capacitação gerencial dos empreendedores, do difícil acesso ao crédito e aos instrumentos de garantia de crédito		
Objetivo	Implementar e consolidar processo permanente de apoio às empresas, especialmente às micro e pequenas, através de instrumentos de fomento, assessoria técnica, capacitação e cooperação empresarial, acesso ao crédito, profissionalização da atividade com base		

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Conjunto dos Indicadores

- Percentual de empresas satisfeitas com o atendimento das Gerências de Extensão Empresarial
- Tempo médio de atendimento na constituição e encerramento de empresa
- Percentual de empresas que tiveram redução de custos após o ingresso na rede
- Percentual de empresas participantes do curso de gestão empresarial que iniciaram processos de controle
- Taxa de sobrevivência das empresas organizadas em rede

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Percentual de empresas que apresentaram aumento nos investimentos
- Percentual de empresas que tiveram aumento no número de funcionários após o ingresso na rede
- Percentual de empresas que apresentaram aumento no faturamento após entrada na rede
- Percentual de empresas que apresentaram aumento no recolhimento de impostos
- Número médio de implementações efetuadas por empresa atendida via Extensão Empresarial

Conjunto das Ações

- Acesso ao crédito
- Capacitação empresarial
- Extensão empresarial
- Modernização e manutenção da JUCERGS
- Portal de negócios
- Redes de Cooperação
- Fomento ao Empreendedorismo
- Manutenção da Matriz de Apoio à Comercialização

Proposta sobre o conjunto das ações

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

GARANTIA DE ACESSO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Adequado	A frase é de fácil entendimento e expressa o propósito fundamental do Programa.	GARANTIA DE ACESSO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Tipo	Adequado		Finalístico
Justificativa	Adequado	Apesar do seu teor condizente com a questão, sugere-se acrescentar dados que reforcem as constatações, principalmente as referentes à qualidade do ensino, enfatizando um caráter de diagnóstico à situação-problema.	A Educação Básica é condição para o desenvolvimento econômico, redução das desigualdades sociais e regionais e preparação para o exercício pleno da cidadania e aperfeiçoamento das instituições democráticas no Brasil. Mas não basta que crianças e jovens
Objetivo	Não adequado	A construção do objetivo está longa talvez pelo fato do Programa ter uma abordagem muito ampla e complexa, com grande número de variáveis. É necessário uma construção que remeta a um resultado plausível para a situação-problema, alcançado através da execução do Programa no horizonte temporal do PPA. Observa-se que a proposição atual tem uma conotação de objetivos específicos com teores reproduzidos nas descrições das ações.	fr

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto dos Indicadores

- Taxa de abandono no Ensino Médio na Rede Estadual
- Relação matrícula inicial/concluintes na modalidade Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual
- Taxa de reprovação no Ensino Médio na Rede Estadual
- Taxa de abandono no Ensino Fundamental na Rede Estadual
- Taxa de atendimento educacional de crianças e jovens de 7 a 14 anos no Sistema Estadual
- Taxa de reprovação no Ensino Fundamental na Rede Estadual
- Taxa de atendimento educacional de crianças de 6 anos no Sistema Estadual
- Média dos alunos de 4ª série do Ensino Fundamental da Rede Estadual na prova de Matemática da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC
- Média dos alunos de 8ª série do Ensino Fundamental da Rede Estadual na prova de Português da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC
- Média dos alunos de 8ª série do Ensino Fundamental da Rede Estadual na prova de Matemática da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC
- Média dos alunos da 3ª série do Ensino Médio da Rede Estadual na prova de Matemática da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC
- Taxa de atendimento educacional de jovens de 15 a 17 anos no Sistema Estadual
- Média dos alunos da 3ª série do Ensino Médio da Rede Estadual na prova de Português da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC
- Média dos alunos de 4ª série do Ensino Fundamental da Rede Estadual na prova de Português da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Dos 14 indicadores propostos (conforme relação acima), os de números 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 podem ser considerados adequados à avaliação do Programa. Sugere-se que o indicador 2, referente à Educação de Jovens e Adultos-EJA, seja reavaliado, devido a dificuldades já encontradas para o seu acompanhamento e avaliação. Pode ser construído outro, ou pensada a possibilidade dessa modalidade de ensino ser trabalhada no PPA somente em nível de ação. Apesar de adequado, o indicador 5 a faixa etária proposta deve ser atualizada, segundo o novo escalonamento para o Ensino Fundamental adotado no País e pelo Censo Escolar. O indicador 7 deve ser excluído, visto que a avaliação na faixa etária referida já está incluída no indicador 5. Sugere-se, ainda, a inclusão de outros indicadores relativos aos resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul-SAERS- que, somados aos demais, contextualizariam melhor a questão do desempenho escolar/qualidade do ensino na Rede Estadual.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- Garantia de merenda nas escolas estaduais
- Atendimento educacional a pessoas portadoras de necessidades educativas especiais
- Autonomia financeira e pedagógica das escolas estaduais
- Equipamentos e material didático-pedagógico para as escolas estaduais
- Gestão administrativa do Sistema Estadual de Educação
- Gestão da aprendizagem com foco na qualidade do ensino, em parceria com os municípios
- Gestão dos recursos humanos das escolas estaduais
- Manutenção das condições de segurança das escolas estaduais
- Manutenção do Programa Solidarietà
- Oferta de Educação de Jovens e Adultos
- Oferta de vagas no Ensino Fundamental
- Oferta de vagas no Ensino Médio
- Participação no atendimento educacional de crianças de 0 a 5 anos
- Recuperação e Qualificação das Condições Físicas da Rede Escolar Estadual

Proposta sobre o conjunto das ações

Não obstante a abrangência do Programa, há possibilidade de se visualizar, através das 14 ações, o modus operandi da sua proposição, qual seja, o de dimensionar em apenas 1 programa o atendimento a demanda anual a cerca de 1.200.000 alunos na Rede Estadual, bem como a preocupação com a melhoria da qualidade da educação ofertada. No entanto, isso não inviabiliza que uma nova construção refletindo esses dois vértices centrais da educação seja objeto de reflexão. Mais pormenorizadamente, é possível tecer algumas observações na atual programação. A uma primeira análise, as ações 1, 2, 3 e 8 (conforme a ordenação acima) estão adequadas. Quanto as demais, mereceriam reavaliar: ação 4 - revisar descrição e produtos; ação 5 - rever denominação, retirar todas as atividades concernentes à qualificação de recursos humanos, realocar nela os produtos "Central de vagas" e "Escola cessada e/ou municipalizada" originárias da ação "Oferta de vagas no Ensino Fundamental" e reavaliar se a questão da manutenção da SE e das CREs deve permanecer ou migrar para o Programa Apoio Administrativo; ação 6 - rever o texto da descrição, principalmente no que diz respeito ao SAERS, e indicar um produto para a atividade de alfabetização "Projeto Piloto para Alfabetização de Crianças com 6 Anos"; ação 7 - rever descrição e produtos; alocar nessa ação todas as propostas de capacitação de pessoal; ação 9 - rever a descrição; ação 10 - rever descrição, passar os produtos "Central de vagas" e "Escola cessada e/ou municipalizada" para a ação "Gestão Administrativa do Sistema Estadual de Educação", analisar a pertinência da permanência do produto relativo aos jogos escolares ou se esse conteúdo possa constar apenas na descrição; ação 11 - redefinir, conforme orientações, no que concerne a criação de novas vagas no diurno e, consequentemente, rever descrição e produto; ação 12 - reavaliar se é necessário constituir-se em ação; ação 13 - deve ser reavaliada considerando a política da SE para a área e o fraco desempenho do primeiro produto proposto; ação 14 - originada da ação "Manutenção das condições de segurança das escolas estaduais", através de emenda parlamentar, sugere-se que o produto "Quadra esportiva construída" seja extinto, visto que seu conteúdo está incluso no produto "Obras e reformas em escolas do Ensino Fundamental e Médio", da mesma ação. Também se questiona o produto "Escola mantida", observando-se a necessidade de explicitar o seu teor e rever a sua denominação.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

		Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Adequado	O nome do programa é tecnicamente adequado.	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Tipo	Finalístico	Adequado	O programa é finalístico pois seus resultados têm impacto direto na sociedade. O bom ou o mau estado das rodovias estaduais afeta a vida das pessoas e a atividade econômica desenvolvida no Estado.	Finalístico
Justificativa	Produzir, operar e manter o sistema de geração, visando garantir o aproveitamento ótimo das usinas geradoras, minimizando a ocorrência de falhas e defeitos dos equipamentos e instalações, em conformidade com os requisitos de confiabilidade, qualidade e co	Não adequado	A justificativa do programa deve referir o problema a ser resolvido ou a oportunidade a ser aproveitada. Nesse sentido, produzir, operar e manter o sistema de geração diz respeito às ações que contribuem para a solução do problema.	A dependência energética do RS é um problema. A existência de sistemas hidrelétricos de propriedade da CEEE-GT, bem como a possibilidade de inserção da empresa em projetos de ampliação da capacidade de geração de energia elétrica no RS constituem oportunidades. Deste modo, o campo de justificativa deve ser ocupado por algum detalhamento dessa situação, encaminhando para a formulação do objetivo do programa.
Objetivo	Operar e manter as usinas do parque gerador da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), produzir, manter, operar e comercializar energia elétrica com confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade, atendendo às exig	Não adequado	O objetivo dá conta somente do aspecto relativo à operação do parque gerador atual e de um fomento à utilização de fontes alternativas de energia. Este último tópico talvez esteja extrapolando as competências e objetivos da CEEE-GT como empresa. O aspecto relativo à expansão da capacidade de geração no RS não é focado no objetivo do programa.	Suscitarmente, o objetivo deve abordar os dois aspectos fundamentais do problema/opportunidade, que são a expansão da capacidade geradora e a manutenção da atual capacidade.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto dos Indicadores

- DGH - Disponibilidade da Geração Hidroelétrica

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Os indicadores são insuficientes para expressar o objetivo do programa, pois limitam-se a medir um parâmetro que avalia a qualidade da operação e da manutenção das usinas. As questões relativas à expansão de capacidade não são tratadas por indicador(es).

Conjunto das Ações

- FONTE RENOVÁVEL DE ENERGIA ATRAVÉS DE PCHs
- FONTE RENOVÁVEL DE ENERGIA EÓLICA
- FONTE RENOVÁVEL DE ENERGIA PROVENIENTE DE BIOMASSA E BIOCOMBUSTÍVEL
- EXPANSÃO DA GERAÇÃO
- MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA GERAÇÃO

Proposta sobre o conjunto das ações

O estímulo às fontes renováveis de energia não parece ser competência da CEEE-GT, como empresa. Talvez isto seja mais adequado para órgãos no nível do Governo, que possam operar mecanismos de incentivos fiscais e de crédito ou mesmo de fomento à pesquisa. As demais ações mostram-se adequadas, mercedo um maior detalhamento no que diz respeito à expansão da geração, tornando claro o que é iniciativa da CEEE-GT e o que é participação da empresa em empreendimentos feitos em consórcios com outras entidades.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Denominação	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	Adequado		GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA
Tipo	Adequado		Finalístico
Justificativa	Não adequado	A motivação específica do programa não está bem detalhada.	
Objetivo	Não adequado	Parece haver outros objetivos não contemplados aqui, os quais aparecem nas ações do Programa.	Coordenar a execução, o acompanhamento e a atualização da Política Ambiental do Estado, através da implementação da Gestão Ambiental Integrada e da Política Estadual de Educação Ambiental, passando pela adequação dos conceitos e modernização dos proce
Conjunto dos Indicadores			
Proposta sobre o conjunto dos Indicadores			
<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de implementação de ferramentas de planejamento e gestão (planos diretores implementados/planos diretores elaborados) • Taxa de implementação de ferramentas de planejamento e gestão (projetos implementados /projetos elaborados) • Fração da população beneficiada com a gestão ambiental integrada (população dos municípios qualificados / população do Estado) 			

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
<p>Indicador: Taxa de implemento de ferramentas de planejamento e gestão (planos diretores implementados/planos diretores elaborados)</p> <p>Fonte: SEMA (Pró-Guaíba/Pró-Mar-de-Dentro/Pró-Rio Uruguai)</p> <p>Base GEO: Estado</p> <p>Periodicidade: Anual</p>	<p>Não adequado</p>	<p>Indicador de difícil atualização</p>	
<p>Indicador: Taxa de implemento de ferramentas de planejamento e gestão (projetos implementados /projetos elaborados)</p> <p>Fonte: SEMA</p> <p>Base GEO: Estado</p> <p>Periodicidade: Anual</p>	<p>Não adequado</p>	<p>Indicador de difícil atualização</p>	<p>Proposta de Adequação</p>
<p>Conjunto das Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da ação municipal para o exercício do licenciamento e fiscalização ambiental • Adequação dos procedimentos institucionais para a integração com a SEMA na prestação dos serviços ambientais • Apoio à implementação da Política Estadual de Educação Ambiental através da difusão do conhecimento científico • Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos • Consolidação e implementação do Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Guaíba (Pró-Guaíba) • Constituição e implementação do Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas (Pró-Mar-de-Dentro) 			
<p>Proposta sobre o conjunto das ações</p> <p>As ações são adequadas, mas não estão completamente incorporadas nos objetivos.</p>			

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Elaboração de projetos e atividades de suporte ao Programa de Educação Ambiental Compartilhado da SEMA (PEAC) E SIGA
- Elaboração do Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Rio Uruguai, compatível com o Programa Pró-Rio Uruguai
- Implementação da estrutura institucional do Sistema de Recursos Hídricos
- Implementação de Planos Diretores de Região Hidrográfica
- Implementação do processo de planejamento na gestão de recursos hídricos, através da elaboração de Planos de Bacia Hidrográfica
- Implementação do Programa de Educação Ambiental Compartilhado, através da capacitação de agentes preventivistas e execução de projetos socioambientais
- Implementação e acompanhamento da Política Estadual de Educação Ambiental
- Iniciativas de Apoio à Gestão Ambiental
- Integração na prestação dos serviços ambientais
- Promoção da gestão ambiental compartilhada no Pró-Mar-de-Dentro, através da capacitação e da elaboração e implementação de projetos e pesquisas
- Promoção do Sistema Integrado de Gestão Ambiental, através da qualificação e aplicação dos instrumentos da Política de Meio Ambiente
- Proposição de diretrizes ambientais para a construção dos Planos Diretores de Gestão Ambiental Integrada das Regiões Hidrográficas
- Incentivo financeiro à agricultores familiares que mantêm áreas de preservação ambiental

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Gestão de Recursos Humanos

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Gestão de Recursos Humanos		Gestão de Recursos Humanos
Tipo	Gestão de Políticas Públicas		Gestão de Políticas Públicas
Justificativa	A definição de políticas de Gestão dos Recursos Humanos, em dos alcances da modernização administrativa, deverá estar fundamentada no conceito de sucesso organizacional, no qual os objetivos da área de recursos humanos deverão estar alinhados com os estr	Não descreve o problema e não define o contexto.	Definir os problemas na área da Gestão de Recursos Humanos que o programa deve procurar solucionar.
Objetivo	Desenvolver a capacidade institucional das unidades organizacionais para a transformação dos modelos vigentes de gestão. Melhorar a qualidade dos serviços prestados ao próprio Governo e Sociedade Gaúcha.		

Conjunto dos Indicadores

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores
 Programa sem indicador

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

Conjunto das Ações

- **Formulação e Implementação de Modelo de Avaliação Institucional**
- **Diagnóstico dos Recursos Humanos do Estado com vistas à análise das carreiras**
- **Informatização dos Dados de Recursos Humanos**
- **Modernização da gestão de estágios e concursos públicos**
- **Qualidade de vida do servidor**

Proposta sobre o conjunto das ações

Não há nenhuma ação direcionada aos setores de recursos humanos dos diversos órgãos visando desenvolver essas unidades para a qualificação da gestão de recursos humanos no Estado.

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação: Formulação e Implementação de Modelo de Avaliação Institucional	Não adequado	A formulação poderia ser estruturada pela SARH mas a implementação depende do desenvolvimento institucional de cada órgão.	Diretrizes para um Modelo de Avaliação Institucional
Descrição: Desenvolvimento e implementação de modelo de avaliação institucional para avaliar o desempenho dos servidores, visando o atingimento das metas do órgão. SARH	Não adequado	Um modelo de avaliação único talvez não seja capaz de possibilitar a avaliação de todos os órgãos.	Uma alternativa seria o "desenvolvimento de diretrizes" para a formulação da avaliação institucional. A implementação depende do desenvolvimento de cada órgão. SARH
Órgão: SARH	Adequado		
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
• Modelo de avaliação implementado na Administração Direta		Não houve desenvolvimento da ação até o final do primeiro semestre de 2010.	

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Diagnóstico dos Recursos Humanos do Estado com vistas à análise das carreiras	Adequado	Diagnóstico dos Recursos Humanos do Estado com vistas à análise das carreiras
Descrição:	Mapeamento qualitativo e quantitativo da força de trabalho dos servidores do Estado, de modo a desenvolver um modelo de gestão de recursos humanos racionalizado e convergente a modernização da gestão do Estado.	Adequado	Mapeamento qualitativo e quantitativo da força de trabalho dos servidores do Estado, de modo a desenvolver um modelo de gestão de recursos humanos racionalizado e convergente a modernização da gestão do Estado.
Órgão:	SARH		
Produtos			
	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico de Recursos Humanos realizado e carreira definida 	Proposta sobre o conjunto dos produtos O produto foi realizado conforme planejado.	
Ação:	Informatização dos Dados de Recursos Humanos	Adequado	Proposta de Adequação Informatização dos Dados de Recursos Humanos
Descrição:	Desenvolvimento e implantação do módulo de Planejamento de Recursos Humanos no Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE). Digitalização das informações de registros e assentamentos de servidores e ex-servidores.	Não adequado	Não específica qual a finalidade do módulo de planejamento e se esse será operacionalizado pelos setores de RH dos órgãos.
Órgão:	SARH		
Produtos			
	<ul style="list-style-type: none"> • Módulo desenvolvido de planejamento de recursos humanos • Informação de registro e assentamento funcional digitalizados 	Proposta sobre o conjunto dos produtos Não houve realização dos produtos previstos até o final do primeiro semestre de 2010.	

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Adequado		Modernização da gestão de estágios e concursos públicos
Descrição:	Adequado		Qualificar o trabalho de intermediação de estágios educacionais supervisionados pela FDRH através de capacitação profissional, modernização do parque tecnológico, aquisição de equipamentos e programas de informática.
Órgão:			FDRH
Produtos			
• Parque tecnológico modernizado		Proposta sobre o conjunto dos produtos	O produto, embora cumulativo, tem meta anual de 100%. Entretanto, não são definidas as metas anuais diferenciadas que justifiquem o alcance de 100% por ano.
	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Não adequado	Não especifica os servidores alvo da ação.	
Descrição:	Não adequado	Escopo muito amplo em se tratando de todos os servidores do Estado.	O desenvolvimento de um programa de Qualidade de Vida do Servidor deveria, inicialmente, ser envolver os setores de Recursos Humanos de cada órgão para formulação de diretrizes.
Órgão:			FDRH
Produtos			
• Programa implementado		Proposta sobre o conjunto dos produtos	Não houve realização da ação, nenhum produto foi desenvolvido.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Impressão Gráfica

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Impressão Gráfica	Não adequado	
Tipo	Finalístico	Não adequado	
Justificativa	Atender a demanda da administração pública relativo a impressos gráficos.	Não adequado	
Objetivo	Impressão gráfica em geral.	Não adequado	

Conjunto dos Indicadores
 • Consumo de papel/mês

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Conjunto das Ações

- Terceirização dos Serviços Gráficos
- Treinamento de Pessoal

Proposta sobre o conjunto das ações

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Manutenção e Ampliação da Capacidade Operacional do Tribunal de Justiça

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Manutenção e Ampliação da Capacidade Operacional do Tribunal de Justiça		Manutenção e Ampliação da Capacidade Operacional do Tribunal de Justiça
Tipo	Finalístico		Finalístico

Justificativa
 A crescente demanda da sociedade na busca de soluções para seus conflitos requer modernização, reestruturação e consequentemente agilização na prestação de serviços jurisdicionais.

Objetivo
 Prestar a tutela jurisdicional com celeridade, a todos e a cada um, indistintamente, distribuindo justiça de modo útil e a tempo, expressa pela simplicidade dos processos produtivos, pelo desapego à burocracia e por desperdícios nulos, ou seja, uma Instit

Conjunto dos Indicadores
 Proposta sobre o conjunto dos Indicadores
 Os indicadores estão adequados.

- Processos em Tramitação
- Processos Iniciados
- Processos Julgados

Conjunto das Ações
 Proposta sobre o conjunto das ações

- Ampliação e Melhoria dos Espaços Físicos
- Atividades Supletivas Judiciais
- Informatização dos Serviços Forenses
- Manutenção das Atividades Jurisdicionais do Tribunal de Justiça

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Adequação Motivo Proposta de Adequação

Denominação MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA Adequado
 Tipo Gestão de Políticas Públicas Adequado Gestão de Políticas Públicas

Justificativa Para atender com efetividade e qualidade as crescentes demandas da sociedade, se faz necessário aprimorar as práticas, metodologias e tecnologias de gestão, racionalizando e potencializando as estruturas e recursos que a Administração Pública dispõem para

Objetivo Qualificar a gestão pública estadual visando melhorar a efetividade da prestação dos serviços e atender aos anseios e às expectativas da sociedade gaúcha.

Conjunto dos Indicadores

Proposta sobre o conjunto dos indicadores

Conjunto das Ações

Proposta sobre o conjunto das ações

- Gerenciamento do Ciclo de Pesquisa e Relacionamento com os usuários dos serviços públicos essenciais
- Aperfeiçoamento do modelo de gestão da SEPLAG
- Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE/RS SARH

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

- Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE/RS SEPLAG
- Contratação de Resultados dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta
- Eficientização do Complexo Administrativo do CAFF
- Gerenciamento dos Serviços do Complexo Administrativo do CAFF
- Instalação de Casas do Governo
- Modernização da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio
- Otimização dos Serviços Médico-Periciais
- Plano Diretor do Complexo do CAFF
- Promoção e apoio à implementação de modelo de gestão estratégica focado em resultados
- Reestruturação Administrativo-Organizacional: Novo IPE
- Sistema de Gestão de Compras Eletrônicas
- Sistemas Integrados de Gestão Pública
- Suprimento Energético Alternativo do Complexo Administrativo do CAFF
- Tudo Fácil - Remodelagem e qualificação da rede de serviços ao cidadão

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE/RS SARH		Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE/RS SARH
Descrição:	O PNAGE tem como propósito a modernização da gestão pública estadual, a partir de uma visão transversal e integrada do ciclo de gestão pública: planejamento, orçamento, gestão e controle. A finalidade do Programa é		Avaliar a necessidade da mesma ação ser descrita de modo similar por ocorrer ser desenvolvida simultaneamente por dois órgãos (SARH e SEPLAG).

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

contribuir para melhorar a efetividade d

Órgão:
SARH

Produtos

- Projetos Implementados.

Proposta sobre o conjunto dos produtos

Avaliar a atribuição da unidade de medida "percentual de projetos implementados" quando não foi descrito o total de projetos implementados a ser atingido.

Adequação

Adequado

Ação: Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE/RS SEPLAG

Descrição: Modernização da gestão pública estadual a partir de uma visão transversal e integrada do seu ciclo, mediante adesão ao Programa Nacional de apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE de gestão pública: planejamento, orçamento, controle e ges

Órgão:
SEPLAG

Produtos

- Projeto implementado

Proposta sobre o conjunto dos produtos

Avaliar a atribuição da unidade de medida "percentual de projetos implementados" quando não foi descrito o total de projetos implementados a ser atingido.

Proposta de Adequação

Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE/RS SEPLAG

Verificar a necessidade da ação transversal ser descrita idênticamente por dois órgãos (SARH e SEPLAG).

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

OFERTA DE GÁS NATURAL

		Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	OFERTA DE GÁS NATURAL	Adequado	O nome do programa é tecnicamente adequado.	OFERTA DE GÁS NATURAL
Tipo	Finalístico	Adequado	O programa é finalístico pois seus resultados têm impacto direto na sociedade. O bom ou o mau estado das rodovias estaduais afeta a vida das pessoas e a atividade econômica desenvolvida no Estado.	Finalístico
Justificativa	Levar o gás natural às regiões e municípios onde seja viável economicamente sua introdução como energético para insumo de produção industrial e comercial. Nos grandes municípios e respectivos pólos metropolitanos é justificável sua introdução e uso como e	Não adequado	A justificativa do programa deve referir o problema ou a oportunidade que o programa visa resolver ou aproveitar. O texto apresentado refere a forma de atuar e a intenção de ampliar a oferta e o uso do gás natural na matriz energética do RS.	Mais uma vez, o problema está relacionado com a dependência energética do RS. A chegada do gás natural, por meio do gasoduto Bolívia-Brasil constitui oportunidade de contribuir para a solução desse problema, inserindo esse combustível na matriz energética do Estado, atendendo os mercados mais apropriados para o consumo desse combustível, em especial na indústria, prédios comerciais e residenciais e como combustível automotivo.
Objetivo	Ampliar o uso do gás natural para a melhoria da competitividade da indústria, do comércio e do custo do transporte estadual.	Adequado		Ampliar o uso do gás natural para a melhoria da competitividade da indústria, do comércio e do custo do transporte estadual.
Conjunto dos Indicadores		Proposta sobre o conjunto dos Indicadores		
<ul style="list-style-type: none"> • Volume de gás natural comercializado • Extensão da rede de distribuição 		Os indicadores são apropriados, mas não são suficientes para a correta avaliação dos efeitos do programa. Seria importante agregar indicadores que dessem conta da participação do gás natural na matriz energética, da quantidade de consumidores atendidos e da qualidade do fornecimento de gás (frequência e duração de interrupções).		

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL
- MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL
- PLANEJAMENTO, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

Proposta sobre o conjunto das ações

As ações do programa atacam os aspectos relativos à ampliação da rede de distribuição e sua manutenção, estando adequadas aos objetivos do programa. Talvez seja necessário revisar os produtos das ações, pois alguns deles têm características de indicadores de desempenho do programa, em especial aqueles que aferem a qualidade do fornecimento de gás. Há, entretanto, um outro aspecto que o programa não ataca e que diz respeito à ampliação e manutenção da capacidade de fornecimento, caracterizado pelas estações de pressurização dos dutos de distribuição.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

OPERAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL

		Proposta de Adequação	
		Adequação	Motivo
Denominação	OPERAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL	Adequado	O nome do programa é tecnicamente adequado.
Tipo	Finalístico	Adequado	O programa é finalístico pois seus resultados têm impacto direto na sociedade. O bom ou o mau estado das rodovias estaduais afeta a vida das pessoas e a atividade econômica desenvolvida no Estado.
Justificativa	A necessidade de deslocamento da população de forma comercial e particular, através de veículos de carga, ônibus e de passeio, exigem planejamento, controle e fiscalização na sua circulação.	Não adequado	Novamente, o texto não reporta o(s) problema(s) ou oportunidade(s) decorrente(s) da operação do sistema rodoviário que justificam o programa.
Objetivo	Contribuir com ações de planejamento, controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade nas rodovias estaduais e nos serviços de transporte de passageiros e cargas.		A operação do sistema rodoviário estadual, nos seus mais variados aspectos, acarreta um conjunto de problemas que afeta o transporte de pessoas e de carga, contribuindo para o aumento da insegurança nas rodovias, que se traduzem em indicadores alarmantes referentes à ocorrência de acidentes com elevado grau de danos à pessoa e de mortalidade. Outro problema ligado à operação do sistema rodoviário diz respeito ao efeito do tráfego, em especial de veículos pesados, sobre as rodovias, o que também contribui para a deterioração das condições de segurança.

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

<p>Conjunto dos Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização de Trânsito e Educação para o Trânsito • Fiscalização de Pedágios das Rodovias Concedidas e Administradas pelo DAER • Fiscalização de Excesso de Peso e Cargas de Produtos Perigosos • Gerenciamento do uso da Faixa de Domínio das Rodovias • Redução do Número de Acidentes em Rodovias Estaduais • Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros 	<p>Proposta sobre o conjunto dos Indicadores</p> <p>Com exceção do indicador de redução dos número de acidentes, os indicadores desse programa são mera reprodução dos produtos das ações. É necessário trabalhar com mais indicadores voltados à avaliação da segurança, com foco nos danos e mortalidade.</p>
<p>Conjunto das Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização da Concessão de Rodovias • Fiscalização de Excesso de Peso e Cargas de Produtos Perigosos • Gerenciamento do Uso da Faixa de Domínio das Rodovias • Transporte Coletivo Intermunicipal de passageiros de longo curso • Fiscalização de Trânsito, Educação, Prevenção e Redução de Acidentes 	<p>Proposta sobre o conjunto das ações</p> <p>O conjunto de ações aborda de modo adequado o problema e a sua execução contribui efetivamente para a melhoria dos indicadores de segurança nas rodovias. Talvez seja adequado dar maior ênfase às campanhas publicitárias voltadas à promoção da educação para o trânsito e divulgação de normas de uso de veículos e das rodovias.</p>
<p>Ação: Fiscalização de Excesso de Peso e Cargas de Produtos Perigosos</p> <p>Descrição: Fiscalizar os veículos de carga em rodovias estaduais e federais delegadas, com finalidade de colibir o transporte de carga, superior à capacidade do veículo, multando os veículos com excesso de peso. Fiscalizar veículos de carga que transportam produtos p DAER</p> <p>Órgão: DAER</p> <p>Produtos</p>	<p>Adequação</p> <p>Adequado</p> <p>Adequado</p> <p>Adequado</p> <p>Adequado</p> <p>Motivo</p> <p>Fiscalizar os veículos de carga em rodovias estaduais e federais delegadas, com finalidade de colibir o transporte de carga, superior à capacidade do veículo, multando os veículos com excesso de peso. Fiscalizar veículos de carga que transportam produtos p DAER</p> <p>Proposta de Adequação</p> <p>Fiscalizar os veículos de carga em rodovias estaduais e federais delegadas, com finalidade de colibir o transporte de carga, superior à capacidade do veículo, multando os veículos com excesso de peso. Fiscalizar veículos de carga que transportam produtos p DAER</p> <p>Proposta sobre o conjunto dos produtos</p>

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

• Veículo fiscalizado

A ação, para ser corretamente acompanhada e avaliada, precisaria de um outro produto dando conta do número de praças de pesagem em operação, com o estabelecimento de metas de implantação de novas praças como modo de contribuir para a manutenção da qualidade das rodovias. O produto Veículo Fiscalizado deve permanecer como variável de acompanhamento, sem o estabelecimento de metas, visto que não é uma variável sob controle do órgão operador do sistema rodoviário.

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação: Gerenciamento do Uso da Faixa de Domínio das Rodovias	Adequado		
Descrição: Essa ação objetiva o gerenciamento e fiscalização de instalação de qualquer objeto (publicidade, condução, travessia), ao longo das rodovias estaduais e federais delegadas.	Adequado		Essa ação objetiva o gerenciamento e fiscalização de instalação de qualquer objeto (publicidade, condução, travessia), ao longo das rodovias estaduais e federais delegadas.
Órgão: DAER	Adequado		DAER
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
• Permissão de Uso Oneroso concedida para instalação de engenhos, ao longo das rodovias, predominantemente na faixa de domínio		Este produto constitui uma boa forma de acompanhar e avaliar a utilização das faixas de domínio. Entretanto, não deve ter meta, pois o desenvolvimento de atividades nessas áreas não é variável sob controle do órgão operador do sistema rodoviário. Talvez se possa acrescentar outra variável de acompanhamento relativa ao número de autuações de instalações e atividades irregulares.	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação: Transporte Coletivo Intermunicipal de passageiros de longo curso	Adequado		
Descrição: Fiscalização (como poder concedente) das concessões de linhas de ônibus e estações rodoviárias, no cumprimento das responsabilidades delegadas desses serviços, cuja ação é em todas as rodovias e cidades do Rio Grande do Sul.	Adequado		Fiscalização (como poder concedente) das concessões de linhas de ônibus e estações rodoviárias, no cumprimento das responsabilidades delegadas desses serviços, cuja ação é em todas as rodovias e cidades do Rio Grande do Sul.
Órgão: DAER	Adequado		DAER
Produtos		Proposta sobre o conjunto dos produtos	
<ul style="list-style-type: none"> Passageiro transportado em linhas intermunicipais de longo curso, em todas as rodovias do Estado do Rio Grande do Sul 		<p>A exemplo de outras ações deste programa, esta também deve ter produtos que representem variáveis de acompanhamento e avaliação, sem o estabelecimento de metas, pois não estão sob controle do órgão operador do sistema rodoviário.</p> <p>Além do produto passageiro transportado em linhas intermunicipais de longo curso, poderiam ser acrescentados outros como: veículos fiscalizados e autorizados a circular, veículos fiscalizados e não autorizados a circular, veículos retirados de circulação, etc.</p>	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS		PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS
Tipo	Finalístico		Finalístico
Justificativa	A elaboração de informações estatísticas juntamente com a elaboração de pesquisas, estudos e análises sobre a realidade socioeconômica do RS permitem subsidiar o planejamento governamental, instrumentalizando as tomadas de decisões tanto do governo quanto	Não adequado	
Objetivo	Coletar, elaborar e disseminar informações estatísticas relativas à economia gaúcha e elaborar análises socioeconômicas relativas à realidade nacional e, em especial, a do Rio Grande do Sul, de modo a permitir um acompanhamento das mudanças ocorridas no	Adequado	Coletar, elaborar e disseminar informações estatísticas relativas à economia gaúcha e elaborar análises socioeconômicas relativas à realidade nacional e, em especial, a do Rio Grande do Sul, de modo a permitir um acompanhamento das mudanças ocorridas no s

Conjunto dos Indicadores

- Consultas à Biblioteca FEE
- Participações dos pesquisadores da FEE em eventos científicos e meios de comunicação
- Acessos à homepage FEE

Proposta sobre o conjunto dos indicadores

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

Proposta sobre o conjunto das ações

• Coordenação e manutenção da Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul

• Elaboração de indicadores econômico-ambientais

• Elaboração de índices de exportações

• Elaboração e divulgação de dados estatísticos

• Estimativa das Cortas Regionais

• Mensuração das vendas do comércio

• Mensuração do bem-estar

• Publicações técnico-científicas

• Realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED)

• Relatórios de pesquisas

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGÍSTICO DO MERCOSUL

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGÍSTICO DO MERCOSUL	O nome do programa é tecnicamente adequado.	PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGÍSTICO DO MERCOSUL
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico
Justificativa	A necessidade de adequação da infra-estrutura do Porto do Rio Grande às exigências logísticas atuais é real e urgente a fim de acompanhar a evolução das operações de transportes.	O programa é finalístico pois seus resultados têm impacto direto na sociedade. O bom ou o mau estado das rodovias estaduais afeta a vida das pessoas e a atividade econômica desenvolvida no Estado.	
Objetivo	Aumentar a capacidade de movimentação de carga, atendendo ao cliente com segurança e qualidade, diminuindo seus custos, buscando, portanto, a afirmação do Porto do Rio Grande como o principal Porto do MERCOSUL.	Não adequado A exemplo de outros programas, este também deixa de referir o problema e/ou oportunidade que justificam o programa. Em lugar disso, refere apenas a necessidade de adequação da infra-estrutura do porto que constitui, na verdade, uma deficiência a ser superada para a solução do problema e/ou aproveitamento da oportunidade.	

Conjunto dos Indicadores

- Taxa de crescimento da movimentação no Porto do Rio Grande
- Taxa de crescimento na movimentação de contêineres em TEUS

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- Dragagem dos canais de acesso e bacia de evolução do Porto do Rio Grande
- Gestão Ambiental
- Manutenção e Operação do Porto do Rio Grande
- Modernização e adaptação da infra-estrutura no Porto Novo do Rio Grande

Proposta sobre o conjunto das ações

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Prevenção e Combate de Incêndios, Buscas e Salvamentos

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Prevenção e Combate de Incêndios, Buscas e Salvamentos	Seria interessante revisar o nome do programa para facilitar sua leitura e compreensão.	Prevenção e Combate de Incêndios, Buscas e Salvamentos
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico
Justificativa	A atividade executada pelas unidades militares de bombeiros em todo território gaúcho necessita da manutenção de sua capacidade operacional e da agregação de novos equipamentos, materiais permanentes e edificações voltados à proteção do homem e à otimizaç	Adequado	A atividade executada pelas unidades militares de bombeiros em todo território gaúcho necessita da manutenção de sua capacidade operacional e da agregação de novos equipamentos, materiais permanentes e edificações voltados à proteção do homem e à otimizaç
Objetivo	Proporcionar um melhor atendimento à população nos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros.	Adequado	Proporcionar um melhor atendimento à população nos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros.

Conjunto dos Indicadores

- Média mensal de serviços prestados à comunidade

Proposta sobre o conjunto dos indicadores

O indicador é muito objetivo. Poderia se dividir em 2 indicadores (combate a incêndios e buscas e salvamentos). A média mensal de serviços prestados à comunidade pode ser facilmente mudada de acordo com condições climáticas e catástrofes.

Conjunto das Ações

- Prevenção e combate a incêndios, buscas e salvamentos pelo Corpo de Bombeiros
- Educação e orientação de crianças de 4 a 10 anos na prevenção e combate à sinistros

Proposta sobre o conjunto das ações

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Prevenção e Repressão à Criminalidade

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Apesar de tudo que engloba	Prevenção e Repressão à Criminalidade
Tipo	Finalístico	Importante rever a diversidade de ações contidas no programa	Finalístico
Justificativa	É incontestável a relevância que o fenômeno do crime nas ruas assume na configuração social brasileira. As pesquisas de opinião mostram sua gravidade e centralidade na percepção coletiva das populações, assim como o crescimento do sentimento de temor, amp		É incontestável a relevância que o fenômeno do crime nas ruas assume na configuração social brasileira. As pesquisas de opinião mostram sua gravidade e centralidade na percepção coletiva das populações, assim como o crescimento do sentimento de temor, amp
Objetivo	Formular as políticas de segurança pública e estabelecer suas diretrizes e prioridades, prevenindo e reprimindo a criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia, mediante: as ações de prevenção e repressão da violência; o controle gerencial de i		Formular as políticas de segurança pública e estabelecer suas diretrizes e prioridades, prevenindo e reprimindo a criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia, mediante: as ações de prevenção e repressão da violência; o controle gerencial de i
Conjunto dos Indicadores			
• Taxa de furto			
• Taxa de roubos (exceto roubo de veículos e latrocínio)			
• Taxa de entorpecentes (posse)			
• Taxa de latrocínios			
• Taxa de roubos de veículos (exceto roubo de veículos com morte)			
• Taxa de estelionato			
• Taxa de entorpecentes (tráfico)			
• Taxa de extorsão mediante seqüestro			

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

3 indicadores poderiam sofrer uma alteração. Extorsão mediante seqüestro - o tipo penal encontra-se no art.159 do Código Penal: "Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate". Esse tipo de delito é muito tênue de configurar, e quando ocorre geralmente é registrado no banco de informações policiais como seqüestro relâmpago. No entanto tal fato social ilícito (que não possui esse nome em juris) causou uma celeuma jurídica que a lei n.º 11.923/2009, de 17 de abril de 2009 buscou sanar tipificando, apesar das discussões doutrinárias, em crime de extorsão. Mesmo assim o sistema de informações policiais não busca uma correta tipificação criminal pois o interesse das autoridades é na criminalidade, tenha tipo penal específico ou não, para cobrir a prática delituosa e informar a população. Dessa forma, o indicador de extorsão mediante seqüestro torna-se obsoleto perdendo a função, pelo baixo número de ocorrências registradas devido a dificuldade na

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Taxa de extorsão
 - Taxa de corrupção (ativa/passiva, peculato e concussão)
 - Taxa de delitos envolvendo armas de fogo sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar - arts. 12 a 18 da Lei nº 10.826/2003
 - Taxa de homicídios
- tipificação do delito.
Também os indicadores de roubo e furto são muito genéricos, pois no mesmo inclui-se o famigerado lairão de galinhas com as temidas quadrilhas cujo alvo são as agências bancárias.
Para as ações de repressão à criminalidade e informação da população interessada seria mais coerente subdividir esses delitos segundo cada especificidade, como, por exemplo, roubo a estabelecimento bancário, roubo a residência, roubo a estabelecimento comercial e roubo de cargas. Atualmente a divisão é apenas roubo, roubo com morte (latrocínio), roubo de veículos, furto, e furto de veículos.

Proposta sobre o conjunto das ações

- Conjunto das Ações
- Formulação das políticas públicas de Segurança, estabelecendo suas diretrizes e prioridades
 - Administração da Área de Saúde na SSP
 - Apuração das infrações penais e execução das demais funções de Polícia Judiciária
 - Policiamento ostensivo e preservação da ordem pública
 - Realização de perícias criminais e de serviços de identificação
 - Prevenção da violência nos municípios

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

PROGRAMA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	PROGRAMA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE		PROGRAMA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE
Tipo	Finalístico		Finalístico
Justificativa	Por ser uma fase da vida em que se encontra em situação peculiar de desenvolvimento (art. 6, Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA) e considerando a complexidade social, a Juventude é merecedora de atenção por parte da sociedade e das Políticas Públicas	Não específica, objetivamente, quais problemas a serem enfrentados(diagnóstico).	“a implantação e implementação de ações voltadas ao fortalecimento positivo da auto-estima dos jovens gaúchos, a criação de Centro de Referência de Atenção à Juventude, apoio e estímulo ao empreendedorismo, geração de renda, inserção no mercado de trabalho, e atenção ao jovem em conflito com a lei” poderiam estar entre os objetivos do programa .
Objetivo	Coordenar, articular e executar ações de atenção e promoção à juventude, visando sua participação política plena.	Não adequado	Expressar o que será feito para enfrentar a situação problema.

Conjunto dos Indicadores

- Em elaboração

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Conjunto das Ações

- Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda para Jovens
- Coordenação e Apoio a Programas de Atendimento ao Egresso do Sistema Socioeducativo
- ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

Proposta sobre o conjunto das ações

Não é possível avaliar ações sem um objetivo bem definido.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Execução das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade
- EXECUÇÃO DO PROGRAMA PROJÓVEM
- IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
- INSTALAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE
- Implantação da Rede de Qualificação para o Adolescente Aprendiz

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

PROGRAMA DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO À FAMÍLIA

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	PROGRAMA DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO À FAMÍLIA		PROGRAMA DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO À FAMÍLIA
Tipo	Finalístico		Finalístico
Justificativa	A família, com seus decisivos laços afetivos, cumpre funções essenciais para o bem-estar coletivo, sendo importante fonte para o desenvolvimento do capital humano. É, por excelência, o núcleo provedor de cuidados, necessitando também ser protegida, consid	Não há descrição do problema a ser enfrentado. O texto descreve a legislação que apóia o programa, parecendo que ele existe em função dessa legislação e não de problemas a serem enfrentados.	Pelas ações do programa, existem outros problemas, além das poucas oportunidades no mercado de trabalho.
Objetivo	Oferecer serviços de promoção e proteção social às famílias, em especial as que se encontram em situação de vulnerabilidade social.	Não adequado	Melhorar a condição de famílias em situação de vulnerabilidade social através da qualificação profissional, da inclusão no mercado de trabalho, da assistência social e do planejamento familiar.

Conjunto dos Indicadores

- Pessoas que realizaram cursos de qualificação profissional
- Artesãos habilitados como profissionais
- Pessoas habilitadas ao recebimento de seguro desemprego
- Pessoas colocadas no mercado de trabalho
- Famílias com renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo
- Carteira de Trabalho e Previdência Social emitida

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Os indicadores são bons.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

• FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO

• ATIVIDADES NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR

• COORDENAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

• DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO COMO FONTE DE RENDA

• HABILITAÇÃO DE TRABALHADORES AO RECEBIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO

• IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NO RIO GRANDE DO SUL

• INTERMEDIÇÃO DE EMPREGO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO

• Qualificação profissional do trabalhador

• QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

• REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL À FAMÍLIA

• Revitalizar e Qualificar as Comissões Municipais de Emprego

Proposta sobre o conjunto das ações

As ações são boas, mas sempre dependem de um objetivo bem definido.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	Adequado	PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico
Justificativa	Seguindo as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e Adolescente, da Lei Orgânica de Assistência Social e demais legislações e tratados internacionais nos quais o Brasil é signatário, cabe	Não adequado	Quais seriam as necessidades dos diversos segmentos sociais????
Objetivo	Promover os direitos fundamentais da população gaúcha implementando o Plano Estadual de Direitos Humanos.	Como o problema não foi definido na justificativa, o objetivo ficou vago ou amplo demais.	Apontar as possíveis soluções para os problemas apresentados.

Conjunto dos Indicadores

- Em elaboração

Proposta sobre o conjunto dos indicadores

Conjunto das Ações

- AÇÕES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA
- APOIO A PROJETOS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
- APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO À ORGANIZAÇÃO E AO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES

Proposta sobre o conjunto das ações

Com um problema que não foi definido e objetivo amplo fica muito difícil avaliar a eficiência, eficácia e efetividade de 35 ações.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- ATENDIMENTO À COMUNIDADE NO VIDA CENTRO HUMANÍSTICO E PARQUE DE RECREAÇÃO DO TRABALHADOR
 - Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência e Altas Habilidades
- CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTES POPULARES
- COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL
- COORDENAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO
- COORDENAÇÃO, PROMOÇÃO, MANUTENÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DIRIGIDAS AOS SEGMENTOS SOCIAIS E ETÁRIOS AFETOS À SECRETARIA
- DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR
- ESPECIALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DE PORTADORES DE PSICOPATOLOGIAS ABRIGADOS NA FPERGS
- ESTÍMULO À RESOLUÇÃO NÃO-VIOLENTA DE CONFLITOS E À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
- ESTÍMULO E APOIO À CRIAÇÃO DOS FUNDOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS MUNICÍPIOS
- ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER
- EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DE ABRIGO E DE APOIO E ORIENTAÇÃO SOCIOFAMILIAR
- IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- IMPLANTAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- IMPLANTAÇÃO DE COZINHAS, HORTAS COMUNITÁRIAS E BANCO DE ALIMENTOS

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Implementação da Política Pública para Pessoa Portadora de Deficiência e Pessoa Portadora de Altas Habilidades
- INSERÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS EM FASE DE DESLIGAMENTO DA FPERGS
- INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
- MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DOS SEGMENTOS AFETOS À SECRETARIA
- MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR
- ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE DIREITOS E DAS COORDENADORIAS VINCULADAS ÀS ÁREAS AFETAS À SECRETARIA
- PROMOÇÃO DA GARANTIA DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS
- PROMOÇÃO DA GARANTIA DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES NEGRAS, AFRO-DESCENDENTES E QUILOMBOLAS
- PROMOÇÃO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- PROMOÇÃO DE GARANTIA DA IGUALDADE RACIAL
- PROMOÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO E ESTÍMULO À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
- PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
- REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DA FPERGS
- Estudo, formulação e coordenação das políticas de gênero no Rio Grande do Sul
- GERENCIAMENTO DO PROCON/RS
- Promoção da Garantia dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência para a Acessibilidade

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Promoção da garantia dos direitos das mulheres

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

PROGRAMA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Adequado		PROGRAMA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Tipo	Adequado		Gestão de Políticas Públicas
Justificativa	Não adequado	O problema a ser enfrentado não foi descrito.	Definir quais demandas?
Objetivo	Não adequado	Fomentar a implementação de ações de desenvolvimento regional e local com apoio técnico e institucional de interesse recíproco, buscando o bem comum da comunidade pelo atendimento de suas necessidades.	Qual o resultado que se pretende alcançar com a resolução do problema que deveria estar descrito na justificativa?

Conjunto dos Indicadores

Proposta sobre o conjunto dos indicadores

Conjunto das Ações

Proposta sobre o conjunto das ações

- APOIO AOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO
- ARTICULAÇÃO DAS RELAÇÕES ESTADO/MUNICÍPIOS
- CONSULTA POPULAR
- IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CODES)
- REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E REGIONAIS

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Programa Estadual de Irrigação

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Programa Estadual de Irrigação	Adequado	Programa Estadual de Irrigação
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico
Justificativa	A dependência dos nossos agricultores às intempéries climáticas e a importância da produção primária dentro de toda cadeia produtiva explica a grande oscilação da economia gaúcha em relação ao regime de chuvas. Nos últimos 35 anos, comparando cada colheita	Não adequado	Falta o problema a ser enfrentado e a redação é ruim.
Objetivo	Ampliar a área irrigada, aumentando a produtividade do agronegócio no Rio Grande do Sul.	Adequado	Ampliar a área irrigada, aumentando a produtividade do agronegócio no Rio Grande do Sul.

Conjunto dos Indicadores

- Área irrigável
- Agricultor treinado que passou a utilizar ou aumentou área irrigada

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Apesar dos indicadores serem muito bons, são de difícil mensuração. Assim, não há funcionalidade no seu uso.

Conjunto das Ações

- Capacitação de agricultores em manejo de água e proteção dos solos
- Infra-Estrutura para Acumulação de Água de Grande Porte
- Reservação de água multifamiliar
- Reservação de água unifamiliar

Proposta sobre o conjunto das ações

Ações suficientes para alcançar os objetivos propostos.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Ação:	Reservação de água unifamiliar	Reservação de água unifamiliar	Reservação de água unifamiliar
Descrição:	Apoiar os produtores rurais capacitados e motivados para a implantação de projetos de irrigação e uso racional do solo e água através da construção de micro-açudes e cisternas com benefício unifamiliar; Este trabalho será centralmente executado com apoio	Apoiar os produtores rurais capacitados e motivados para a implantação de projetos de irrigação e uso racional do solo e água através da construção de micro-açudes e cisternas com benefício unifamiliar; Este trabalho será centralmente executado com apoio	Apoiar os produtores rurais capacitados e motivados para a implantação de projetos de irrigação e uso racional do solo e água através da construção de micro-açudes e cisternas com benefício unifamiliar; Este trabalho será centralmente executado com apoio
Órgão:	SI		SI
Produtos	Adequado	Proposta sobre o conjunto dos produtos	
• Açude com capacidade de armazenar até 10.000 m³ de água		Produtos insuficientes para descrever a ação.	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Programa Estadual de Prevenção da Violência

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Programa Estadual de Prevenção da Violência		Programa Estadual de Prevenção da Violência
Tipo	Finalístico		Finalístico
Justificativa	A presença da violência configura-se como um aspecto preponderante na preocupação da sociedade contemporânea, manifestando-se nas várias esferas da organização social e constituindo-se como um dos principais problemas da atualidade. A UNESCO, UNICEF, OMS,		A presença da violência configura-se como um aspecto preponderante na preocupação da sociedade contemporânea, manifestando-se nas várias esferas da organização social e constituindo-se como um dos principais problemas da atualidade. A UNESCO, UNICEF, OMS,
Objetivo	Contribuir para a redução dos índices de violência, através da construção de uma Rede Social que identifique, integre, articule e promova programas e ações governamentais e não-governamentais de Prevenção da Violência, por causas externas, com vistas à re		Contribuir para a redução dos índices de violência, através da construção de uma Rede Social que identifique, integre, articule e promova programas e ações governamentais e não-governamentais de Prevenção da Violência, por causas externas, com vistas à re

Conjunto dos Indicadores

- Número de famílias assistidas vítimas de violência nos municípios alvo (Índice em apuração)
- Mortalidade por causas externas (acidentes dos transportes, suicídio e homicídios) nos municípios alvo (Índice em apuração)
- Registros de ocorrências policiais por violência contra pessoas nos municípios alvo (Índice em apuração)
- Número de alunos evadidos da rede escolar nos municípios alvo (Índice em apuração)

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Há 4 indicadores arrolados, mas sem os índices bases e os desejados. Portanto, não há como servirem como base para a mensuração do Programa. Entende-se que, nesse caso, os dados para as complementações são passíveis de identificação.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- Desenvolvimento de ações de prevenção da violência nos municípios
- Implantação do Programa de Prevenção da Violência
- PROGRAMA SEGUNDO TEMPO
- RECRIANDO O ESPORTE JOGUE LEGAL

Proposta sobre o conjunto das ações

Observa-se no texto da Descrição da 1ª ação, a possibilidade de ser proposto maior número de produtos, de forma a dar a real dimensão da mesma. O único produto tem seu conteúdo repetido em um dos indicadores. As duas últimas ações arroladas não explicitam, nas suas descrições, o que vai ser realizado, somente as suas finalidades. Tal fato não leva a um perfeito entendimento dos produtos propostos.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

PROGRAMA GAÚCHO DE SANEAMENTO

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	PROGRAMA GAÚCHO DE SANEAMENTO	Adequado	PROGRAMA GAÚCHO DE SANEAMENTO
Tipo	Finalístico	Adequado	Finalístico

Justificativa
 Instrumentalização do Estado na implementação do Sistema Estadual de Saneamento, de acordo com a Lei Estadual no. 12.037/03, que instituiu a Política Estadual de Saneamento, tendo como principais instrumentos: Conselho Estadual de Saneamento, o Plano Estad

Objetivo
 Apoiar os municípios no sentido de atingir os índices crescentes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais.

Conjunto dos Indicadores

- Número de municípios que alimentam o SIGS
- Economia com abastecimento de água (total) nos municípios atendidos pela CORSAN
- Economia servida com esgotamento sanitário (total) nos municípios atendidos pela CORSAN
- Percentual de implementação dos instrumentos da Política Estadual de Saneamento
- Número de Gestores Públicos Municipais capacitados pelas Oficinas para elaboração de Planos e Projetos na área de Saneamento
- Município dotado de Planos de Saneamento
- Número de regiões funcionais com plano diretor de resíduos sólidos

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Índice de evolução do Projeto de Lei que instituirá a Política Estadual de Resíduos Sólidos

Conjunto das Ações

Proposta sobre o conjunto das ações

- AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO DOS SINOS E DO RIO GRAVATAÍ
- EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
- EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
- IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO
- PERFURAÇÃO DE POÇOS E REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
- APOIO TÉCNICO NA FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DA SEHADUR
- DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL, COMERCIAL E EMPRESARIAL

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Programa Primeira Infância Melhor

Proposta de Adequação

Motivo

Programa Primeira Infância Melhor

Finalístico

O RS conta com uma população total de 10.187.842 de pessoas, sendo 12% crianças de 0 a 6 anos. Mesmo em posição privilegiada no cenário nacional, com uma das menores taxas de MI de 13,6/1000, IDH de 0,81, IDI de 0,72 e com índices razoáveis de exclusões

Orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para estimularem o desenvolvimento pleno das capacidades e potencialidades das crianças.

Adequação

Adequado

Adequado

Cabe observar que a faixa etária atendida por esse Programa não é mais coincidente com o atendimento da área educacional para a infância, visto que a Educação Infantil oficialmente, no País, passou para a faixa de 0 a 5 anos de idade.

Denominação Programa Primeira Infância Melhor

Tipo Finalístico

Justificativa O RS conta com uma população total de 10.187.842 de pessoas, sendo 12% crianças de 0 a 6 anos. Mesmo em posição privilegiada no cenário nacional, com uma das menores taxas de MI de 13,6/1000, IDH de 0,81, IDI de 0,72 e com índices razoáveis de exclusões

Objetivo Orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para estimularem o desenvolvimento pleno das capacidades e potencialidades das crianças.

Conjunto dos Indicadores

- Número de famílias atendidas
- Número de crianças beneficiadas entre 0 e 6 anos de idade
- Número de municípios capacitados com o Programa implantado
- Índice de ganhos de desenvolvimento cognitivo, motor, sócio-afetivo e linguagem, por faixa etária

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

Indicadores com conteúdos adequados. No entanto, o quarto proposto "Índice de desenvolvimento cognitivo, motor, sócio-afetivo e linguagem, por faixa etária" não tem fácil compreensão, não se evidenciando como será mensurado. Sugere-se rever a sua denominação, incluindo palavras e expressões como "médio" após a palavra "Índice" e, a expressão "em crianças de 0 a 6 anos", em substituição a parte final do enunciados "por faixa etária"

Conjunto das Ações

- Capacitação Permanente das Equipes Envolvidas
- Cooperação financeira com os municípios
- Monitoramento e Avaliação do PIM nos municípios

Proposta sobre o conjunto das ações

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

PROTEÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

		Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	PROTEÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	Adequado		PROTEÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS
Tipo	Finalístico	Adequado		Finalístico
Justificativa	A utilização dos recursos biológicos está fortemente ligada ao desenvolvimento sustentável, conforme explicitado na Convenção sobre a Diversidade Biológica firmada na Rio 92. A biodiversidade, como uma das categorias de recursos naturais, assume um papel	Adequado		A utilização dos recursos biológicos está fortemente ligada ao desenvolvimento sustentável, conforme explicitado na Convenção sobre a Diversidade Biológica firmada na Rio 92. A biodiversidade, como uma das categorias de recursos naturais, assume um papel
Objetivo	Promover a preservação da flora e fauna nativas, do conjunto da diversidade biológica, da integridade do patrimônio genético e das belezas cênicas de regiões e locais com interesse científico e cultural. Promover a conservação e a restauração dos recursos	Adequado		Promover a preservação da flora e fauna nativas, do conjunto da diversidade biológica, da integridade do patrimônio genético e das belezas cênicas de regiões e locais com interesse científico e cultural. Promover a conservação e a restauração dos recursos

Conjunto dos Indicadores

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

- Espécie da flora nativa ameaçada
- Taxa de regularização de áreas de Reserva Legal
- Taxa de Regularização Fundiária das Unidades de Conservação de Proteção Integral Estaduais (área regularizada / área UCs existentes)
- Espécie da fauna silvestre ameaçada

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Indicador: Taxa de regularização de áreas de Reserva Legal Fonte: DLF/DEFAP Base GEO: Estado Periodicidade: Anual	Não adequado	Indicador de difícil apuração	
Indicador: Taxa de Regularização Fundiária das Unidades de Conservação de Proteção Integral Estaduais (área regularizada / área UCs existentes) Fonte: DUC/DEFAP Base GEO: Estado Periodicidade: Anual	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Indicador: Taxa de Regularização Fundiária das Unidades de Conservação de Proteção Integral Estaduais (área regularizada / área UCs existentes) Fonte: DUC/DEFAP Base GEO: Estado Periodicidade: Anual	Não adequado	Indicador de difícil apuração.	
Conjunto das Ações • Ampliação e manutenção da Fauna e Flora e de produtos da Biodiversidade • Apoio a Áreas de Conservação Ambiental • Conservação da biodiversidade, através da execução do Projeto de Conservação da Mata Atlântica (PCMA-RS) • Controle da Contaminação Decorrente da Pecuária Intensiva com vistas à Recuperação de Ativos Ambientais • Desenvolvimento de atividades científicas, conservacionistas, educacionais, culturais, recreativas, turísticas e apoio à gestão dos recursos ambientais • Implantação de Áreas de Reserva Legal em Imóveis Rurais • Implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), através da consolidação das Unidades de Conservação		Proposta sobre o conjunto das ações As ações estão de acordo com os objetivos do programa.	

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Pesquisa e monitoramento da Fauna e Flora, atual e fóssil, e dos ecossistemas do Rio Grande do Sul
- Reestruturação da Infra-estrutura e Tecnologia de Informação da FZB
- Reflorestamento com espécies da flora nativa
- Reflorestamento com Espécies da Flora Nativa Ameaçadas de Extinção
- Restauração de Mata Ciliar e Recuperação de Áreas Degradadas
- Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas com Alta Criticidade com vistas à Recuperação de Ativos Ambientais

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS

Denominação	QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Tipo	Finalístico	Adequado		
Justificativa	As pressões decorrentes da ação antrópica sobre o ambiente natural, especialmente a pressão tecnológica das sociedades modernas, resultam em impactos que se refletem sobre o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Neste sentido, são necessárias	Adequado		
Objetivo	Promover a qualidade ambiental no Estado com base na aplicação dos instrumentos informacionais e regulatórios emanados das Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, visando o desenvolvimento sustentável.	Adequado		
				Finalístico As pressões decorrentes da ação antrópica sobre o ambiente natural, especialmente a pressão tecnológica das sociedades modernas, resultam em impactos que se refletem sobre o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Neste sentido, são necessárias Promover a qualidade ambiental no Estado com base na aplicação dos instrumentos informacionais e regulatórios emanados das Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, visando o desenvolvimento sustentável.

Conjunto dos Indicadores

Proposta sobre o conjunto dos Indicadores

- Índice de regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (autorizações de serviços florestais emitidas-DEFAP e municípios habilitados no SIGA)
- Redução dos processos administrativos de atividades passíveis de licenciamento ambiental pendentes (processos pendentes / processos solicitados)
- Parâmetro monitorado de qualidade da água em desacordo com os padrões estabelecidos
- Parâmetro monitorado de qualidade do ar em desacordo com os padrões estabelecidos

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

- Tempo médio para emissão de licenças ambientais
- Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (licenças ambientais emitidas - FEPAM e municípios habilitados no SIGA)
- Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (outorgas de uso da água emitidas pelo DRH)
- Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (lançamentos no cadastro florestal realizados pelo DEFAP)
- Taxa de licenciamento de atividades passíveis de licenciamento ambiental (licenças emitidas / licenças solicitadas)

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Indicador:	Índice de regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (autorizações de serviços florestais emitidas-DEFAP e municípios habilitados no SIGA)	Indicador de difícil apuração	
Fonte:	SEMA		
Base GEO:	Estado		
Periodicidade:	Anual		
Adequação			
Indicador:	Parâmetro monitorado de qualidade da água em desacordo com os padrões estabelecidos	Indicador de difícil apuração	Proposta de Adequação
Fonte:	FEPAM		
Base GEO:	Estado		
Periodicidade:	Anual		
Adequação			
Indicador:	Parâmetro monitorado de qualidade da água em desacordo com os padrões estabelecidos	Indicador de difícil apuração	Proposta de Adequação
Fonte:	FEPAM		
Base GEO:	Estado		
Periodicidade:	Anual		

**MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011**

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Indicador: Parâmetro monitorado de qualidade do ar em desacordo com os padrões estabelecidos Fonte: FEPAM Base GEO: Área Metropolitana e Regiões Conurbadas Periodicidade: Anual	Não adequado	Indicador de difícil apuração	
Indicador: Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (licenças ambientais emitidas - FEPAM e municípios habilitados no SIGA) Fonte: FEPAM e SEMA Base GEO: Estado Periodicidade: Anual	Adequação Não adequado	Motivo Indicador de difícil apuração	Proposta de Adequação Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (licenças ambientais emitidas - FEPAM e municípios habilitados no SIGA)
Indicador: Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (outorgas de uso da água emitidas pelo DRH) Fonte: SEMA Base GEO: Estado Periodicidade: Anual	Adequação Não adequado	Motivo Indicador de difícil apuração	Proposta de Adequação

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Proposta de Adequação

Motivo

Adequação

Indicador: Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (lançamentos no cadastro florestal realizados pelo DEFAP)

Não adequado

Indicador de difícil apuração

Fonte: SEMA

Base GEO: Estado

Periodicidade: Anual

Conjunto das Ações

- Apoio a Projetos de Pesquisa e de Gestão Ambiental
- Consolidação do Licenciamento Ambiental Digital
- Controle dos Recursos Florestais
- Controle e Fiscalização nas Unidades de Conservação Estaduais
- Controle, Fiscalização e Licenciamento Ambientais
- Criação e Implementação do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais
- Descentralização do licenciamento e fiscalização ambiental, com a consolidação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA-RS)
- Elaboração de Normas, Diagnósticos e Zoneamentos
- Fiscalização ambiental integrada, através da execução do Plano Operacional de Controle (POC)
- Implantação de Sistema Integrado de Informações Ambientais e Florestais Georreferenciado para o controle ambiental
- Implantação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos
- Implementação de Sedes Regionais para Atividades de Qualidade e Controle

Proposta sobre o conjunto das ações

As ações estão de acordo com os objetivos do programa.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

- Implementação do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Poluidoras (TFA-RS)
- Licenciamento Ambiental de Fontes de Poluição
- Monitoramento da qualidade do Ar e da Água com uso de Bioindicadores
- Realização de Monitoramento Ambiental com a divulgação de relatórios e boletins

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA AO ESTADO

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA AO ESTADO	Adequado	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA AO ESTADO
Tipo	Serviços ao Estado	Adequado	Serviços ao Estado
Justificativa	Trata-se de Serviços Públicos que têm por característica dotar de forma permanente a PGE das condições indispensáveis ao desempenho de suas funções de coordenar e patrocinar as demandas de interesse da Administração Pública, com vistas a qualificar a assim	Adequado	Trata-se de Serviços Públicos que têm por característica dotar de forma permanente a PGE das condições indispensáveis ao desempenho de suas funções de coordenar e patrocinar as demandas de interesse da Administração Pública, com vistas a qualificar a assim
Objetivo	Proporcionar a representação dos interesses da Administração Pública Estadual em Juízo, a assistência jurídica aos municípios, bem como zelar pela constitucionalidade dos atos do Governador e pela observância dos princípios constitucionais pela Administra	Adequado	Proporcionar a representação dos interesses da Administração Pública Estadual em Juízo, a assistência jurídica aos municípios, bem como zelar pela constitucionalidade dos atos do Governador e pela observância dos princípios constitucionais pela Administra
Conjunto dos Indicadores	Proposta sobre o conjunto dos Indicadores		
• Em elaboração	Como a PGE não possui indicadores, poderia ser estudada a possibilidade de elaboração de um baseado na informatização dos serviços ou reaparelhamento do órgão.		

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

Proposta sobre o conjunto das ações

- INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL
- MANUTENÇÃO DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA AO ESTADO
- MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Segurança Alimentar na Produção, no Armazenamento e no Abastecimento

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação	Segurança Alimentar na Produção, no Armazenamento e no Abastecimento		Segurança Alimentar na Produção, no Armazenamento e no Abastecimento
Tipo	Finalístico		
Justificativa	O RS necessita atualizar políticas públicas de abastecimento e armazenamento, qualificando o atendimento aos clientes e usuários, no tocante à certificação, ao rastreabilidade, à comercialização e à qualidade dos produtos. Atualmente a segurança alimentar	Redação da justificativapoderia trazer mais informações sobre a necessidade de segurança alimentar e apresentar com mais clareza qual o problema a ser enfrentado.	O RS necessita atualizar políticas públicas de abastecimento e armazenamento, qualificando o atendimento aos clientes e usuários, no tocante à certificação, ao rastreabilidade, à comercialização e à qualidade dos produtos. Atualmente a segurança alimentar
Objetivo	Qualificar os produtos de origem animal e vegetal e as condições de comercialização das safras por meio de prestação de serviços qualificados para o abastecimento dos centros urbanos e para a estocagem de produtos perecíveis.	Não adequado O que é qualificar os produtos? O que são os serviços qualificados?	Tornar mais clara a redação do objetivo.
Conjunto dos Indicadores			
<ul style="list-style-type: none"> • Incremento do volume anual de comercialização na CEASA, de produtos selecionados. • Quantidade de alimentos aproveitados e distribuídos • Volume de produtos com certificação • Animal rastreado 			
Proposta sobre o conjunto dos Indicadores			
Como o incremento de comercialização na CEASA ajuda na segurança alimentar? E como o indicador "Quantidade..." expressa o alcance dos objetivos? Indicadores ruins e fracos.			

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Conjunto das Ações

- Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul
- Armazenamento da Produção Agropecuária Gaúcha
- Fomento à certificação e à rastreabilidade
- Publicidade para a certificação e a rastreabilidade

Proposta sobre o conjunto das ações

As duas ações que estão sob responsabilidade de outros órgãos (CESA e CEASA) não têm vinculação clara com os objetivos do programa. Como os objetivos são muito amplos, não se tem certeza de que todas as ações alcancem os propósitos do programa. As ações "Fomento..." e "Publicidade..." têm descrições muito próximas, indicando uma sobreposição de tarefas.

MARCO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2012-2015
 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2008-2011

Segurança Transfusional e Qualidade de Sangue

	Adequação	Motivo	Proposta de Adequação
Denominação Segurança Transfusional e Qualidade de Sangue	Adequado		Segurança Transfusional e Qualidade de Sangue
Tipo Finalístico	Adequado		Finalístico
Justificativa	Não adequado	Observa-se no texto da Justificativa, a necessidade de ser melhor dimensionado o problema com dados referentes à demanda do serviço, os atendimentos, etc (diagnóstico). Também elucidar melhor a proposição da "Homorrede" que, no texto, às vezes é referida no tempo presente e outras no pretérito.	A Hemorrede do RS deve se configurar como uma Rede Intra-Organizacional, atualmente é composta de: Hemocentro (HEMORGS), hemocentro coordenador, que atende 39 hospitais de POA, Região Metropolitana e Litoral Norte, composta por quatro Hemocentros Regionais
Objetivo	Adequado		Assegurar a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, e garantir a assistência aos portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias. Atender a legislação vigente.

Conjunto dos Indicadores

- Taxa de doação de sangue
- Índice de desempenho do ciclo do sangue

Proposta sobre o conjunto dos indicadores

A uma primeira leitura, há uma certa incompreensão do primeiro indicador, a partir da sua denominação (desempenho?). No segundo indicador, sugere-se complementar a denominação: Taxa de doação de sangue... em relação à população habilitada? ...em relação à população total?